

UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

FÁBRICA DE IMAGENS

Representação do continente africano na produção de intelectuais brasileiros e
colombianos (1870-1930)

Brasília
2015

UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

FÁBRICA DE IMAGENS

Representação do continente africano na produção de intelectuais brasileiros e
colombianos (1870-1930)

Isabel Cristina Naranjo Noreña

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos Comparados sobre as Américas do
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Ranincheski

Brasília

2015

FÁBRICA DE IMAGENS

Representação do continente africano na produção de intelectuais
brasileiros e colombianos (1870-1930)

ISABEL CRISTINA NARANJO NOREÑA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Sonia Ranincheski (Presidente)

Departamento de Economia e Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Eduardo Restrepo

Departamento de Estudios Culturales. Universidad Javeriana

Profa. Dra. Mariza Veloso

Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Rebecca Igreja

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília

Suplente:

Prof. Dr. Camilo Negri

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa que viabilizou esta pesquisa e a realização do Doutorado. Ao Centro de Pesquisa de Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (Ceppac- UnB) por me acolher como sua aluna durante os últimos quatro anos.

À professora Sonia Ranincheski pela leitura paciente e a orientação generosa. Às professoras Mariza Veloso, Simone Rodrigues Pinto e Rebecca Igreja por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora. Ao professor Eduardo Restrepo que além de aceitar o convite, me ofereceu sua amizade e foi decididamente generoso ao me fornecer informações privilegiadas sobre os estudos das *Colombias Negras*.

Aos amigos que na Colômbia, no México, no Brasil e na Argentina dividiram comigo alegrias e angústias ao longo destes anos. Sou especialmente grata a aqueles que acompanharam o tortuoso processo de escrita nos subsolos da katacumba levando risos à minha vida.

Às minhas famílias Naranjo Noreña na Colômbia e Ibañez de Novion no Brasil por sua bondade infinita e apoio constante, o carinho que por vocês sinto ultrapassa qualquer barreira.

Ao meu querido e excepcional companheiro Jacques de Novion agradeço o amor com que todos estes anos tem me presenteado.

RESUMO

Esta tese discute o lugar da África na produção intelectual brasileira e colombiana na transição do século XIX ao século XX. Enfocando trajetórias intelectuais específicas em ambos os países, analisa o trânsito de ideias e imagens sobre o continente africano através do tempo apontando para as singularidades, ritmos próprios e semelhanças que a construção e a reinvenção destas representações comportaram em cada um destes espaços. Em diálogo com os processo de construção de identidades nacionais e sob a influência de parâmetros próprios da tradição de pensamento ocidental, estas percepções mentais conformam um conjunto heterogêneo que na maioria dos casos perpetua preconceitos e ideias depreciativas sobre essa região do mundo. A institucionalização das Ciências Sociais como disciplinas acadêmicas na Colômbia e no Brasil, vira acompanhada de tentativas por constituir um campo específico de conhecimento sobre a África que contribuía na desmitificação destas imagens deturpadas ao tempo em que define novos rumos para a definição da africanidade e sua herança em terras americanas. Tendo isso em vista, por meio da revisão exaustiva do material escrito, buscou-se descrever e analisar o processo de formulação das representações da África, com vistas a somar esforços na desconstrução de imagens deturpadas sobre a mesma.

Palavras-chave: África, Novo Mundo, representações, intelectuais, identidade, Nação.

RESUMEN

Esta tesis discute el lugar de África en la producción intelectual brasileña y colombiana en la transición del siglo XIX al XX. Enfocando trayectorias intelectuales específicas en ambos países, analiza la circulación de ideas e imágenes sobre el continente africano a través del tiempo atendiendo a las singularidades, ritmos propios y semejanzas que la construcción y la reinención de estas representaciones significó en cada uno de estos espacios. En diálogo con los procesos de construcción de identidades nacionales y bajo la influencia de parámetros propios de la tradición de pensamiento occidental, estas percepciones mentales conforman un conjunto heterogéneo que en la mayoría de los casos perpetúa prejuicios e ideas despectivas sobre esa región del mundo. La institucionalización de las Ciencias Sociales como disciplinas académicas en Colombia y en Brasil, vendrá acompañada de tentativas por constituir un campo específico de conocimiento sobre África que contribuya en la desmitificación de estas imágenes peyorativas al tiempo en que traza nuevos rumbos para la definición de la africanidad y su herencia en tierras americanas. Teniendo esto en vista, por medio de la revisión exhaustiva del material escrito, se buscó describir y analizar el proceso de formulación de las representaciones de África, esperando sumar esfuerzos en la deconstrucción de imágenes despreciativas sobre la misma.

Palabras clave: África, Nuevo Mundo, representaciones, intelectuales, identidad, Nación.

ABSTRACT

This thesis discusses the place of Africa in the Brazilian and Colombian intellectual production in the transition from the nineteenth to the twentieth century. Focusing on specific intellectual trajectories in both countries, analyzes the flow of ideas and images on the African continent over time pointing to the singularities, own rhythms and similarities that the construction and the reinvention of these representations meant in each of these spaces. In dialogue with national identity construction process and under the influence of own parameters of the Western tradition of thought, these mental perceptions conform a heterogeneous set that in most cases perpetuates prejudice and derogatory ideas about this region of the world. The institutionalization of the social sciences as academic disciplines in Colombia and Brazil, will be accompanied by attempts to be a specific field of knowledge about Africa that contributed in the demystification of these images misleading at the time that chart new directions for the definition of African identity and heritage on America. Keeping this in view, through the comprehensive review of the written material, we attempted to describe and analyze the formulation process of the representations of Africa, hoping to join forces in the deconstruction of images misleading about it.

Keywords: Africa, New World, representation, intellectual, identity, Nation.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1: Tipos y plaza de Quibdó. Guillermo Hernández de Alba. <i>Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-1859</i> . Bogotá: litografía Arco, 1986.	46
Imagem 2: Aguadora del Magdalena. Joaquín Piñeiros (org). <i>Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada</i> . Bogotá: litografía Arco, 1992.	47
Imagem 3: Plátano banano. Joaquín Piñeiros (org). <i>Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada</i> . Bogotá: litografía Arco, 1992.	48
Imagem 4: Cardones y tunas. Joaquín Piñeiros (org). <i>Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada</i> . Bogotá: litografía Arco, 1992.	48
Imagem 5: Vista del río San Juan y modo de navegar en él. Joaquín Piñeiros (org). <i>Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada</i> . Bogotá: litografía Arco, 1992.	49
Imagem 6: Una cuelga en la angostura de la Candelaria. Río Guadalupe. Guillermo Hernández de Alba. <i>Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-1859</i> . Bogotá: litografía Arco, 1986.	49
Imagem 7: Mulatos e indios pescando. Guillermo Hernández de Alba. <i>Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-1859</i> . Bogotá: litografía Arco, 1986.	50
Imagem 8: Vista de una calle de Nóvita. Guillermo Hernández de Alba. <i>Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-1859</i> . Bogotá: litografía Arco, 1986.	50
Imagem 9: Quitandeiras em rua do Rio de Janeiro, 1875 (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles)	59
Imagem 10: Escravos na colheita de café, Vale do Paraíba, 1882 (Marc Ferrez/Colección Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles).	60
Imagem 11: Foto da Fazenda Quititi, no Rio de Janeiro, 1865. (Georges Leuzinger/Acervo Instituto Moreira Salles).	62
Imagem 12: Lavagem do ouro, Minas Gerais, 1880. (Foto: Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles)	63
Imagem 13: Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870. (Acervo Instituto Moreira Salles)	71
Imagem 14: Porto-Novo, Benin (anos 50). Pierre Verger. <i>Sorrisos</i> . Salvador: Solisluna, 2010.	108
Imagem 15: Candomblé Opô Afonjá, cerimônia africana. Salvador-Brasil (1950-1951).	110
Imagem 16: Kamanyola, República Democrática do Congo (1952). Pierre Verger. <i>O olhar viajante de Pierre Fatumbi Verger</i> . Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.	112
Imagem 17: Adjawéré, Benin (anos 50). Pierre Verger. <i>Sorrisos</i> . Salvador: Solisluna, 2010.	114
Imagem 18: Salvador, Brasil (1946-1953). Pierre Verger. <i>Sorrisos</i> . Salvador: Solisluna, 2010.	116

Imagem 19: Palenque de San Basilio (1978). Richard Cross. <i>Fondo visual Nina S. De Friedemann.</i> Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.	126
Imagem 20: Palenque de San Basilio (1978). Richard Cross. <i>Fondo visual Nina S. De Friedemann.</i> Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.	128
Imagem 21: Palenque de San Basilio (1978). Richard Cross. <i>Fondo visual Nina S. De Friedemann.</i> Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.	132
Imagem 22: Palenque de San Basilio (1978). Richard Cross. <i>Fondo visual Nina S. De Friedemann.</i> Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.	133
Imagem 23: Palenque de San Basilio (1978). Richard Cross. <i>Fondo visual Nina S. De Friedemann.</i> Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE

ÁFRICA NOS MEANDROS DO NOVO MUNDO.....	21
---	-----------

I. OS SELVAGENS DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA E DA ÁFRICA NO IMAGINÁRIO DAS ELITES INTELECTUAIS NO SÉCULO XIX	21
A origem dos monstros	22
O artifício da raça.....	30
II. LAS TIERRAS CALIENTES: ÁFRICA E SEUS DESCENDENTES NAS TERRAS BAIXAS DA NUEVA GRANADA.....	36
Debates em torno do clima e a sua influência nos seres vivos.....	37
África, negros, mulatos e zambos nas descrições geográficas de meados do século XIX	43
III. A ÁFRICA NÃO É AQUI: ÁFRICA E AFRICANOS NOS ESCRITOS DE INTELECTUAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX.....	55
O perigo do sangue africano.....	58

SEGUNDA PARTE

A HUMANIDADE À TONA: DISCUSSÕES EM TORNO À RAÇA E À INFERIORIDADE DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES

NAS AMÉRICAS.....	72
--------------------------	-----------

IV. TRÓPICOS INSANOS: TEORIAS RACIAIS E EUGENIA NO BRASIL E NA COLÔMBIA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX AO XX	72
Da origem às origens do homem: teorias sobre as diferenças raciais no século XIX	74
V. ÁFRICA NO BRASIL: OS ESCRITOS DE SÍLVIO ROMERO E RAIMUNDO NINA RODRIGUES	83
Uma nação mestiça chamada Brasil	85
Raimundo Nina Rodrigues e o Brasil doente.....	89
VI. A POPULAÇÃO NEGRA NA FORMAÇÃO NACIONAL: CONFERÊNCIAS SOBRE <i>LOS PROBLEMAS DE LA RAZA EN COLOMBIA</i>	94
<i>A brancura imaginada</i> : classificações raciais na Colômbia das primeiras décadas do século XX.....	94

TERCEIRA PARTE

O CONTINENTE AFRICANO NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX. ESTUDOS DE CASO NA COLÔMBIA E NO BRASIL **105** |

VII. BRASIL NA ÁFRICA: PÉRIPOS E ESCRITOS DE FRANCESES E BRASILEIROS NO CONTINENTE AFRICANO.....	105
De Áfricas e Brasis	107
Bahia é África com menos dendê, África, Bahia com mais ginga	110
A África a convite da metrópole: a propósito de <i>Aventura e Rotina</i> de Gilberto Freyre e <i>Made in África</i> de Luis da Câmara Cascudo.....	117

VIII. JOSÉ RAFAEL ARBOLEDA E A TARDIA APARIÇÃO DA ÁFRICA NO PENSAMETO ANTROPOLÓGICO COLOMBIANO	124
A ponte com a África.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
BIBLIOGRAFIA	141
Fontes primárias.....	141
Fontes secundárias.....	146

INTRODUÇÃO

Eu O amei. Eu O amei da mesma forma como amei aquele inerte e miserável fantasma de mim mesmo que eu costumava ver em sonhos, como se sufocasse de vergonha, fúria, inclinação para o pecado e melancolia do dito fantasma, como se arrasado de opróbrio à vista de um animal selvagem sofrendo e morrendo, ou indignado com o egoísmo de um mimado filho meu. E, talvez, acima de tudo, eu O tenha amado com a estúpida revulsão e a estúpida alegria de conhecer a mim mesmo.

Orhan Pamuk. *O castelo branco*.

A África era mais o corpo que o rosto. Era a violência das sensações, a violência dos apetites, a violência das estações [...] Lembro-me da violência. Não uma violência secreta, hipócrita, aterrorizante, como a conhecida por todas as crianças que nascem no meio de uma guerra [...] Ogoja dava-me outra violência, real, às claras, que fazia vibrar meu corpo em todos os detalhes da vida e da natureza circundante.

Jean Marie Le Clézio. *O africano*.

Uma busca pela África imaginada nos escritos produzidos do outro lado do Atlântico há de trafegar pelos mares do fascínio e do desconcerto, da admiração e do espanto, da especulação e do rigor. Poucas vezes o leitor vai se deparar com a moderação. África quase sempre se apresenta como uma terra de extremos, de uma natureza esmagadora, delirante, por vezes mortal. Na tentativa de compreendê-la, de descrevê-la, as quimeras tomam conta dos espaços destinados à habitação dos seres de carne e osso. É quase impossível decifrar a origem dos seres fantásticos, mistura das ilusões nascidas na cabeça de quem a imagina ou inspirados na sua própria natureza. Uma África, um continente, uma realidade que se opõe à da seus intérpretes de forma substancial, mas que ao mesmo tempo apela à sua identidade mesma. Desse jogo de espelhos que transcende os mais variados espaços nos mais diversos contextos temporais, nasce um conjunto de representações heterogêneas, quase sempre depreciativas e severas, em torno da África e suas gentes. Muitas delas, produtos de dinâmicas multisseculares que ao longo do tempo se afirmaram como verdades insofismáveis apesar dos esforços por contrariá-las, são fruto e fundamento de desiguais relações de poder.

A construção dos olhares referentes ao continente africano e as heranças que deste podem ser constatadas na Colômbia e no Brasil, passou por transformações que obedeceram às dinâmicas impostas pelo diálogo entre preocupações teóricas e acontecimentos históricos específicos. Em diversos momentos, as definições da África e a sua presença no Novo Mundo se inscreveram e reinventaram sobre a experiência comum da escravidão, sendo a África a fonte de símbolos que alimentaram o processo criativo de reformulação cultural. As experiências coloniais diferenciadas se encarregaram de desenhar as trilhas pelas quais haveria de se estabelecer os laços de comunicação com os espaços africanos. Assim, em quanto no *Nuevo Reino de Granada* o crescimento e fortalecimento do comércio interno de escravos no século XVIII implicou uma importante redução na entrada de africanos pelos portos comerciais e o decorrente enfraquecimento das transações diretas com os portos do continente africano, no Brasil a prolongação do sistema escravocrata até os últimos anos do século XIX e a expressividade dos fluxos de pessoas e mercancias entre o Nordeste brasileiro e a Costa Ocidental africana significou a extensão e fortalecimento de laços com os espaços africanos.

Por outro lado, o lugar conferido à África na formação de identidades nacionais em ambos os países foi certamente distinto mas não diametralmente oposto. Durante dito processo, no qual modelos teóricos forâneos tiveram uma participação relevante, o continente africano ocupou posições ambíguas que vão desde a rejeição das suas heranças à reivindicações baseada na apropriação de elementos culturais previamente despojados da sua africanidade para poder se tornar símbolos de nacionalidade. A estruturação de disciplinas acadêmicas e a reformulação dos seus objetos de estudo trouxeram leituras diferenciadas acerca da África e dos africanos com cadências mais ou menos similares em ambos os países. Por sua parte, os movimentos sociais e políticos criaram cenários para novas interpretações, baseadas em imagens reais ou míticas sobre África e sua história.

Com base no anterior, esta tese se propõe estudar as ideias e representações sobre a África a partir da trajetória de intelectuais brasileiros e colombianos que durante o século XIX e a primeira metade do XX se dedicaram à produção de conhecimento em âmbitos políticos e/ou acadêmicos. A abordagem de ditas percepções estará mediada pelo uso de

categorias de análise que como a de representação e a de intelectuais, auxiliaram na compreensão das reflexões das quais trataremos e definirá os objetos que estruturam a pesquisa.

Procurarei identificar as tradições intelectuais sobre as quais se inscreveram enfoques, ideias e dissertações a respeito da natureza do continente africano, suas populações e seus descendentes em terras americanas. Neste sentido, se faz necessário lembrar que a fabricação de imagens que desenharam a África como um espaço associado à selvageria, ao caos e à violência, tendo nos seus habitantes seres inferiores desprovidos de inteligência e moralidade, esteve em mãos de personagens ilustrados, a maioria deles homens com uma posição social privilegiada que por sua vez lhe garantia o acesso a um conhecimento especializado e o fazia possuidor de uma linguagem característica que permitira a geração de ideias diferenciadas.

Ciente das particularidades que caracterizaram as experiências coloniais e os decorrentes processos de emancipação e independência em cada um destes espaços geográfica e historicamente definidos como a Colômbia e o Brasil, buscarei reconhecer as diferenças existentes no desenvolvimento de comunidades acadêmicas e científicas e na definição dos seus principais interesses. Para tais efeitos, atentaremos para forma em como estruturas de conhecimento oriundas dos espaços metropolitanos operaram em cada um destes países, obrigando ao desenho de estratégias que justificaram a vigência de modelos teóricos e conceituais que explicaram realidades tão diversas como as existentes em território americano. Por estruturas de conhecimento entendo o sistema de práticas que a partir do uso de técnicas especializadas e da implementação de uma linguagem erudita confecciona uma forma específica de descrever e ordenar o mundo.

O papel de alguns destes intelectuais na projeção dos Estados nacionais incidiu de maneira determinante na forma em como África foi concebida. Em correspondência com os desígnios de ambas as nações e convencidos de serem os representantes da denominada civilização, a cidadania e os espaços nacionais estiveram delimitados por uma série de hierarquias físicas, morais, culturais e geográficas. Populações e territórios foram enquadrados na antítese de uma nação civilizada à semelhança da África e seus habitantes. Procurarei por tanto, definir o lugar da África e os seus descendentes na

constituição das comunidades nacionais segundo as convenções ideadas pelos intelectuais em questão. Neste sentido, é conveniente precisar que adotaremos a definição dos intelectuais proposta pelo sociólogo brasileiro Sérgio Miceli quem ancorado nas noções de “campo” e *habitus* intelectuais tomadas à sociologia de Pierre Bordieu, os identifica como um grupo definido por matrizes de interesses que se concebe a si mesmo como portador de uma *missão civilizatória* que o distancia dos conflitos da sociedade. Uma minoria pretensamente autônoma cuja principal preocupação radica no desenho de modelos de interpretação do mundo a partir de valores particulares e em estreita comunicação com as *estruturas de poder* (MICELI, 2001).

Por fim, esta investigação pretende compreender o papel das ideias em torno da África e os seus descendentes na formação e institucionalização da Antropologia como ciência social em ambos os países. Com este intuito, cuidaremos dos vínculos que através do tempo, aproximaram o Brasil e a Colômbia do continente africano. A intensidade destas relações esteve mediada tanto por interesses políticos e econômicos quanto por demandas de ordem intelectual que em consonância com tradições acadêmicas metropolitanas, voltaram a atenção pra África, seus habitantes e seus descendentes em solo americano.

Tendo em conta os objetivos acima mencionados, a primeira parte desta pesquisa composta por três pequenos capítulos, tratará sobre a análise do processo mediante o qual, representações que insistiram no carácter inferior da natureza e das populações africanas e americanas, fruto de imagens distorcidas sobre as mesmas, se tornaram dominantes na definição que o mundo ocidental forjou sobre o Outro. Esperando contribuir na reflexão sobre os efeitos deste processo, proponho um diálogo entre fontes históricas e formações conceituais que foram usadas por grupos humanos como instrumento de inferiorização e exclusão na tentativa de estabelecer as fronteiras entre a civilização e a barbárie. Desta maneira, procuro fornecer uma dimensão histórica às categorias e denominações que ao longo do tempo têm sido concebidas e acionadas para se referir aos habitantes da África e a América.

Para muitos intelectuais latino-americanos, a inferioridade racial do negro e a associação explícita entre os males da escravidão responde à convergência de argumentos liberais e raciais que durante o século XIX explicam o carácter irracional da escravidão em termos

do caráter compulsório do regime de trabalho e da inferioridade racial dos escravos africanos. Os estudos empreendidos naquele momento sobre os africanos e o seu continente, revelavam a tendência inata dos negros à ociosidade e a sua incapacidade mental era validada pelas pesquisas científicas sobre a conformação do cérebro africano. Diante deste panorama, proponho analisar a produção intelectual das elites *criollas*¹ e brasileiras em torno do continente africano e seus descendentes no continente americano. Para tais efeitos, nos debruçaremos na leitura de alguns dos artigos que compõem o *Semanario del Nuevo Reyno de Granada*, publicação periódica sob a direção de Francisco José de Caldas e que surge em janeiro de 1808. Através deste, um grupo de intelectuais alimentou os debates sobre a geografia, a população e o clima desta porção do território americano. Para o caso brasileiro, lançaremos mão de textos produzidos por intelectuais que como Frederico Burlamaque e Aureliano Tavares Bastos, se comprometeram com a discussão sobre a inferioridade dos escravos de origem africana e os seus descendentes no Brasil e os efeitos desta na formação da comunidade nacional brasileira.

A segunda parte desta pesquisa, dividida também em três capítulos, estará focada na força que o discurso científico teve na construção de teorias raciais que constatariam a “evidente” inferioridade racial e por tanto, intelectual dos habitantes dos continentes africano e americano. A preocupação pelos destinos do Brasil e da Colômbia na carreira pelo progresso e a civilização alimentou um ciclo de debates que lançou mão de modelos e teorias científicas confeccionadas em paragens europeias na tentativa de decifrar as causas do atraso que caracterizava ambos os países. Os intelectuais envolvidos nestas discussões eruditas, ocupados na análise e no diagnóstico destas sociedades manifestamente heterogêneas, encontraram nos discursos científicos argumentos que validavam o seu entendimento das diferenças existentes, ao tempo que criaram novas formas de inferioridade. Sem ignorar o contraste oferecido pelas realidades colombiana e

¹ À diferença do Brasil onde o termo *crioulo* é usado para se referir, muitas vezes de forma depreciativa aos negros, no restante de América Latina a palavra se emprega desde o período colonial para designar os filhos ou descendentes de europeus nascidos em terras americanas. No século XIX o termo *criollo* esteve associado ao processo de formação de uma identidade americana que rompendo com o poder peninsular clamava pela independência dos domínios americanos. Este movimento no entanto, procurou diferenciar os *criollos* da população negra, índia e mestiça se servindo do artifício bastante comum durante a colônia da pureza de sangue, excluindo estes últimos do projeto nacional.

brasileira da segunda metade do século XIX, apontarei ao longo do quarto capítulo as coincidências geradas pela leitura, seleção e adaptação de teorias forâneas em ambos os lugares.

O quinto capítulo estará dedicado ao papel de intelectuais brasileiros que como Sílvio Romero e Raymundo Nina Rodrigues tiveram na formulação das relações raciais como ponto de partida das discussões em torno da definição do povo e da nação brasileiros. Entre as aspirações abolicionistas que no seio do movimento assumiram os mais diversos matizes e a aventura liberal que anunciava o perigo da incorporação dos negros à nação brasileira em qualidade de cidadãos, figuras como Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues se enveredavam pelos caminhos da ciência com o intuito de desvendar a influência dos africanos e dos seus descendentes na formação do Brasil. O primeiro, formado na Escola de Direito de Recife e preeminente figura no campo da crítica literária, declarava a mestiçagem como elemento condensador da realidade social brasileira estabelecendo por sua vez, a possibilidade simbólica de formação de uma identidade nacional. O segundo, nascido em 1862 na província de Maranhão, tornou-se posteriormente reputado membro da Escola de Medicina da Bahia. Sob a influência que durante esta época tiveram as teorias de determinismo racial em dita faculdade, Nina Rodrigues insistia nos efeitos perniciosos da hibridação racial no futuro da nação brasileira.

O sexto capítulo pretende desvendar as transformações sociais das primeiras décadas do século XX na Colômbia assim como os esforços da comunidade intelectual por compreendê-las. Nessa conjuntura foram cunhados projetos políticos que visando atingir a imagem ideal do “ser colombiano”, legitimaram práticas de exclusão e inferiorização de populações específicas. O eixo principal desta análise se centrará na celebração em 1920 de um ciclo de conferências que atendia ao chamado da Assembleia dos estudantes de Bogotá e que posteriormente foi compilada e publicada pelo médico e político Luis López de Mesa sob o título *Los problemas de la raza en Colombia*. Considerado por muitos acadêmicos contemporâneos como um evento emblemático do pensamento racial colombiano, as conferências enfatizam a discussão sobre a degeneração irremediável da

raça colombiana acentuando o carácter negativo da contribuição africana na conformação racial da Nação.

A terceira e última parte deste trabalho está constituída por dois capítulos, cada um deles dedicados às trajetórias acadêmicas de intelectuais nacionais e estrangeiros que em ambos os países se debruçaram no estudo da África. O primeiro, se propõe desvendar o carácter das relações estabelecidas com o continente africano e a sua influência na formação do que tem sido denominado pensamento social brasileiro durante a primeira metade do século XX. Com este intuito, serão abordados alguns aspectos das trajetórias e périplos pela África e as produções acadêmicas, artigos jornalísticos e diários de viagens decorrentes das mesmas de intelectuais como Gilberto Freyre, Pierre Verger, Luís da Câmara Cascudo e Roger Bastide. O segundo e último, procura acompanhar o processo que dentro da antropologia colombiana levou ao negro e conseqüentemente ao continente africano a se erigir como objetos de pesquisa antropológica. Nesta perspectiva, a figura do padre José Rafael Arboleda terá destaque especial considerando a importância da sua contribuição como precursor de atividades acadêmicas e de pesquisa que na década de 1950 apontava para a importância das populações negras no entendimento da formação cultural do país. Com este intuito, será analisada a influência da antropologia estadunidense e mais especificamente a perspectiva etno-histórica e cultural proposta pelos estudos afro-americanos para analisar a mudança cultural em situações de contato, na conformação dos estudos afro-colombianos.

Vale lembrar que este trabalho não se ajusta a uma única tradição disciplinar das Ciências Sociais; a metodologia de pesquisa e o modo de desenvolver as temáticas fazem parte de uma tentativa dialógica entre conceitos vindos da Antropologia, da História, da Sociologia e da Teoria Literária. Neste sentido, se trata de uma aposta interdisciplinar que por sua vez pretende desenvolver uma análise que faça possível a abertura de caminhos para o estudo comparado, vinculando modelos de interpretação. Acredito que tal perspectiva seja necessária não só para o entendimento das realidades mais próximas, como também para a compreensão de sociedades que fizeram um grande aporte na constituição cultural do que hoje entendemos por América Latina. A constituição da África como unidade de análise privilegiada das Ciências Sociais, nascida da necessidade

de minar imagens pejorativas e imprecisas sobre as terras africanas e os seus habitantes assim como da urgência de encurtar as distâncias que historicamente têm distanciado as realidades latino-americanas das africanas, está inevitavelmente atrelada à perspectiva comparada de estudo na qual esta tese se enquadra.

Tendo em conta o anterior, esta pesquisa parte de uma revisão intensiva de materiais elaborados por cronistas, naturalistas, botânicos, advogados, políticos, acadêmicos e viajantes na passagem do século XIX para o XX; a análise da produção intelectual, proposta desde uma perspectiva crítica, constitui a base dos argumentos aqui expressados. Ressaltando a importância de pesquisas e textos que com precedência se dedicaram a pensar muitas das questões aqui expostas, este trabalho se articula a partir de leituras interpostas, cruzadas e associadas que irão conduzir o estudo da produção intelectual vinculada à África. Entendendo este tipo de fontes não como uma síntese da realidade e sim como uma de tantas formas de representá-la e relatá-la, o conceito de representação será caro ao desenvolvimento desta pesquisa e sobre ele me permito falar um pouco.

Adotando a proposta metodológica do historiador Anderson Ribeiro Oliva (2010), os textos e descrições eruditas de e sobre territórios e populações africanas serão enquadrados no campo das representações. Estas fontes são produções que na tentativa de interpretação, reconstrução e reinvenção de realidades observadas ou imaginadas a partir de descrições das mesmas, acabam reproduzindo categorias e supostos ideológicos dos seus autores. Este exercício de representação naturaliza hierarquias e diferenças que legitimam a imposição de ordens e a alteração de valores. Mais do que descrições, são definições que criam fronteiras políticas, engendram exclusões e suspendem a vida daqueles que são confinados a uma condição de vida nua (AGAMBEN, 2006). O processo de construção dos sistemas de representações está definido pelas especificidades de cada contexto espaço-temporal contemplando, porém, a influência direta ou indireta entre categorias, conceitos e imagens sobre uma realidade determinada. Desta maneira, é possível identificar a vigência de imagens, estereótipos e preconceitos populares em uma época específica –princípios do século XIX— em discursos acadêmicos e científicos elaborados em pleno século XX.

Por fim, não poderia concluir esta introdução sem mencionar as imagens que aparecem em alguns apartados deste trabalho. As primeiras, usadas para ilustrar a formulação de tipos humanos como estratégias de classificação das populações da Nueva Granada, fazem parte do conjunto de aquarelas realizadas durante as viagens da Comissão Corográfica durante a segunda metade do século XIX por boa parte do território colombiano. O exercício de descrição minuciosa praticado pelos membros de dita Comissão forneceu imaginários e classificações sobre os espaços e habitantes do país que contribuíram ao estabelecimento de marcadores de diferença dentro da Nação idealizada pelos intelectuais aqui analisados (RESTREPO FORERO, 1999; ARIAS, 2005, RESTREPO, 2007, GALVIS 2013). Nesta mesma seção, encontraremos algumas fotografias do brasileiro Marc Ferrez e do suíço George Leuzinger hoje parte do acervo do Instituto Moreira Salles e que retratam cenas da escravidão negra no Brasil durante o século XIX.

As fotografias que acompanham os dois últimos capítulos estão diretamente vinculadas à produção intelectual de dois importantes estudiosos da África e das relações que o Brasil e a Colômbia estabeleceram com esta durante o século XX. A obra do etnólogo e fotógrafo francês Pierre Verger, não poderia ser entendida fora do foco da sua câmera; seu grande acervo fotográfico compreende o cotidiano material e simbólico das mais diversas culturas retratando com especial atenção, a cultura negra da África e do Brasil. Procurando restabelecer a ponte que une o continente africano com o americano, a antropóloga colombiana Nina de Friedemann dedica sua carreira acadêmica à busca de “huellas de africanía”; deste esforço nasceram diversos escritos sobre as festas, rituais e formas de organização social das populações afro-colombianas e um rico material imagético entre o qual se contam fotografias, diapositivos e ilustrações que hoje repousam no Fondo Visual Nina S. De Friedemann da Biblioteca Luis Ángel Arango na cidade de Bogotá.

PRIMEIRA PARTE

ÁFRICA NOS MEANDROS DO NOVO MUNDO

I. OS SELVAGENS DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA E DA ÁFRICA NO IMAGINÁRIO DAS ELITES INTELLECTUAIS NO SÉCULO XIX

“[...] El río Nigris tiene las mismas características que el río Nilo. Produce caña y papiro, cría los mismos animales y además tiene crecidas en las mismas épocas. Nace entre los etíopes tarrelios y los ecálces. La población de éstos es Magio. Algunos han situado en medio del territorio deshabitado, a los atlantes, y junto a él a los egipanes, medio fieras, a los blemias, ganfasantes, sátiros e himantópodos. Los atlantes, si creemos lo que cuentan, son una degeneración de las costumbres humanas. En efecto, entre ellos no existe el empleo de nombres propios y contemplan reunidos, con terribles imprecaciones, la salida y la puesta del sol, como algo pernicioso para ellos mismos y para sus campos, y durante el sueño no tienen las mismas visiones que los demás mortales. Los trogloditas excavan cuevas, éstas son sus casas; comen carne de serpiente y usan un silbido, no la voz: hasta ese punto carecen de la posibilidad de comunicarse con palabras. Los garamantes, carentes del matrimonio, viven sin reglas fijas con las mujeres. Los augilas adoran sólo a los espíritus infernales. Los gansafantes, desnudos y desconocedores de la guerra, no tienen trato con ningún extraño. Se dice que a los blemias les falta la cabeza, y tienen la boca y los ojos puestos en el pecho. Los sátiros no tienen ninguna costumbre humana, aparte de su figura de hombre. El aspecto de los egipanes es como se pinta generalmente, los himantópodos son una especie de cojos cuya forma de andar es reptando. Los farusios, antes persas, se dicen que fueron los compañeros de Hércules cuando se dirigía a las Hespérides.

Y respecto de África no se me ocurren más cosas dignas de mencionar.”

Plinio el Viejo. Historia Natural.

Os seres fantásticos e por vezes monstruosos que povoavam as cabeças de gregos, etruscos, cartagineses e romanos da antiguidade, tomaram forma e habitação em terras africanas e posteriormente americanas. A “descoberta de Novos Mundos” desafiou as ideias sobre tudo o que era conhecido e deu margem para a reprodução de imagens distorcidas das paragens localizadas além do mar e das suas populações; descrições fantásticas que no seu empenho em se afirmar como verdade, persistem desafiando o passo dos séculos. África e América em momentos diversos e distantes no tempo exerceram fascínio em viajantes, exploradores, missionários, militares, comerciantes e todos aqueles que lendo ou de ouvidas, conheceram os relatos fabulosos sobre estas terras.

Foram narrativas carregadas de imagens muitas vezes embasadas da natureza, do clima e dos habitantes que por sua vez, compuseram um conjunto heterogêneo de interpretações tendenciosas.

Com o intuito de fornecer uma dimensão histórica às categorias e denominações que ao longo do tempo têm sido concebidas e acionadas para se referir aos habitantes da África e da América, o presente capítulo pretende analisar o processo mediante o qual, representações que insistiram no carácter inferior da natureza e das populações de ambos os continentes, fruto de imagens distorcidas sobre as mesmas, se tornaram dominantes na definição que o mundo ocidental forjou sobre o Outro. Esperando contribuir na reflexão sobre os efeitos deste processo, arriscaremos um diálogo entre fontes históricas e formações conceituais que foram usadas por grupos humanos como instrumento de inferiorização e exclusão na tentativa de estabelecer as fronteiras entre a civilização e a barbárie.

A origem dos monstros

Os olhares que foram lançados sobre os “Novos Mundos” pelo ocidente, atenderam às preocupações de distintos atores em momentos específicos. É claro que para os navegantes europeus —na sua maioria portugueses— do século XV, a descrição precisa das costas do continente africano era a principal preocupação tal como foi apontado pelo historiador Alberto da Costa e Silva (2012, p. 12); já um viajante muçulmano atentará para o fato da prática da fé e da existência de mesquitas e o comerciante, seja este muçulmano ou não, valorizará as informações a respeito das formas de realizar transações comerciais nestas terras. Estes relatos também foram ricos em descrições sobre as roupas, comidas, vivendas, acidentes geográficos, ritos e hierarquias sociais ao mesmo tempo que alimentaram visões exóticas que de forma geral, conferiram aspectos bestiais aos homens e mulheres observados e descritos. O consumo de carne humana foi sem dúvida, a característica que definia por excelência africanos e americanos sob a pena de viajantes estrangeiros.

A referência às práticas antropofágicas entre os habitantes da África e da América esteve acompanhada, na maioria das vezes, de alusões ao carácter bestial dos seus praticantes.

Dentes pontiagudos, traços simiescos, ausência da fala, formas grotescas foram comuns na hora de descrever estes homens. Porém, esta insinuação não foi exclusiva das narrativas escritas por observadores europeus. Se atentemos aos fatos detalhados por Ibn Khaldun, quem é considerado o maior historiador do mundo muçulmano e que escreveu no século XII uma descrição das terras e os povos da África, encontraremos uma série de estereótipos associados aos habitantes do continente africano:

Diz-se que, em sua maioria, os negros da primeira parte do mundo moram em cavernas e nas florestas, se alimentam de ervas, têm os hábitos dos bichos e não os dos homens, e são antropófagos. [...] Isso se deve ao fato de que, ao estarem afastados das regiões temperadas, se aproximam dos animais irracionais e se distanciam da humanidade por sua constituição e costumes. (IBN KHALDUN apud COSTA E SILVA, 2012, p. 62)

Já no século XVI, desempenhando o ofício de cronista nas expedições empreendidas desde a província do Darién –atual Panamá— até o Perú, o extremenho Pedro Cieza de León alude com grande espanto o estendido costume entre os índios de comer carne humana:

Quiero antes que pase adelante, decir aquí una cosa bien extraña y de grande admiración. La segunda vez que volvimos por aquellos valles, quando la ciudad de Antiocha fue poblada en las sierras que están por encima de ellos, oí decir, que los señores y caciques de estos valles de Nore buscaban de las tierras de sus enemigos todas las mujeres que podían, las cuales traídas a sus casas, usaban con ellas como con las suyas propias, y si empuñan de ellos, los hijos que nacían los criaban como mucho regalo, hasta que tenían doce o trece años, y de esta edad estando bien gordos, los comían con gran sabor, sin mirar que eran su sustancia y carne propia, y de esta manera tenían mujeres para solamente engendrar hijos en ellas, para después comer, pecado mayor que todos los que ellos hacen. (CIEZA DE LEÓN, 1553 [2005], p. 41)

Conforme o historiador Sílvio de Souza Correa (2008, p. 13), desde Heródoto a antropofagia está relacionada aos povos chamados bárbaros, mas cabe a Plínio o Velho, a associação desta com o aspecto animalesco dos seus praticantes. A visão do “Outro” nas lentes de observadores europeus esteve por tanto, influenciada pela ideia bastante difundida, da antropofagia praticada pelos habitantes dos “Novos Mundos”. Porém, é preciso atentar para o fato mencionado pelo autor, da existência de um mercado editorial na Europa renascentista, que ávido por notícias exóticas, alimentava o interesse pelos relatos que destacassem a existência de comedores de gente em terras africanas e americanas (SOUZA CORREA, p. 11-12).

O fascínio e o horror associados na visão de observadores europeus no momento de enunciar a alteridade que encontravam em solo africano e vários séculos depois, no

continente americano, produziu imagens fantásticas e disformes que moldaram em boa medida, a concepção dos “Novos Mundos”. Sem desconsiderar o esforço que pesquisadores de diversas áreas têm dedicado à desconstrução de preconceitos e imagens pejorativas em torno da África e seus descendentes, como destaca o historiador Anderson Oliva (2010, p. 20), é necessário apontar a persistência de visões etnocentristas que colocam africanos e índios americanos, em um patamar evolutivo inferior ao dos habitantes do continente europeu.

Desde a antiguidade, nos deparamos com barbárie e selvageria como características específicas do Outro que se diferenciava do entendimento que de si Mesmo possuía o grupo definidor. Se atentemos à caracterização feita pelos *helenos* dos *bárbaros*, poderemos perceber a diferenciação absoluta dos seus modos de vida em comparação com os seus próprios. Tal como é constatado pelo historiador alemão Reinhardt Koselleck (2006, p. 197) *heleno* e *bárbaro* são conceitos que se excluem mutuamente e seus grupos de referência podem separar-se espacialmente. Desta maneira, a humanidade ficaria reduzida a dois tipos mutuamente excludentes com base em constantes naturais atribuídas aos grupos aos quais estes conceitos se referem.

As diferenças estabelecidas entre os seres humanos estariam contempladas, segundo Koselleck (2006, p. 192), na elaboração de conceitos opostos assimétricos na medida em que constituem, delimitam e caracterizam unidades de ação política e social. Os conceitos opostos assimétricos quando aplicados, excluem a possibilidade de reconhecimento mútuo, sendo estas denominações usadas para o outro, decorrentes do conceito utilizado para si próprio, “que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade, pode ser equiparado a uma espoliação” (KOSELLECK, 2006, p. 193). Ao se referir à identidade do grupo que nomeia, é um conceito positivo que perde esse carácter no mesmo momento em que contempla o grupo nomeado, sendo uma mera inversão semântica do elemento positivo. Nesta mesma medida, a relação de definição não é mútua: em quanto o Eu define o Outro como pura negação da sua autoimagem, o Outro não se reconhece naquela definição.

Com o intuito de conceder uma perspectiva histórica à semântica de formações conceituais que foram usadas por grupos humanos como instrumento de inferiorização e

exclusão, o autor clama pelo questionamento do uso de termos do passado, em benefício do dinamismo dos movimentos históricos. Isto implica reconhecer o carácter duplo dos pares de conceitos antagónicos, ou seja, que da mesma forma que estes possuem uma eficácia política e estabelecem uma estrutura modelar para a análise de situações futuras, são fruto de uma experiência histórica específica e sua aplicação pode ser refutada pela história subsequente (KOSELLECK, 2006, p. 194). No entanto, é possível identificar estruturas de argumentação assimétrica em diversas situações históricas revelando assim, o descompasso entre as palavras e os conceitos e confirmando ao mesmo tempo a elasticidade do vínculo existente entre os pares de conceitos antitéticos e a sua origem ou contexto concreto.

Neste sentido, do par de conceitos opostos assimétricos *heleno-bárbaro*, o segundo conserva até agora uma eficácia política, enquanto que o primeiro se mantém como conceito histórico sem nenhuma repercussão no nível político. *Bárbaro* se constitui assim, “em uma figura de linguagem preservada, no sentido de que o polo negativo do *bárbaro* ou da barbárie sempre se encontra disponível, por negação, para proteger a posição que se ocupa ou para alarga-la expansivamente” (KOSELLECK, 2006, p. 206).

Arriscando um diálogo entre a definição de pares de conceitos assimétricos proposta pelo historiador Reinhardt Koselleck e o conceito de *figuração* concebido pelo sociólogo Norbert Elias como chave para compreender as diferenças interpostas entre o Eu e o Outro –seja no nível individual ou coletivo—, poderíamos pensar a relação do ocidente respeito da África e da América, como o cenário predileto para a definição de grupos humanos por afinidade ou oposição, cuja identidade, tratando-se de um grupo estabelecido, seria salvaguardada através de mecanismos como a exclusão e estigmatização de um grupo marginalizado.

Para desenvolver este argumento será necessário definir a grandes traços o conceito cunhado por Norbert Elias de *figuração*, como uma composição na qual a interdependência entre as pessoas abrange tanto o nível individual quanto o nível coletivo. A *figuração* se refere a qualquer grupo humano e a interdependência de cada um dos seus membros; as formas específicas de interdependência unem aos homens reciprocamente, as tensões entre grupos humanos podem se explicar si entendemos a cada um deles como

parte de uma *figuração* na qual a intensidade dos laços que unem a seus membros pode variar segundo o grau de tensões (ELIAS, 1982, p. 147-160).

Com a expansão colonial europeia que teve lugar no século XVI em territórios do continente africano e americano, “oposições assimétricas raciais” na visão do Koselleck ou, “figurações” com conotações raciais nos termos de Norbert Elias foram correntes no momento de articular a diferença. A dimensão histórica é de novo chamada à tona, quando se coloca em questão o processo através do qual, aspectos como a cor da pele se tornaram marcadores da diferença estrutural entre grupos humanos. Poderíamos, portanto, localizar as origens da relação da raça com características corporais determinadas e do racismo como prática de classificação e hierarquização de grupos humanos, nos limites da modernidade como o espaço de emergência de ambos e a “descoberta” e o conhecimento de “Novos Mundos” pelos europeus como ponto de partida.

Assim, e contrariando a tese assumida por diversos historiadores e antropólogos que situa o surgimento do pensamento sobre a raça, as classificações raciais e a exclusão racial no ocaso do século XVIII, Maria Eugenia Cháves (2007, p. 74) evoca a geração de um saber erudito em torno das diferenças entre os seres humanos, no momento em que a expansão e a exploração colonial europeia se faz efetiva, isto é, na transição do século XV para o século XVI. As relações coloniais de dominação se ancoraram no conhecimento erudito que fez da população americana e especialmente da africana, sujeitos inferiores em contraste com a definição que europeus tinham da sua própria identidade.

Segundo Norbert Elias, as relações entre estes dois grupos humanos estão cimentadas em situações de poder que nunca são as mesmas e variam em concordância com as conjunturas históricas. A partir de esta posição, se explicaria a exaltação de diferenças raciais e étnicas em função de legitimar a preeminência que gozam a respeito de um grupo determinado. Já na definição de Koselleck (2005, p. 192), o carácter negativo que recobre o campo semântico que define o Outro predispõe o Eu a interpretar evidências empíricas como sinais que confirmam seus preconceitos; é claro que a cor preta, associada no imaginário europeu desde a Idade Média à maldade e a depravação humana, fosse a fonte de uma série de conotações pejorativas associadas aos homens de pele escura.

Em um jogo de espelhos, a construção da identidade do europeu branco se erige frente a presença do seu oposto, o negro que como tal, representa a desrazão, a animalidade, a feiura e a injustiça (APARECIDA DOS SANTOS, 2002, p. 280). Em terras americanas, a exuberância da natureza descrita nos relatos de viajantes e cronistas era ofuscada pela bestialidade e barbárie dos seus habitantes. Qualificações pejorativas dos homens e mulheres naturais deste Novo Mundo, foram repetidas até a saciedade desde os primeiros relatos que foram escritos sobre estas paragens. Em 1495 Michele da Cuneo, integrante da segunda expedição de Cristóbal Colón às Antilhas, narra em uma carta as vicissitudes pelas que teve de passar e consigna suas impressões da terra e seus habitantes:

Mientras tanto, los hombres son pocos e malos en un inmenso país; son “forte sodomiti”; hacen trabajar a las hembras (“li omini solo attendono a pescare e a mangiare”), y no valen gran cosa más que como esclavos: “per nostro aviso, non sono ómini da fática, et temono molto il freddo, né etiam hanno lunga vita”[...] hablan todos la misma lengua [...] y, como habia referido el doctor Chanca, “comen sucio”, o sea que devoran “ogni animali bruti e venenosi”, como ciertas gruesas serpientes [...] así como perros (“che non sono troppo boni”), culebras, lagartos, arañas, cangrejos, etc. (MICHELE DA CUNEO apud GERBI, 1993, p. 48).

As imagens construídas pelos europeus de africanos e americanos, estiveram vinculadas a práticas e comportamentos que os colocavam nos limites do mundo civilizado. Com a expansão do comércio transatlântico e do tráfico de escravizados africanos, repressão e exclusão se acoplaram em território americano. As identidades concebidas a partir deste momento serão por tanto, subsidiárias do antagonismo entre civilização e barbárie que por sua vez estará vinculado ao antagonismo baseado na cor da pele.

O desenvolvimento do sistema colonial e do regime escravocrata no continente americano emerge como evidência de um complexo de relações entre estabelecidos e marginalizados, que se manifestavam através do controle efetivo que exerciam senhores sobre os negros escravizados. A discriminação baseada na cor da pele e a coisificação dos escravos foram comportamentos recorrentes que justificavam o maltrato, a escravização, e eram prova fidedigna da suposta superioridade moral e humana dos senhores. Por sua parte, a presunção de que os escravos revelavam sintomas de inferioridade humana, foi produto da estruturação do olhar europeu sobre os outros, excludente por sinal de tudo aquilo que se diferenciava de si mesmo (MARINHO DE AZEVEDO, 2004, p. 117).

Tais distinções também podem ser entendidas à maneira em que o antropólogo Eric Wolf (2001, p. 32) propõe ao falar do exercício do poder estrutural em diversas sociedades; sendo estas efeitos de uma ideologia que baseada na posição que as pessoas ocupam dentro da mobilização da mão-de-obra social, confere lugares diferenciados a cada uma destas. Deste modo, o monopólio de um grupo particular sobre os principais recursos de poder, é a peça chave no momento de criar uma *figuração* na que um grupo é notavelmente inferior a outro. Tal *figuração* é conformada por ambos setores conferindo ao grupo dominante a capacidade de caracterizar ao outro como humanamente inferior sem que este possa desfazer-se de seu rótulo. No entanto, a estigmatização da população escravizada estava fundada em sua posição desvantajosa de poder, e esta situação só seria modificada na medida em que os senhores perdessem a capacidade de controle hegemônico do mesmo. Assim, sobre os marginalizados e sobre os membros do grupo estabelecido, se reforçaria o sistema coercitivo atuando estes em detrimento dos primeiros.

A imagem que o grupo marginalizado tem de si mesmo está condicionada pela *figuração* coletiva e nestas circunstâncias, o grupo inferior está absolutamente desarmado e fragilizado na luta pelo poder. De fato, a auto-imagem desonrosa dos marginalizados aprova o carisma e a superioridade dos estabelecidos. Neste contexto, a discriminação baseada em características fenotípicas e subsequentemente em níveis mentais, se traduz como defesa ideológica das posições de poder. A estigmatização dos demais tem uma relação direta com fantasias ou imaginários do grupo estabelecido; a singularidade dos escravos como grupo humano se revelava na cor de sua pele, esta era a marca incontestável de sua inferioridade. Sendo assim, a segregação social dos marginalizados pelos estabelecidos se materializa: para o grupo estabelecido a constituição corporal coincide, tal como afirma o sociólogo Otto Haseloff (1961, pp. 472-486), com o caráter dificilmente reconhecível de sua personalidade e, por tanto, negativo. A defesa vigorosa de uma posição privilegiada justifica todo tipo de discriminação sustentando o caráter natural, hereditário e divino da posição marginalizada.

Nas sociedades coloniais do Novo Mundo, a crença na trivialidade dos africanos e seus descendentes se materializava na necessidade de comprovar muitas vezes a superioridade

dos senhores sobre os escravos, muito mais quando a identificação destes últimos se regia pela minoria “*levantisca, rebelde y sediciosa*”. Tal como afirma Norbert Elias, o grupo estabelecido tende sempre a julgar o conjunto de marginalizados a partir de sua minoria “anômica”², enquanto, por outro lado, se define a si mesmo pela minoria de seus melhores membros.

As teses sobre a inferioridade de americanos e africanos transitaram um longo caminho até se consolidarem em objetos de conhecimento científico. O século XVIII foi o marco de mudanças significativas no eixo do poder colonial o que significou a enunciação do novos paradigmas de produção de conhecimento. As classificações que pretenderam dar conta das diferenças existentes entre os homens e que foram cunhadas sob parâmetros impostos pelo Renascimento espanhol já no século XVI, tomaram novas formas e nomes na escrita de filósofos e naturalistas do norte da Europa (CHÁVES, 2007, p. 87), com o intuito de consolidar um sistema hierárquico de classificação racial que justificasse a intervenção em terras de homens bárbaros “sem lei, nem lei, nem rei”.

As empresas e expedições científicas que cortaram os territórios americano e africano a partir do final do século XVIII retomaram e deram coerência a uma série de imagens e preconceitos sobre a natureza e os habitantes destes dois continentes. Como bem lembra a historiadora Célia Marinho (2004, pp. 19-20), os discursos racistas que emergem nesta época, se alimentaram das narrativas de viajantes europeus que ocupavam novas terras e que junto aos filósofos do Iluminismo, consolidaram a imagem de negros bestiais próximos aos macacos e antípodas do homem europeu civilizado. Neste contexto, o termo “raça” empreende caminho em direção à sua conotação moderna a qual o vincula indefectivelmente com a cor da pele e claro, com a prática do racismo.

² Anomia é um conceito usado com frequência na Teoria sociológica contemporânea e se refere à ruptura ou falta de normas sociais tanto quanto à incapacidade da estrutura social de dotar aos indivíduos de elementos necessários para alcançar as metas da sociedade. O conceito foi cunhado pelo sociólogo Émile Durkheim; segundo este, a anomia implica na falta de normas que possam orientar o comportamento dos indivíduos. (LÓPEZ FERNÁNDEZ, 2009, pp. 130-147).

O artifício da raça

São diversos os autores que ao reconhecer a historicidade do conceito de “raça”, ratificam a correspondência do surgimento do pensamento racial com a expansão do colonialismo europeu; para eles, o racismo se constituiu no pilar ideológico do desenvolvimento capitalista e a racialização das relações de poder “el más específico de los elementos del patrón mundial de poder capitalista eurocentrado y colonial/moderno” (QUIJANO, 2000, p. 374). Porém, atendendo ao chamado dos antropólogos colombianos Julio Arias e Eduardo Restrepo, é necessário lembrar que as formas de inferiorização dos outros não se encontram exclusivamente atreladas a uma taxonomia racial:

La inferiorización de los otros, considerándolos incluso no humanos, no es articulada racialmente de forma inevitable, no supone necesariamente una taxonomía racial, sino que apunta a un fenómeno por lo demás bien extendido que la antropología ha denominado etnocentrismo. (ARIAS E RESTREPO, 2010, p. 53)

Em função do reconhecimento da dimensão histórica e contingente da raça, o chamado é fugir do uso anacrônico do conceito. A consolidação de “raça” como ferramenta analítica comporta um processo de longa duração perante o qual, ela mesma teve de negociar os termos da sua própria existência. O anterior supõe diálogos com significados e processos que em situações históricas diversas, permitiram dita conceitualização. Nesse mesmo sentido, não pode ser esquecido o carácter instável da mesma; pensar a raça em termos monológicos significa ignorar o complexo de relações que a conformam. As definições de raça são sempre dialógicas e os diálogos estão articulado necessariamente pelas relações de poder.

Segundo a antropóloga peruana Marisol de la Cadena, entender hoje a “raça” como uma ferramenta de produção de diferenças e sujeitos diferentes, obriga a imaginar um longo percurso de sedimentações e tensões em espaços e temporalidades distintas:

La raza se realiza como concepto mediante diálogos y relaciones políticas entre quienes califican y quienes son calificados —y entre los primeros también están los últimos—. Como concepto político, una característica importante es que la raza adquiere vida “en traducción”, ocurre en relaciones cuyos significados coinciden parcialmente, pero cuyos excesos (las no coincidencias) aún cuando “estorben”, continúan en circulación.” (DE LA CADENA, 2007, p. 12)

A força do conceito de “raça” radica segundo a afirmação anterior, na sua capacidade de apropriação e adaptação de corpos, espaços e significados; ele navega através do tempo assumindo formas inusitadas e se reaviva na forma de instituições e sentimentos que lhe são anteriores. Para Célia Marinho (2004, p. 79), a existência problemática da “raça” como ideologia não anula o seu poder de gerar fanatismo e se manter de “modo ainda mais intimidador”.

Historizar a categoria de raça significa então realizar uma série de distinções. Estas distinções vão desde o uso da palavra e o conceito –entendendo que classificações raciais podem ser feitas sem usar a palavra raça e que esta por sua vez pode não ter um viés conceitual—; a diferenciação da raça como fato social –fenômeno histórico contingente que varia no espaço e no tempo— da categoria analítica que a transforma em um instrumento teórico para dar conta de articulações raciais (ARIAS E RESTREPO, 2010, p. 50).

Nesta tentativa, a relação que “raça” mantém com as “suas anterioridades” é fundamental para compreender seus significados atuais. Assim mesmo, é necessário libertar o conceito de “raça” de articulações específicas as quais a limitam a uma dimensão biológica ou cultural que desatendem o fato de que ambas as dimensões são histórica e culturalmente construídas. As Ciências Sociais em geral e a Antropologia em particular, têm se ocupado em analisar os efeitos produzidos pela Modernidade em quanto marco de desdobramento das categorias analíticas e conceituais através das quais elas mesmas se pensam e criam seus objetos de conhecimento.

Como já foi mencionado com anterioridade, o surgimento da “raça” como categoria de classificação e categoria conceitual se situa no eixo da Modernidade como efeito da expansão colonial europeia que difundiu rótulos para hierarquizar gentes e lugares que encontravam fora do seu próprio continente. Essas hierarquias foram enunciadas dentro de “regímenes de verdade” ou “discursos expertos” –para utilizar os termos do Paul Gilroy—, que faziam eco de uma separação que seria fundamental para o pensamento moderno: a da Natureza e a Cultura.

As implicações da “raça” como categoria moderna podem ser mensuradas na medida em que se atente pra condição epistemológica de dita divisão. A constituição da modernidade segundo Bruno Latour, descansou na criação de dois regímenes que permitiram a secularização da vida e da produção do conhecimento; neste processo, foram concebidos artefatos “híbridos” que se encontravam na fronteira destes dois espaços, seguido da prática de purificação dos mesmos para situá-los na Natureza ou na Cultura. A “raça” como artefato “híbrido” ratifica que, da mesma maneira que ela foi inventada, a separação ontológica destes dois espaços comporta a mesma condição (LATOUR, 1994, pp. 19-53).

Em termos concretos, a afirmação anterior aponta para o equívoco de situar, ou melhor, definir a “raça” sob critérios estritamente biológicos ou culturais por duas razões. A primeira, e atendendo ao caráter “híbrido” concedido por Latour, é que “raça” é natureza tanto quanto cultura ao ser o homem –quem por sinal é natureza e cultura ao mesmo tempo—, seu objeto e sujeito de conhecimento (DE LA CADENA, 2007, p. 16). A segunda, é que a biologia –ou a natureza— como a cultura, são criações que se concretizam através de práticas sociais dentro de um espaço e um tempo determinados.

Por outro lado, a conceitualização moderna de “raça” comporta ao mesmo tempo uma clara demarcação entre a dimensão física do homem e uma instância metafísica ou espiritual que juntas, concedem a singularidade da condição humana. A “raça” por tanto, se torna dependente de dita divisão para mais tarde enfatizar no seu vínculo, o qual por sua vez se concentrara na constituição física como definidora do carácter moral ou imaterial dos homens.

A criação de categorias e rótulos baseadas em rasgos físicos, esteve então determinada por “saberes expertos” que como a Biologia, foram privilegiados e validados na produção de conhecimento (ARIAS E RESTREPO, 2010, pp. 59-60). As transformações políticas e econômicas que sacudiram Europa durante o século XVIII e a mudança paradigmática que o projeto ilustrado significou no nível ideológico, criaram as condições para a emergência de padrões epistemológicos que através das disciplinas científicas, constituíram um novo olhar sobre a natureza e o homem. O avanço das empresas coloniais nas regiões da América e do continente africano, desafiou os sistemas de

classificação existentes obrigando ao desenho de ferramentas que auxiliassem na interpretação e análises das diferenças da flora, da fauna, da geografia e claro, da diversidade entre os seres humanos (GALVIS, 2013, p. 32).

Esta série de mudanças paradigmáticas estabeleceram o marco dentro do qual a Ciência alcançaria o status de conhecimento legítimo; a análise das diferenças existentes entre pessoas, animais e plantas de diversos lugares do planeta estará vinculado desde então, a uma série de práticas delimitada por um método científico que estabelece a possibilidade do uso de instrumentos e categorias que orientaram o exame das características biológicas e/ou culturais que determinaram estas diferenças.

O processo que levou à consolidação de uma ciência moderna lidou com a existência de uma série de imagens sobre América e África, fruto de descrições de missionários, funcionários coloniais, viajantes e comerciantes que trás seu passo por estas terras, confeccionaram um imaginário específico sobre estes continentes e seus habitantes. Estas representações foram cedendo espaço a um conjunto de explicações herdeiras do discurso ilustrado que reproduziam preconceitos existentes, respaldados agora por predicados científicos e argumentos eruditos. Em meio desta conjuntura se abrem caminho as teses sobre a inferioridade americana e ressurgem antigos estereótipos negativos acerca dos habitantes do continente africano.

Com roupagem científica, imagens deturpadas e profundamente depreciativas ganharam forma nos escritos de naturalistas e filósofos que como Buffon e o abade Corneille De Pauw, caracterizaram a América como um continente “débil”, “imaturo” e “degenerado” (GERBI, 1982, pp. 4-6). Em um renovado esforço por representar a diferença respeito da sua própria identidade, Europa, na visão de alguns dos seus intelectuais, outorgara um rótulo pueril ao continente americano e às suas gentes. No tamanho da sua fauna, no malsão do seu clima, no imberbe dos seus nativos e na sua instabilidade geológica, América revelava os sintomas da sua infantilidade.

Neste mesmo sentido, as condições que caracterizaram o “Novo Mundo” fixaram por sua vez os limites do desenvolvimento dos seus habitantes sentenciando-os à degeneração e à impossibilidade de alcançar a civilização. Nas afirmações de De Pauw, os americanos são

“bestias, o poco más que bestias, que ‘odian las leyes de la sociedad y los frenos de la educación’, viven cada uno por su cuenta, sin ayudarse los unos a los otros, en un estado de indolencia, de inercia, de completo envilecimiento. El salvaje no sabe que tiene que sacrificar una parte de su libertad para cultivar su genio ‘et sans cette culture il n’est rien’” (DE PAUW apud GERBI, 1982, p. 67). A natureza americana por tanto, não só era imperfeita como degenerada e decadente.

Em relação à África, o pensamento científico europeu insistia na inferioridade biológica, espiritual, moral e material dos seres humanos que ali habitavam. Segundo o historiador Anderson Oliva, a proximidade do homem africano com o macaco encarnava a prova irrefutável da sua incapacidade de evolução. A “descoberta” de algumas sociedades africanas como os Pigmeus, Hotentotes ou Bosquímanos sentou as bases para que o conhecimento científico pudesse afirmar a existência do chamado “elo perdido” da humanidade, fato que estabeleceria definitivamente, a ligação evolutiva entre os símios e os homens (OLIVA, 2010, pp. 82-83).

As imagens depreciativas que sobre a África se teceram dentro da tradição multissecular de pensamento europeu, conviveram com postulados revestidos de certo rigor científico próprios do momento em que se pretendia constituir um regime específico de conhecimento. No entanto, a consolidação da prática científica durante os séculos XVIII e XIX supôs um processo de coprodução de conhecimento que não só levava em consideração categorias e conceitos próprios do imaginário europeu, como também reflexões compostas em terras americanas e africanas. As identidades e imagens associadas à natureza e aos habitantes destes continentes foram produto do diálogo, por vezes tenso e díspar, entre o olhar que os europeus lançaram sobre os Outros e a visão que esses Outros construíram sobre Si.

De acordo com o antropólogo Santiago Galvis (2012, pp. 41-42), uma conjunção especial de interesses inéditos desenhou o marco para a profusão de teses e reflexões em torno das particularidades da América no próprio solo. Segundo o autor, as possibilidades abertas pelo desenvolvimento do capitalismo mercantil, a consolidação de comunidades nacionais e a legítima curiosidade dos científicos locais configuraram o panorama de enunciações autóctones sobre sua terra e os seus conterrâneos. A descrição e

sistematização da informação obtida a respeito da flora, da fauna e dos habitantes do continente americano, foi elaborada nos cânones dispostos pelas novas disciplinas científicas por intelectuais membros das elites ilustradas no “Novo Mundo”.

As demandas que comportou a transição do poder colonial ao das elites *criollas* no início do século XIX colocaram em marcha uma série de mudanças nas formas de organização e classificação dos recursos e das populações existentes; a expansão do capital atrelada aos interesses de ordem política lançaram mão dos métodos e das interpretações formulados pela Ciência Moderna que além de permitir a codificação do mundo natural, garantira a permanência de uma ordem diferenciada e hierárquica dos elementos nele existentes. A formação de uma elite intelectual que desse conta dos padrões de produção de conhecimento científico dentro do novo regime epistemológico se correspondeu com os interesses económicos e políticos que almejavam a imposição de uma ordem social e natural hegemônica.

II. LAS TIERRAS CALIENTES: ÁFRICA E SEUS DESCENDENTES NAS TERRAS BAIXAS DA NUEVA GRANADA.

“A las dos leguas de bajada pisábamos el lindero superior del llano y nos abrumaba un calor de 32° centígrados a la sombra de árboles corpulentos. La vegetación enredada y espinosa, las yerbas de aroma enfadoso, el chirrido continuo de las chicharras y las carreras de los gruesos lagartos verdes que erguían la cabeza y parándose a mirarnos despleaban en el pescuezo una membrana escarlata como señal de guerra, que son incapaces de sostener; todo hacia contraste completo con las regiones que dejábamos detrás de la serranía; todo mostraba el carácter con que los viajeros nos representan las ardientes regiones del África.”

Manuel Ancízar. Peregrinación de Alpha.

Durante o século XIX, a associação explícita entre os males da escravidão e a inferioridade racial do negro responde à convergência de argumentos liberais e raciais que explicam o caráter irracional da escravidão em termos do caráter compulsório do regime de trabalho e pela inferioridade racial dos escravos africanos. Os estudos empreendidos naquele momento sobre os africanos e o seu continente, revelavam a tendência inata dos negros à ociosidade e a sua incapacidade mental era validada pelas pesquisas científicas sobre a conformação do cérebro africano.

Diante deste panorama, os dois capítulos a continuação se propõem analisar a produção intelectual das elites *criollas* e brasileiras em torno do continente africano e seus descendentes no continente americano. Para tais efeitos, nos debruçaremos na leitura de alguns dos artigos que compõem o *Semanario del Nuevo Reyno de Granada*, publicação periódica sob a direção de Francisco José de Caldas editada por primeira vez em janeiro de 1808. Através deste, um grupo de intelectuais alimentou os debates sobre a geografia, a população e o clima desta porção do território americano. Para o caso brasileiro, lançaremos mão de textos produzidos por intelectuais que como Frederico Burlamaque e Aureliano Tavares Bastos, se comprometeram com a discussão sobre a inferioridade dos escravos de origem africana e os seus descendentes no Brasil e os efeitos desta na formação da comunidade nacional brasileira.

Debates em torno do clima e a sua influência nos seres vivos

A perda de hegemonia do Império Espanhol sobre as suas colônias americanas na transição do século XVIII ao XIX facilitou a realização de descrições em detalhe do território americano devido à abertura e o desmonte das suas fronteiras. Múltiplas motivações incentivaram empreendimentos de descrição e classificação geográfica e demográfica. Sem dúvida, a curiosidade de científicos e o interesse das elites políticas vinculados às exigências do desenvolvimento de mercados fizeram destas, ferramentas efetivas no exercício do poder. As imagens da natureza selvagem americana se tornam, a partir desse momento, em objeto de análise, em pivô para a criação de sistemas de representações que revalidam a apropriação dessa Natureza pelo Ocidente.

Atendendo à observação da antropóloga Margarita Serje (2011, p. 87) respeito da impronta deixada pela disputa intelectual de finais do século XVIII em torno da natureza do continente americano, é possível afirmar que as noções que nesse momento se gestavam sobre a América tropical e os seus habitantes, legitimaram a visão unilateral da história colocando sociedades humanas em diversos estágios ou etapas de desenvolvimento que partindo de uma mesma origem, convergem ao mesmo fim. Sob esta perspectiva, a ideia predominante da influência do clima e da geografia sobre os seres vivos adquiria o carácter de verdade insofismável.

Durante séculos, os efeitos do clima em seres humanos, animais e plantas se constituíram na preocupação de diversos intelectuais. Tal como é lembrado por autores como Mauricio Nieto, Paola Castaño e Diana Ojeda (2005, pp. 96-97), a expansão colonial sobre os territórios do Novo Mundo iniciada no século XVI tornou esta preocupação o eixo central da produção literária europeia sobre a natureza americana. A separação definitiva entre as zonas tórridas e as zonas temperadas forneceu argumentos para implementar parâmetros de classificação das diferenças existentes entre os seres humanos. As propriedades físicas e morais dos habitantes de ditas zonas, estariam definidas pelo impacto da humidade, sequidade, o calor e o frio (SERJE, 2011, p. 94).

O debate em torno do clima envolveu figuras de destaque dentro das comunidades científicas europeia e *criolla*. A respeito desta última, é relevante apontar que no meio ao

desmantelamento paulatino do império colonial espanhol, as elites americanas ampararam a sua existência e autoridade no diálogo entre a ciência e a política. A primeira, cuidadosamente forjada pela observação apurada da Natureza através de certos instrumentos que por sua vez permitiram a rigorosa descrição da mesma, dotara de legitimidade as pretensões políticas de controle do território e os seus habitantes.

O conhecimento apurado sobre o impacto do meio nos seres vivos concedia ao grupo seleto de intelectuais *criollos* a capacidade de distinguir e por tanto, de ordenar a natureza e o homem em termos de civilização e barbárie. Em quanto o controle do homem sobre o meio habitado fosse maior, mais perto se encontraria de um estágio de civilização no qual a cultura se impõe sobre a selvageria. Nesta ordem de ideias, o clima seria um fator determinante no desenvolvimento físico e moral dos habitantes das terras americanas.

A discussão suscitada pelas teses defendidas por Buffon e De Pauw sobre a debilidade, imaturidade e degeneração do continente americano referidas aqui com antecedência, alimentou a polêmica da qual participavam reconhecidos membros da intelectualidade *criolla* da Nueva Granada na primeira década do século XIX. Tendo como veículo de difusão o *Semanario del Nuevo Reyno de Granada*, publicação periódica sob a direção de Francisco José de Caldas que sai à luz pela primeira vez em janeiro de 1808, este grupo de intelectuais se interessou nos debates em torno da geografia, a população e o clima desta porção do território americano. Na tentativa de refutar as representações imperiais das terras e as gentes do *Novo Mundo*, *criollos* se comprometeram com a defesa do homem americano frente à suposta superioridade do homem europeu.

Vale lembrar porém, que a acirrada defesa do continente americano e os seus habitantes levada em frente pela intelectualidade *criolla*, mais tem a ver com a pretensão da sua superioridade étnica em relação com os seus conterrâneos índios, negros e mestiços, ancorada na existência de castas e a hierarquização garantida pela pureza de sangue, que com um ímpeto nacionalista que reivindicasse a humanidade dos americanos (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 292). No marco da campanha em contra do que foi chamada a “calúnia de América”, o científico *criollo* Francisco José de Caldas³ se esmerava em

³ Francisco José de Caldas foi um dos membros mais destacados da elite ilustrada do Nuevo Reino de Granada durante os primeiros anos do século XIX. Nasceu na cidade de Popayán em 1768, realizou estudos

ressaltar as capacidades físicas, morais e intelectuais dos habitantes das terras temperadas dos Andes em oposição à preguiça, selvageria e indisposição dos habitantes das terras baixas.

No artigo publicado no mês de maio de 1808 intitulado “*Del influxo del clima sobre los seres organizados*” —e sobre o qual tem se debruçado uma série de acadêmicos contemporâneos ora interessados no debate sobre o estabelecimento de diferenças raciais pela elite *criolla* na definição da nação do que hoje conhecemos como Colômbia, ora estudiosos da formação de comunidades científicas *criollas* após a emancipação das colônias americanas—, Caldas se posiciona a favor das teses que ratificam o clima como fator decisivo na formação do temperamento físico e moral dos seres humanos.

Com o objetivo de defender a sua tese sobre a influência do clima exposta no primeiro número do *Semanario* das arguições feitas por Diego Martín Tanco quem em carta dirigida no mês de fevereiro de 1808 refutava a relação direta do clima e a moral ressaltando a importância da educação e da opinião na virtude dos homens (TANCO, 1808), Francisco José de Caldas procurava argumentos científicos que legitimassem as suas observações respeito dos efeitos do calor e do frio, da latitude e da temperatura sobre os habitantes do planeta.

Depois de indicar as posições extremas que os partidários da discussão referente à influência do clima sobre o homem assumiram, pretendendo diante desta polarização um ponto de equilíbrio, o autor se dispõe a enunciar a série de efeitos na formação física —e moral, se levamos em consideração a afirmação dele próprio em torno da constituição do homem em corpo e espírito e a íntima união entre as duas partes—, apontando um

de Latinidade e Filosofia no Colegio Seminario de Popayán e estudos de Direito no Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario em Bogotá. Seu interesse na Botânica, Astronomia e a Geografia marcaram o caminho de formação científica, primeiro como membro da *Real Expedición Botánica al Nuevo Reino de Granada* —1787-1816— à cabeça de José Celestino Mutis, figura através da qual entrou em contato com Alexander Von Humboldt, e depois como fundador do *Semanario del Nuevo Reyno de Granada*. Comprometido com a luta pela independência, Caldas morreu em 1816 fuzilado pelas tropas de Pablo Morillo na tentativa espanhola de recolonização no Nuevo Reino de Granada. Para ver mais sobre Caldas e o seu tempo, consultar as obras de Alfredo Bateman. *Francisco José de Caldas. El hombre y el sabio*. Cali: Banco Popular, 1978. Renán Silva. *Los ilustrados de la Nueva Granada, 1760-1808. Genealogía de una comunidad de interpretación*. Medellín: EAFIT- Banco de la República, 2002; Mauricio Nieto. *Orden natural y orden social. Ciencia y política en el Semanario del Nuevo Reyno de Granada*. Madrid: CSIC, 2007.

conjunto de fatores que como o calor e o frio, a pressão atmosférica e a carga elétrica definem as características dos seres humanos:

¿Cuánto debe haber sufrido el hombre, este sér delicado y flexible, en temperaturas tan diferentes? Los hombres de la Nubia, del Senegal y de Guinea, en nada se parecen al Lapon, al Groenlando, al Samoyedo y al Tongus. Los primeros, bajo de un clima abrasador, cercados de desiertos de arena caldeada, respirando un aire inflamado por los rayos solares, han sufrido tales alteraciones en la piel, en el pelo, en la estatura, en la nariz, en los labios, y hasta en el olor de sus cuerpos, que cuesta dificultad persuadirse que tienen un mismo origen con los habitantes de las extremidades árticas de los continentes. En estas regiones hiperbóreas, el hombre, oprimido bajo el imperio destructor de un frío extremado, sobre montañas de hielo en que se apoya la bruma silenciosa y melancólica, tienen disminuída la nariz, dilatados los párpados y la boca: las proporciones y la belleza han huído lejos de estos lugares horribosos [...] (CALDAS, 1808a, pp. 144-145).

O contraste entre os climas extremos em toda a extensão do globo terráqueo chama a atenção do autor quem a continuação se propõe acentuar as diferenças existentes entre os africanos e os habitantes do círculo polar; no entanto, com este exercício Caldas pretende atentar para a evidente proximidade dos extremos na Natureza. A despeito das gritantes diferenças entre os povoadores destas latitudes, os efeitos devastadores dos climas extremos sobre o desenvolvimento físico e as virtudes intelectuais da humanidade desenharam quadros imperfeitos da mesma:

Estas enormes diferencias, estos caracteres distintivos de los pueblos que habitan las extremidades de nuestro globo, no son sino los productos del calor y del frío, productos reconocidos por los filósofos de todas las edades, y confirmados por la experiencia; productos que, variando enteramente la constitución física del hombre, han variado sus gustos, sus deseos, sus usos, sus costumbres y sus pasiones. ¡Qué diferentes son la vida y las inclinaciones del Lapon de las del negro de Senegal! Aquél, bajo de tiendas formadas de pieles, vegeta las noches dilatadas de su invierno, alumbrado a la triste luz de una lámpara. Su bebida es el aceite de ballena y el agua; el pescado, la carne cruda de sus renos y de sus osos, las cortezas de abedul y de pino, son sus alimentos. Cubierto de los despojos de los animales del norte, atraviesa sobre patines grandes espacios, con una intrepidez y con una velocidad asombrosas. Nacido para las fatigas, no conoce otra ocupación que la caza de las zorras, de las martas, de los armiños y de los linceos. Sin religión, sin principios, sin moral, es supersticioso, grosero y sin pudor. Ofrece al extranjero su mujer, y se cree feliz si usa de ella. “Pueblo abyecto, sin más costumbres que las suficientes para hacerle digno del menosprecio” (1)⁴; raza infame, degenerada y circunscrita en los hielos polares. **El Africano de la vecindad del ecuador, sano, bien proporcionado, vive desnudo bajo de chozas miserables. Simple, sin talentos, sólo se ocupa con los objetos presentes. Las imperiosas necesidades de la naturaleza son seguidas sin moderación y sin freno. Lascivo hasta la brutalidad, se entrega sin reserva al comercio de las mujeres. Estas tal vez más licenciosas, hacen de ramerías sin rubor y sin remordimientos. Ocioso,**

⁴ Cita da obra de Buffon: Buffon, t. 5, pág. traduc. Cast.

apenas conoce las comodidades de la vida, a pesar de poseer un país fértil, apacible, cubierto de árboles y cortado de ríos por todas partes. Bajo de un cielo inflamado, agota la sustancia de su cuerpo por el sudor y por la transpiración. Sus días son cortos; a los cuarenta o los cincuenta años ha tocado con la senectud. Aquí idólatra, allí con una mezcla confusa de prácticas supersticiosas, paganas, del Alcoran, y algunas veces también del Evangelio, pasa sus días en el seno de la pereza y de la ignorancia. Vengativo, cruel, celoso con sus compatriotas, permite al Europeo el uso de su mujer y de sus hijas. Ñame, plátano, maíz, hé aquí el objeto de sus trabajos y el producto de su miserable agricultura. Unas veces mañoso, otras feliz, vence al tigre, al león y al elefante mismo. (CALDAS, 1808a, pp. 146-147. Grifos meus).

A citação anterior merece especial atenção enquanto referência direta aos habitantes do continente africano. A associação imediata da África ao calor escaldante e à natureza exuberante atrelados ao caráter selvagem, lascivo e preguiçoso dos naturais desta região do planeta, será recorrente na produção científica e literária dos intelectuais *criollos* durante o século XIX e boa parte do século XX. Esta relação irá determinar a inerência do vínculo estabelecido entre a população de origem africana e seus descendentes na América, e os climas ardentes das chamadas terras baixas dos Andes. No artigo publicado no primeiro número do *Semanario*, a exposição feita por Caldas das características desta região e dos seus habitantes, remetem ao leitor às descrições das terras e as populações africanas:

Todo este país está enteramente cubierto de selvas colosales en donde una vegetación vigorosa no deja otros vacíos que los que les disputan las ondas. Aromas, bálsamos, maderas preciosas, palmeras diferentes, yerbas medicinales, flores desconocidas, aves vistosas, bandadas de saínos (*sustajussu L.*), familias numerosas de monos anfibios diferentes, insectos útiles, reptiles venenosos, llaman a los naturalistas. Pocas poblaciones, algunos grupos de chozas pajizas sembradas a largas distancias, y siempre en las orillas de los ríos, es lo único habitado de este inmenso país. Algunos indios a medio civilizar, pocas castas, muchos negros (25,000), constituyen su población. Este, robusto, sano, bien constituido y desnudo, unas veces recorre con alegría y con intrepidez los peligros de sus ríos, o atraviesa los bosques despreciando el veneno mortal de las serpientes, contra quienes tienen remedios victoriosos, que oculta, como el Bracmán, los dogmas de su religión; otras, cubierto de sudor, sumergido hasta la rodilla en el agua y armado de una robusta barra, agota todas sus fuerzas para arrancar de las entrañas de la tierra el oro y la platina. El maíz, la yuca y el plátano, unidos a la pesca abundante de sus ríos anchurosos, forman su subsistencia. Acostumbrados a la servidumbre, se sujetan con facilidad a la voz imperiosa de un solo hombre, a quien pudieran despreciar impunemente. Confinados en un rincón de estos bosques inmensos, entregados sin reserva a enriquecer a su dueño, separados del resto de los hombres, ignoran como el trapista todas las vicisitudes y todas las revoluciones del género humano. Todos los días de su vida son iguales, y a sus ojos parece que el tiempo ha perdido su imperio y que todas las cosas se han fijado para siempre. Su ambición se limita a merecer el mando de su tribu, y su codicia a recoger el valor de su persona y de sus hijos. Sin ideas, sin otros conocimientos que los de sus bosques y de sus

ríos, nada desea, y vive contento en el centro de una barraca // miserable. (CALDAS, 1808, pp. 191-192).

O caráter bárbaro dos negros que habitavam no *Novo Mundo* não foi, neste caso, produto dos efeitos nocivos do clima americano e sim atributo consubstancial das populações de origem africano. Na visão das elites *criollas* reverberavam as categorias de classificação social operantes durante o período colonial, as quais, através da diferenciação étnica, garantiram posições privilegiadas dentro da ordem social. Neste sentido, negros e índios e qualquer produto da mistura das denominadas “três raças do gênero humano”, seriam portadoras por definição de características negativas que os localizavam automaticamente, nos mais baixos estratos sociais. Historicamente, negros escravizados e a sua descendência foram possuidores de rasgos selvagens, próprios da sua origem africana.

Para Jorge Tadeo Lozano, naturalista e também membro do grupo de autores do *Semanario del Nuevo Reyno de Granada*, das três raças que compõem a população neogranadina, os negros puderam conservar quase intacto, seu caráter rude e violento nos climas ardentes do Nuevo Reino, graças a semelhança com o seu médio de origem:

Muchos naturalistas han observado, que todas las producciones africanas manifiestan en su hábito y aspecto la aspereza del clima en que han nacido. Los negros son prueba palpable de esta aserción: su carácter moral se compone de todas aquellas pasiones, que hacen al hombre duro y poco sociable; en efecto junto con su extremada robustez se nota su torpeza, en las facultades intelectuales, que los hace tercios para sostener sus caprichos, soberbios para no reconocer su inferioridad y estado miserable, y tontos para resistir a qualquiera instrucción que se les quiera dar. Los domina la luxuria y loca vanidad; y bien sea por su triste situación, o bien por efecto de su carácter y temperamento, miran la vida con la mayor indiferencia, y por cualquier discurso tratan de quitársela (LOZANO, 1808, pág. 29).

A correspondência estabelecida por intelectuais *criollos* entre as terras “calientes” e a população negra, zamba e mulata do Nuevo Reino responde à vigência de uma geografia binária que estabelece rangos de hierarquia às regiões e habitantes deste território. Este aspecto tem sido apontado por diversos estudiosos quem por sua vez chamam a atenção para a necessidade das elites *criollas* de legitimar uma ordem social na qual seja plausível a sua superioridade sobre os demais grupos sociais. Assim mesmo, a concepção climática que estabelece uma relação intrínseca entre uma raça e um clima específico ampara uma divisão do trabalho que instaura marcadores raciais em determinadas regiões do território

em função das aptidões ou habilidades de uma raça ou tipo populacional (SERJE, 2011 [2005]; ARIAS, 2005, GALVIS, 2012).

Desta maneira, os afazeres requeridos nas terras baixas estariam destinados à força física dos corpos negros. As inclemências do clima e o “carácter indómito” atribuído à natureza destas regiões eram suportadas pelo vigor da chamada “raça africana”. A constante soçobra definia a relação que as elites brancas estabeleceram com os negros que habitavam as selvas do Chocó, os vales localizados entre as montanhas e o litoral Caribe. As descrições dos viajantes e especialmente, aquelas feitas pelos integrantes da Comissão Corográfica⁵, empreendimento encomendado pelo governo liberal de José Hilário López em 1850 e levado em frente pelo engenheiro militar Agustín Codazzi e um grupo de expedicionários tendo como objetivo a elaboração de um informe detalhado de tudo o que se encontrava na jurisdição da Nueva Granada (RESTREPO FORERO, 1999, p. 33), deram conta do mal-estar gerado pela forma de vida da população negra dentro das elites *criollas*.

África, negros, mulatos e zambos nas descrições geográficas de meados do século XIX

As tarefas de medição, exploração e representação do território confiadas aos membros da Comissão Corográfica estiveram à par das atividades de reconhecimento demográfico. Paisagens comoventes não cederam o espaço aos dados precisos e certos sobre a sua localização geográfica ao tempo que os costumes e as virtudes morais e intelectuais dos seus habitantes são subordinadas ao papel do clima e os seus efeitos. A riqueza e exuberância da terra, exaltadas de maneira exemplar por Francisco José de Caldas, encontra seres afligidos pelos ares emanados nestes lugares. Na análise da Margarita Serje, esta visão dará sentido e fundamento teórico para o desenvolvimento da oposição

⁵ Para saber mais sobre a Comissão Corográfica consultar a tese de Olga Restrepo Forero. *La Comisión Corográfica. Avatares en la configuración del saber*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Também ver os trabalhos de Efraín Sánchez. *Gobierno y Geografía. Agustín Codazzi y la Comisión Corográfica en la Nueva Granada*. Bogotá: Banco de la República, 1999; Guido Barona Becerra, Camido Dominguez Ossa, Augusto Javier Gómez López, Apolinar Figueroa Casas, Germán Mejía Pavony, Hector Llanos Vargas, Efraín Sánchez. *Geografía física y política de la confederación granadina*.

calor-frio, alicerce das diferenciações correntes entre terras baixas e as terras altas na Nueva Granada (SERJE, 2011, pp. 116-119).

A divisão taxativa entre os “países andinos” e os “países ardientes” idealizada pelos naturalistas *criollos* do Nuevo Reino de Granada nos primeiros anos do século XIX preconizava o desenvolvimento afortunado da civilização nas terras altas andinas, em quanto a selvageria e a barbárie tomavam conta das selváticas terras baixas. O carácter aprazível de *criollos* e índios que habitavam as montanhas e os planaltos andinos contrastava de maneira definitiva com a indolência dos índios, negros, mulatos e zambos que constituíam a população do litoral e dos vales. O carácter problemático desta última se acirrava, segundo a visão das elites letradas *criollas*, com o desmantelamento da escravidão na metade do século. Apesar da sua índole indómita, esta população representava uma força de trabalho importante em diversas regiões do Nuevo Reino (ARIAS, 2005, p. 74).

A consonância mencionada anteriormente entre a inclemência do clima das terras baixas e o vigor físico dos africanos e os seus descendentes, faz eco da divisão da mão-de-obra almejada pelas elites brancas. Na visão destas últimas, a mineração e a exploração agrícola das “terras selvagens” devia ser levada em frente por gentes que guardassem semelhança com as mesmas. Em 1850, Manuel Ancízar, “publicista”⁶ encarregado no marco da Comissão Corográfica de descrever com minuciosidade aspectos geográficos, demográficos e estatísticos das diversas províncias que compunham a Nueva Granada, se referia à relação dos africanos e seus descendentes com os afazeres em climas escaldantes:

El Totumal, vecindario dependiente de Aguachica, extiende su caserío pajizo asentado con el desorden peculiar a nuestros pueblos sin policía, en una sabaneta estéril, a 154 metros de altura respecto del mar. A la sombra señala el termómetro centígrado 31° desde las diez hasta las tres de la tarde, y al sol 48°, que equivalen a 1200 de Fahrenheit, término superior al calor de la fiebre. **La raza blanca no puede soportar esta temperatura, y vegeta en ella sin salud ni energía; cruzada con la africana produce una casta de atletas que reciben con gusto sobre sus cuerpos semidesnudos los quemantes rayos del sol y los aguaceros repentinos, y duermen a cielo abierto, a pesar de la oscilación de 10 a 12°**

⁶ Segundo a socióloga colombiana Olga Restrepo Forero, “publicista” era o nome dado na época ao personagem que entre suas atividades conjugava a literatura, a etnografia e o jornalismo (RESTREPO FORERO, 1999, p. 34).

que en el curso de la noche tiene la temperatura atmosférica; esta casta será perpetuamente señora de la extensa hoya del Magdalena, cuya fertilidad, que debemos llamar excesiva, mantendrá siempre en la infancia las artes de la civilización. Así, por virtud del clima predomina la sangre africana en los pueblos que ahora recorreremos, y prospera con sus costumbres libres, sus hábitos indolentes y su indiferencia por los goces morales e intelectuales, cuya consecución afana tanto y ennoblece a los hijos del Cáucaso. Nada de habitaciones cómodas y adornadas; un techo levantado sobre horcones, entre los cuales se ponen algunas varas derechas que dejen paso al aire exterior; la muelle hamaca suspensa de las vigas; el maíz, el plátano y el pescado metidos de continuo en el fogón, y allí cerca un calabazo con la bebida fermentada, producto de la caña dulce o de la palma de vino (*corozo*). Fácil vida que ahorra las penas del trabajo y aleja las inquietudes de la previsión, pero que también prolonga indefinidamente la barbarie. Las instituciones políticas, las leyes llegan allá como un ruido de palabras; el alcalde manda según su voluntad, cuando encuentra quien le obedezca; el cura, semejante a las palmas ahogadas por el matapalo, cede a lo que le rodea, se barbariza, se hace comerciante o logrero, y acaba por olvidar sus votos y gazmoña educación de seminario: como cierto párroco de Casanare, que en 1847 salió a catequizar los indios guahibos, y ellos lo catequizaron haciéndole abandonar el vestido, tatuarse el cuerpo y proclamarse cordialmente salvaje. Lo fuerte absorbe sin remedio a lo débil. (ANCÍZAR, [1853]1956, pp. 422-423. Grifos meus).

A distinção entre as terras altas e baixas, recurso bastante utilizado para ressaltar as diferenças populacionais nesta porção do continente americano nas primeiras décadas do século XIX, se faz cada vez menos frequente em benefício da oposição entre civilização e barbárie. Segundo o antropólogo Julio Arias (2005, p. 77), as descrições feitas pela Comissão Corográfica apelaram a este contraste estabelecendo desta maneira, uma hierarquia dentro de cada uma das regiões que constituíam o país. Também o clima, a pesar da importância que lhe foi adjudicada na constituição de diferenças entre as *raças humanas*, abdica do seu papel determinante para dar passo a uma série de *causas físicas e morais* –como bem aponta o antropólogo Eduardo Restrepo a respeito das descrições elaboradas por Agustín Codazzi e Felipe Pérez—, que seriam responsáveis pelo atraso e o estado de barbárie das raças índia e africana (2007, p. 36).

Nesta perspectiva, as três grandes raças se desmancham diante do surgimento de *tipos* humanos que dariam conta da ampla diversidade populacional da Nueva Granada. Da mão das descrições, observações e pinturas de exploradores e viajantes, os tipos surgiram como estratégia de classificação dentro da pretendida unidade nacional. A variedade de gentes que habitavam o território compreendido como a Nueva Granada alcançava a sua síntese nestas categorias condensadoras dos resultados derivados da mistura das raças

africana, europeia e índia. Porém, e atendendo às observações de Julio Arias, os tipos eram sem dúvida alguma, marcadores da diferença dentro da Nação idealizada pela elite letrada quem através deles, estabeleciam uma ordem sobre a diversidade nacional (2005, p. 80).



Imagem 1: Tipos y plaza de Quibdó.

Guillermo Hernández de Alba. *Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-1859.*

Bogotá: litografía Arco, 1986.

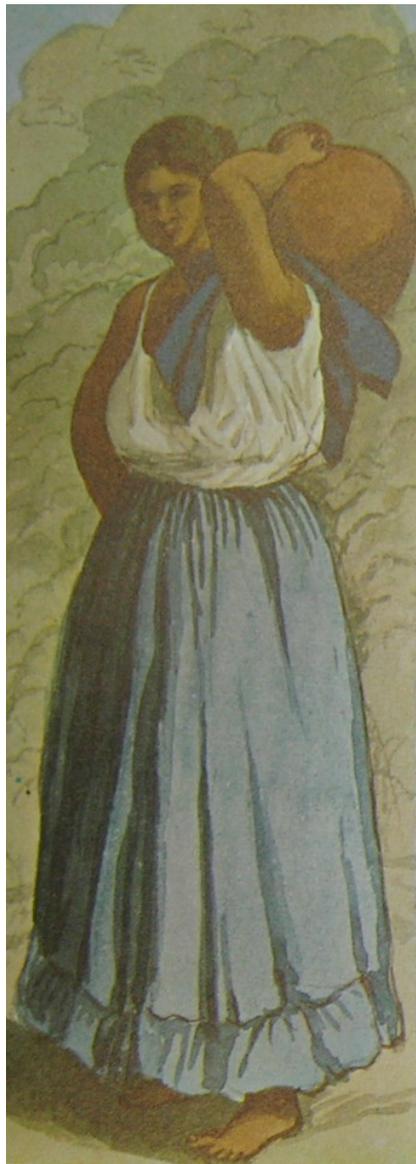


Imagen 2: Aguadora del Magdalena

Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada.

Ordenación y estudio preliminar Joaquín Piñeros Corpas. Bogotá: litografía Arco, 1992.

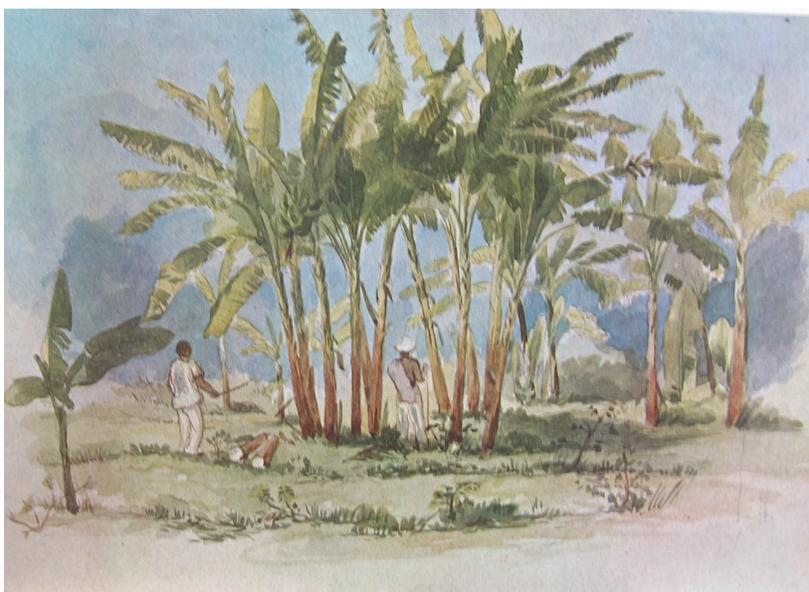


Imagem 3: Plátano banano



Imagem 4: Cardones y tunas

Fonte (de ambas as imagens): *Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada.* Ordenación y estudio preliminar Joaquín Piñeros Corpas. Bogotá: litografía Arco, 1992.



Imagem 5: Vista del río San Juan y modo de navegar en él

Fonte: *Acuarelas de Mark. Colombia 1843-1856. Un testimonio pictórico de la Nueva Granada.*

Ordenación y estudio preliminar Joaquín Piñeros Corpas. Bogotá: litografía Arco, 1992.

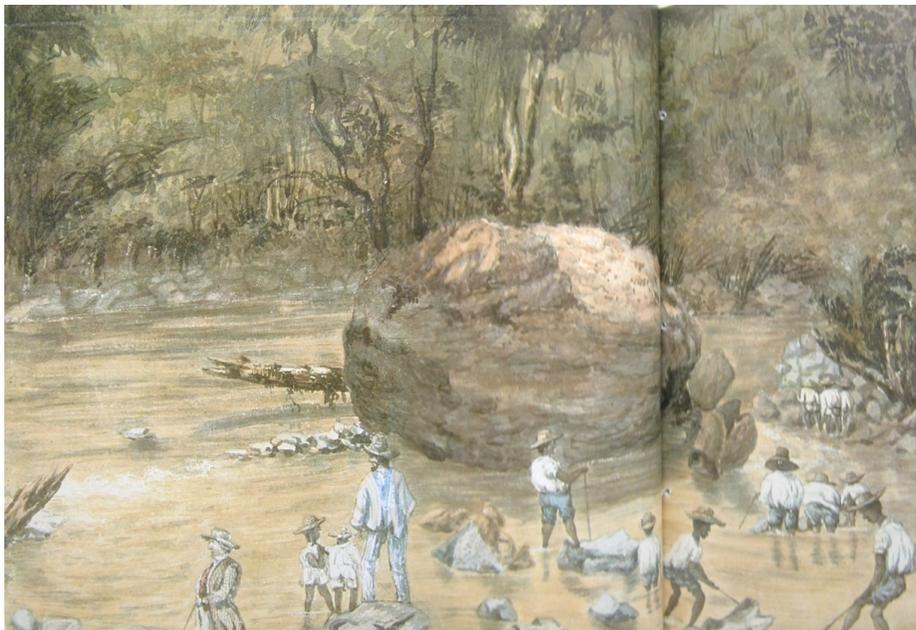


Imagem 6: Una cuelga en la angostura de la Candelaria. Río Guadalupe

Fonte: Guillermo Hernández de Alba. *Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-*

1859. Bogotá: litografía Arco, 1986.

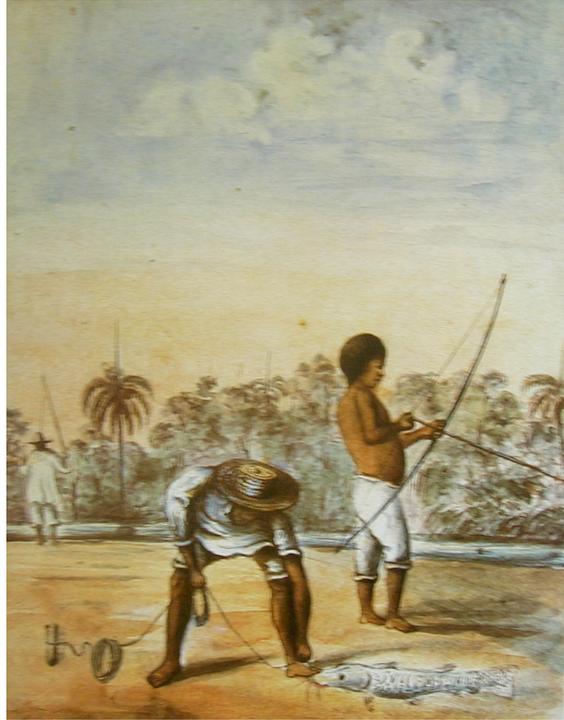


Imagem 7: Mulatos e indios pescando

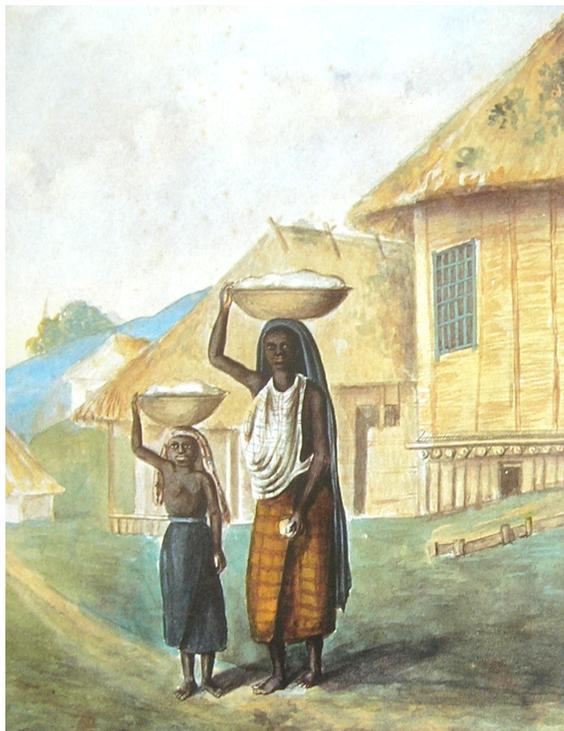


Imagem 8: Vista de una calle de Nóvita.Fonte (das duas imagens): Guillermo Hernández de Alba. *Acuarelas de la comisión corográfica: Colombia 1850-1859*. Bogotá: litografía Arco, 1986.

O leque de personagens contemplados na invenção destas tipologias não só respondia ao apelo de uma identidade racial que estava por sua vez vinculada a uma região específica. Os *tipos neogranadinos* referiam-se às relações económicas, de gênero e de classe em função das ocupações conferidas a cada um deles. Evidentemente, estas classificações atendiam ao projeto civilizatório almejado pelas elites hispano-americanas, para quem a riqueza e soberania só podia ser alcançada por meio do conhecimento cabal do território, seus habitantes e os seus recursos.

Além das figuras pictóricas fornecidas pelos viajantes e expedicionários que percorreram os países que compunham a Nueva Granada em meados do século XIX, a literatura e as relações geográficas proporcionaram informação detalhada sobre os tipos mais comuns neste território. No texto apresentado diante da Sociedade de Geografia e Etnografia de Paris em 1860, José Maria Samper, célebre escritor e político colombiano, expunha com luxo de detalhes as características dos *tipos neogranadinos*:

Todas las razas, pues, lo repetimos, tienen allí cabida y pueden ser observadas y comparadas en su desarrollo físico y moral. Y nada es mas curioso que el fenómeno múltiple de las combinaciones de tipos, caracteres (sic) morales, tendencias y aptitudes que se derivan de la coexistencia de tantas razas, —unas enteramente puras, pero algo modificadas por las influencias del *medio* en que viven, otras relacionadas entre sí por cruzamientos mas ó ménos (sic) intensos. Entre los diversos tipos granadinos (prescindiendo de los puros europeos) escogeremos como los mas notables los del *criollo* bogotano, el antioqueño blanco, el indio *pastuso*, el indio de la Cordillera oriental ó Chibcha, el *mulato* de las costas ó del bajo Magdalena, el llanero de la hoya del Orinoco, y el *zambo* batelero llamado en el país *boga*. Cada uno de esos tipos es la representacion de un cruzamiento, ó de una raza ó de una modificacion producida por la accion del *medio* físico y social. (SAMPER, 1861, p. 83)

Dentro da variedade de *tipos* enunciada por Samper, me debruçarei na descrição do *zambo* ou *boga* —fruto da mistura entre a *raça* africana e a indígena consideradas pelo autor como inferiores e degradadas—, com o intuito de atentar para as características que, na pena da elite letrada, estão associadas à barbárie e ao letargo:

Del *llanero* al *zambo* hay la distancia que media entre el pastor y el batelero, entre el descendiente de Europa y el descendiente de Guinea. Extraño tipo el del *boga* ó *zambo* del bajo Magdalena, del Atrato, etc.! La evidente inferioridad de las razas madres (la africana negra y la indígena cobriza) y su degradacion mas ó ménos profunda, auxiliadas por un clima en que todo fermenta, (porque el sol y la tierra se abrazan allí con infinita lubricidad) han producido en el *zambo* una raza de animales en cuyas formas y facultades la humanidad tiene repugnancia en encontrar su imágen ó una parte de su gran sér [...] Pero observad esa choza miserable que se destaca en la orilla del rio, sobre una barranca arenosa,

á la vera del bosque virgen y de un pequeño platanar y un maizal. Debajo de un árbol se ve pendiente una hamaca de red de pita ó de bejucos ó cordones de paja: allí reposa el voluptuoso príncipe de la soledad, soñoliento, indolente, libre y salvaje como el árbol que le da sombra.” (SAMPER, 1861, pp. 95-98)

Contudo, a concepção dos *tipos neogranadinos* nas narrativas nascidas na metade do século revela uma nova maneira de lidar com o heterogêneo panorama populacional. Os novos desafios económicos compeliram às elites a pensar nos habitantes da Nueva Granada em função da sua capacidade produtiva e a vocação para o trabalho. O progresso e a civilização, tal como afirma o antropólogo Eduardo Restrepo, estariam ao alcance da raça africana, suas *mezclas y descendientes* com uma orientação adequada que contemplasse os efeitos positivos da influência do “*movimiento mercantil* o de la *imitación de pobladores industriosos* asentados en zonas vecinas e incluso de dinámicas internas como el propio crecimiento demográfico o de las medidas gubernamentales” (2007, p. 42). Também para José María Samper, os tipos derivados da mistura de raças inferiores seriam susceptíveis à civilização pela força do passo do progresso:

Y bien: ¿se deberá desesperar del porvenir del zambo? De ningún modo, **aunque sea la peor casta ó raza del país**. Mientras el desierto le rodee, seguirá vegetando; pero el desarrollo del comercio, de la navegación, de las vías de comunicación, de la agricultura, etc., irá llevando la civilización, de conquista en conquista, por selvas y valles; y no muy tarde esas castas inferiores, mezcladas al movimiento común, recibirán instrucción, se educarán progresivamente, hasta elevarse, gracias á la libertad y á la igualdad, por el contacto y la fusión con las demás castas. Su concurso industrial será entonces precioso, por la energía física, del mestizo, enervada apenas por falta de estímulo y aplicación. (SAMPER, 1861, pp. 98-99. Grifos meus).

As demandas económicas e o crescimento do mercado de produtos agrícolas originários dos trópicos impulsaram a incorporação das terras *calientes* e dos seus habitantes através do estímulo de ondas colonizadoras vindas das terras altas dos Andes. As esperanças de progresso económico vinculadas ao potencial de riquezas do seu solo, fez destes territórios lugar de oportunidades para a heterogênea população neogranadina. Neste cenário fecundo, cada um dos denominados tipos neogranadinos encontrava “seu lugar ao sol”. Não é de estranhar por tanto, a permanência de hierarquias que continuavam assignando aos corpos de africanos e seus descendentes, os rigores do trabalho físico. Ao escrever sobre a vila de São José (hoje Cúcuta), Manuel Ancízar descrevia de maneira pormenorizada os tipos ali encontrados, seus hábitos e os ofícios aos quais se dedicavam:

La población se compone del 33 por 100 de blancos, en quienes residen la ilustración y cultura; el 27 por 100 de mestizos, que forman escalón intermediario; y **el 40 por 100 de africanos, cuyo lote es el trabajo físico y su patrimonio la inalterable salud en medio de las ciénagas y rios, sean cuales fueren las intemperies que sufran.** El tipo masculino de los primeros es el joven voluble, vestido a la ligera con chupetín o chaqueta de lienzo y casaca los domingos, dedicado al comercio, atento, despejado, bailador y poco instruido, salvo en requiebros y galanteos; el femenino es la damita de proporciones delgadas, aspecto débil, modales pulcros, talle flexible y profusa cabellera, en el vestir muy aseada y elegante, siguiendo las modas francesas, en el trato llena de amabilidad e ingenio, sobremanera sociable y cariñosa, pero siempre recatada. La música y el baile son su vocación, y rara es la casa donde al caer la noche no suene un piano con las marcadas cadencias del valse, o una arpa maracaibera, o por ventura dos voces de timbre juvenil unidas para cantar trovas de amor. En los mestizos se manifiesta el tipo local, completamente criollo desde el traje hasta el alma; los hombres de mediana estatura, sueltos y ágiles, vistiendo pantalón de dril y camisa blanca, sombrero de nacuma excesivamente pequeño y nada de ruana; zapateadores, tipleros y enamorados, un tanto afectos a la botella y al juego, pero trabajadores y de índole buena, sin modales ni lenguaje descompuestos, como los del boga que tripula los bongos en el Zulia; las mujeres pequeñas, sabiendo que son bonitas y procurando lucir y ejercitar este dón de gentes, el cuerpo bien repartido, limpio y ondulado, alegres y listas para cualquier lance y respuesta. Entre ellas como entre los hombres hay bastantes de piel blanca en que a primera vista no se percibe la mezcla de sangre africana; constituyen la porción selecta de su tribu, y gastan lujo por vanidad y cortesanía por instinto. (ANCÍZAR, [1853] 1956, pp. 447-448. Grifos meus).

Dentro da extensa gama demográfica, fruto da contínua mistura, o *boga* se tornou uma figura de destaque nos escritos da elite ilustrada (ARIAS, 2005, p. 95). Consagrados ao transporte de gentes e mercadorias pelo rio Magdalena, principal rota fluvial do Nuevo Reino; negros, zambos e mulatos ostentavam uma força e beleza física excepcional concomitante ao carácter selvagem e bárbaro permanentemente associado aos seus corpos. Seus hábitos, quase animais segundo as descrições de viajantes, encarnavam a oposição ao homem civilizado das terras altas andinas. Embora o *boga* emergja como uma figura portadora de sentimentos profundamente humanos na poesia de Candelario Obeso, mulato ilustrado nascido em Mompox —que fora até a metade do século XIX o porto mais importante sobre o rio Magdalena— (ARIAS, 2005, p. 96; OBESO, 1877 [2010]), a produção literária e científica não deixou de considerá-lo como um personagem problemático e ambivalente.

A produção desta sorte de arquétipos sentou as bases de uma estrutura hierárquica que amarrava assimetrias econômicas, raciais e morais para constituir o nacional. No ocaso do século XIX, as disciplinas científicas estarão preocupadas no estabelecimento de

padrões raciais, médicos e criminais para caracterizar os integrantes da Nação colombiana. Neste âmbito, as imagens de negros, zambos e mulatos ainda problemáticas, lembraram um passado africano de natureza desproporcionada que sob a influência da antiga literatura de viagens, constituir-se-ia em habitação de seres bestiais. Mas sobre os devires da produção científica e literária nos albores do século XX nos debruçaremos mais adiante.

III. *A ÁFRICA NÃO É AQUI: ÁFRICA E AFRICANOS NOS ESCRITOS DE INTELLECTUAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX*

Se os *nobres* d’sta terra, empanturrados,
Em Guiné teem parentes enterrados;
E cedendo á prosapia, ou duros vicios,
Esquecendo os negrinhos seus patricios;
Se mulatos de còr esbranquiçada,
Já se julgam de origem refinada,
E curvos á mania que os domina,
Despresam a *vovó* que é preta-mina: --
Não te espantes, ó Leitor, da novidade,
Pois que tudo no Brasil é raridade!

Luiz Gama “Sortimento de Gorras” (Para a gente do grande tom)

Primeiras trovas burlescas de Getulino

O sítio imposto pelas tropas de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica em 1808 desatou uma série de acontecimentos que modificaram profundamente a forma como as colônias hispânicas e portuguesas se relacionariam com as suas metrópoles. Os caminhos porém, seriam absolutamente divergentes. Em quanto a coroa espanhola se deparava com o ímpeto independentista nos seus domínios americanos, Portugal transferia sua corte à cidade de Rio de Janeiro. Brasil se convertia nesse momento, em sede do Império. Este fato sem precedentes distanciaria a experiência brasileira das demais colônias do continente americano durante todo o século XIX. Cercada de repúblicas recém independentes, a monarquia brasileira se erguia em torno da figura do rei que pretendia congregar na sua pessoa, toda a diversidade que comportava o imenso território.

Conforme afirma Caio Prado Jr. (1999, p. 49), a transferência da Corte portuguesa ao Brasil garantiu de forma definitiva a autonomia da colônia brasileira “poupando-a” nos termos do próprio autor, dos enfrentamentos bélicos ocorridos nas colônias hispânicas,

inglesas e francesas. O processo de consolidação de uma monarquia representativa em território americano traçou rumos um tanto diferentes para a elite política que se estabelecerá sobre os pilares da burocracia estatal. Responsável por fixar os lineamentos que definiriam o Estado imperial, esta elite procurou conciliar a política com os interesses económicos fazendo da Coroa sua representante. Diferente das elites ilustradas da América hispânica que se definiram a partir da oposição à monarquia e à sua rede de funcionários peninsulares, os intelectuais brasileiros se constituíram como tais através da tutela do imperador e em função da burocracia do império.

O desmembramento territorial que teve lugar no território da América hispânica durante as lutas de independência no século XIX, foi em boa medida o motivo pelo qual a elite brasileira se limitou a tomar uma série de disposições de cunho conservador que, por cima de qualquer coisa, procurava preservar o *statu quo*. A garantia da ordem social e a unidade política se revelaram como os grandes desafios a serem encarados pelos intelectuais e políticos brasileiros nos anos posteriores à emancipação. As reivindicações provinciais foram por tanto, abafadas em prol da unidade territorial ancorada tal como o afirma Lilia Schwarcz (1998, p. 53), na figura e o poder simbólico do rei.

A solução monárquica como “arranjo político” bem sucedido em território brasileiro amparou a constituição de uma elite política e intelectual que era simultaneamente, criatura e criadora do Estado nacional⁷. Conjugando sua função burocrática com a defesa dos seus interesses económicos, esta elite conseguiu levar em frente um conjunto de transformações políticas sem alterar de maneira substancial a ordem social tão desejada pela coroa portuguesa. A perpetuação da monocultura da cana de açúcar e da escravidão

⁷ Para conhecer melhor o processo de formação da elite durante o Brasil imperial recomendo a leitura de obras clássicas da historiografia brasileira sobre este período, em especial: Raymundo Faoro. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001. Jose Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Alcir Lenharo. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

como sistema de trabalho até as últimas décadas do século XIX foram o sinal inequívoco do resguardo de posições de poder que garantiram a força de trabalho, a terra e o governo em mãos dos grandes proprietários.

Embora a dinâmica intelectual brasileira durante este período não se reduzisse ao círculo de ilustrados que gravitava em torno do rei, este grupo de intelectuais teve um papel determinante no processo de instauração de um ‘marco civilizatório’ que tentava conciliar a sua própria leitura dos ideais modernizadores vindos da Europa com as contradições encontradas em território brasileiro. Tendo Coimbra como centro de formação acadêmica, esta elite apresentava uma sólida consistência ideológica que beneficiava os interesses do Estado monárquico levando em frente comedidas reformas que ratificaram a ordem existente e fortaleceram a aparelhagem institucional do Império. Contudo, diante da complexa realidade brasileira, este seletivo grupo de funcionários ilustrados teve que encarar diversos desafios que colocaram em questão estruturas fundacionais do regime imperial.

As condições impostas pelos ingleses depois do seu papel decisivo na transferência da corte portuguesa ao Brasil em 1808 contemplaram a abertura dos portos brasileiros ao comércio britânico, ao tempo que demandavam o fim da escravidão enquanto remanescente de um sistema colonial tradicional que perpetuava privilégios e monopólios que interferiam, de maneira frontal, com o desenvolvimento do capitalismo industrial que tanto almejavam (SCHWARTZ, 1987, pp. 33-34). A perseguição ao tráfico de escravos assumida ferrenhamente pelos britânicos a partir da última década do século XVIII, acobertava o seu fortalecimento comercial em boa parte do continente africano. As pressões sobre o Brasil para acabar com a escravidão foram cada vez mais intensas diante da sua persistência. No âmbito interno, o fim do tráfico e a abolição da escravidão marcaram a pauta dos debates políticos durante o século XIX. Intelectuais tiveram que lidar com a contradição que comportava a reivindicação de doutrinas liberais em quanto o sistema escravista permanecia intocado.

Paralelo à peremptória necessidade de pôr fim à escravidão, as elites educadas se depararam com a tarefa, não menos complicada, de resguardar os privilégios dos proprietários de terras frente à ameaça –em parte real, em parte imaginada—, de um

levantamento de escravos que colocasse em xeque os alicerces da estrutura económica e social existente. A Revolução dos negros de São Domingos (atual Haiti) em 1792, exacerbou o constante temor das elites dominantes, de uma sublevação geral dos negros que levasse ao fim dos benefícios dos quais gozavam os donos de escravos e terras. As profundas desigualdades que o sistema colonial alimentava viriam reforçar esse medo. No Brasil, a preocupação por abolir a escravidão estaria vinculada, conforme afirma a historiadora Célia Marinho, à formação de uma identidade nacional que desse conta da diversidade social e racial existente no país (MARINHO, 2004a, pp. 29-30).

O destino da imensa população negra existente no Brasil, já fora esta livre ou escravizada, se constituía em principal motivo de desassossego entre os membros da elite educada ao longo do século XIX. As precárias condições de vida somadas às restrições legais a que estavam sujeitos escravos e livres em todo o território brasileiro, tornavam estes habitantes, um verdadeiro empecilho ao modelo de cidadania projetado pela elite dominante do país. Não só a anelada homogeneidade nacional se via ameaçada com a presença contundente de africanos e seus descendentes no Brasil. Para muitos intelectuais, o terrível flagelo do sangue africano que se alastrava sobre o país, afugentava qualquer possibilidade de alcançar a civilização e o progresso.

O perigo do sangue africano

Ao visitar a cidade de São Salvador de Bahia no mês de novembro de 1858, o naturalista alemão Robert Avé-Lallemant escrevia:

Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. **Se não soubesse que ela fica no Brasil poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, como uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros.** Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negro nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros. (LALLEMANT, 1859 [1980], p. 22. Grifos meus).

O abundante número de negros nascidos no Brasil ou africanos, escravos, libertos ou livres, coloriam as ruas de cidades como Salvador e Rio de Janeiro. Dedicados às ocupações da mais diversa índole, os negros constituíam o grosso da população,

tornando-se por tal motivo, fonte de preocupação para aqueles ocupados em levar adiante o processo que legitimaria a nova nação.



Imagem 9: Quitandeiras em rua do Rio de Janeiro, 1875 (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles)

A homogeneidade da nação sobre a qual o Estado haveria de se erguer, teria que encarar, como bem é lembrado por Manuela da Cunha (2012, pp. 107-108), a continuidade de relações de poder que por definição, entrariam em rota de colisão com o ideário liberal de igualdade. A solução para este embate radicaria em restringir o pertencimento à nação e a posse da cidadania aos brancos em quanto os negros seriam banidos da comunidade nacional e os índios estariam circunscritos à sua reivindicação simbólica —e não concreta— como membros da nação brasileira. A exclusão dos negros por tanto, seria a condição *sine qua non* para alcançar a homogeneidade que a nação tanto precisava para legitimar a sua existência.



Imagem 10: Escravos na colheita de café, Vale do Paraíba, 1882 (Marc Ferrez/Colección Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles).

O medo e as tensões que definiram as relações entre a elite branca e a população negra durante o século XIX, mobilizaram um conjunto de medidas discriminatórias que encontraram suporte no crescente número de ações autônomas perpetradas por escravos negros em todo o território brasileiro. Após a malsucedida revolta de 1835, a qual congregou escravos islâmicos de diversas etnias na Bahia⁸, a perseguição se fez mais extrema e as medidas legais contra esta população, endurecidas. O assédio sistemático aos africanos libertos, negros livres e escravos urbanos se correspondia com a pretensão, um tanto generalizada entre as elites dominantes, de deportação maciça da população negra ao continente africano. Tal como é exposto por Manuela Carneiro da Cunha (2012, pp. 99-106), as medidas restritivas estavam destinadas a vedar qualquer possibilidade de ascensão social e econômica da população negra, fazendo da emigração voluntária, a única saída possível.

O temor e o sentimento de insegurança a respeito da população negra livre foram reforçados pelas autoridades na tentativa de justificar a expulsão de africanos libertos do Brasil. O trânsito do regime de escravidão como forma segura de abastecimento de mão-de-obra ao do trabalho livre devia garantir, na cabeça das elites dominantes, a obediência e a submissão dos trabalhadores libertos. As restrições que foram desenhadas e destinadas para esta população certamente faziam parte de um projeto que almejava o controle sobre o mercado de mão-de-obra no país, mantendo aos africanos e os seus descendentes em uma clara situação de dependência que em alguns casos só podia ser revertida com o retorno forçado ao continente africano (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 126).

⁸ O trabalho de João José Reis sobre o levante dos Malês talvez seja o estudo mais completo sobre o tema. Ver: *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1987.



Imagem 11: Foto da Fazenda Quititi, no Rio de Janeiro, 1865. (Georges Leuzinger/Acervo Instituto Moreira Salles).

No entanto, a volta para África foi uma das várias soluções concebidas para o problema que representava a presença de sangue de origem africana ao futuro do país. Diversos pensadores e intelectuais pertencentes ou bastante próximos aos círculos do poder político se dedicaram ao desenho de estratégias que descartavam, algumas delas de maneira taxativa, a participação do negro no processo de constituição da nação brasileira. Para os ideólogos nacionais, os perigos encarnados pelos negros negava as possibilidades de alcançar a civilização considerando a selvageria comportada por sua condição de africano.

Diante as contrastantes diferenças sociais e raciais que caracterizaram o Brasil, consolidadas no domínio de uma pequena elite branca sobre a maioria da população não

branca, a produção intelectual esteve voltada à procura de soluções que criassem as condições de instituir uma nacionalidade que superasse esta heterogeneidade. Certamente, as contradições que a existência da escravidão comportava comprometiam o projeto de sociedade harmoniosa desejada por diversos pensadores quem por sua vez, apelaram para as mais diversas estratégias na busca de uma rudimentar identidade nacional. O fim do tráfico de africanos e a abolição da escravidão foram propostas que se tornaram cada vez mais frequentes na pena de autores preocupados pelo futuro do país.



Imagem 12: Lavagem do ouro, Minas Gerais, 1880.(Foto: Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles)

Entre os perigos advertidos pelos intelectuais “consagrados” à tarefa de cuidar da sina que devia ser cumprida pela então incipiente nação brasileira, a inferioridade do africano e seu papel preponderante na proliferação da heterogeneidade populacional tinham grande destaque. As disposições ao respeito variaram desde as mais radicais que

sugeriam a volta dos negros ao continente africano, até as que formularam a integração efetiva dos negros e seus descendentes à sociedade brasileira. Na década de 1830, Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque⁹, engenheiro militar e quem mais tarde (1840) tornar-se-ia diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, descrevia com detalhe na sua *Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos e a' cerca dos malles da escravidão domestica*, os nefastos efeitos da instituição escravista no país e a urgência de acabar com o tráfico de africanos.

Na introdução ao primeiro capítulo desta obra, Burlamaque aponta os quebrantos que o tráfico causa à economia e ao comercio do Brasil, ao mesmo tempo que chama a atenção sobre os vexames sofridos pelos africanos em mãos de europeus e brasileiros que insistem em manter o tráfico sem ponderar os prejuízos causados pela introdução de negros bárbaros proveniente da África à constituição da nação:

Forão os Portuguezes os primeiros Europeos, que depois de devastarem a Africa e a Asia fizerão hum ramo de commercio da introducção de escravos nas Colonias Europeas. São elles hoje quem ainda continuão, depois da abolição deste infame trafico introduzir-nos furtivamente hum sem numero de miseraveis Africanos, augmentando assim os males que muito nos peção. * Soffreremos nós isto? Será possivel que estrangeiros indibriem de continuo o nosso Governo, sem que este ponha cobro, ainda que só fosse para manter a sua reputação? Continuará este commercio impune, e sem freio? **Entrarão de continuo nos nossos portos muitos e muitos navios, depois de terem lançado nas costas huma mul/tidão d'infelizes que trazem consigo a peste, o atrazo social, e o perigo?** Consentir-se-há que voltem impunemente a trazer-nos novos carregamentos? Mas que lhes importa? O Brazil não he a sua Patria; os males que disto lhes provier não lhes tocara; ao contrario, tanto mais o paiz se arruinar, tanto mais satisfeita ficará a sua sanha, saciarão o seu odio Nacional, e farão ao mesmo tempo seus interesses [...] O espectáculo e a convicção destes males já fazem levantar d'entre nós vozes generozas e illustradas; já começamos a dispersuadir-nos de que o nosso paiz só pode ser cultivado por mãos d'escravos boçaes e inimigos; **já finalmente começamos a convencer-nos de que em quanto o paiz se dividir em senhores e escravos, ele não prosperara, e que a existencia de escravidão**

⁹ Em artigo publicado na revista *Filosofia e História da Biologia* no ano 2010, estudantes e bolsistas do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro e do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, introduzem uma pequena resenha da vida do autor na qual apontam a sua origem portuguesa e sua precoce adesão à carreira militar. Já no seu livro *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites século XIX*, a historiadora Celia Marinho aponta o Piauí como o lugar de nascença do autor, gerando uma pequena confusão a respeito da sua origem sem muita relevância para o entendimento da obra do autor, mas que considerei oportuno mencionar. Ver: Antonio Carlos Sequeira Fernandes, Cecilia de Oliveira Ewbank, Marina Jardim e Silva, Deise Dias Rêgo Henriques. “Uma lembrança de infância: ‘os fosseis colossais’ e o papel de Frederico Leopoldo César Burlamaque como paleontólogo brasileiro”. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 2, p. 239-259, 2010. Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, pág. 35.

domestica he hum volcão que de continuo ameaça nossa ruina. Entremos pois sem temor na carreira incetada; cuidemos desde já no mal, antes que chegue a catastrophe: a humanidade, a prosperidade do nosso paiz, nossa segurança individual, e a de nossas instituições, nosso proprio interesse, tudo de nós reclama o mais ducidido e energico Patriotismo. **Se o antigo Despotismo foi insensivel a tudo, se elle protegeo com todas a suas forças a intruducção espantoza de tantos milhões d’Africanos, assim lhe convinha; éra esta a sua politica tenebroza para de nós formar hum povo mesclado, sem espirito de nacionalidade; sem civilização.** (BURLAMAQUE, 1837, pp. 2-3. Grifos meus)

A extensão da citação anterior se justifica em quanto síntese do conjunto de preocupações vinculado à chegada de africanos escravizados em terras brasileiras, no momento em que a nascente nação tentava conquistar a homogeneidade social tão cobiçada para sua constituição. O apelo que o autor faz a um sentimento de pátria que não podia ignorar os quebrantos que a permanência da escravidão traria para o país, invoca a existência de uma pretensa comunidade nacional predominantemente branca, alerta aos perigos que escravos negros representavam para sua própria segurança. Segundo Burlamaque, os prejuízos provocados pela presença e a chegada de outros africanos ao território nacional, não só ameaçava os interesses senhoriais tanto quanto colocava em xeque a configuração racial brasileira em tanto seres inferiores.

Com o intuito de persuadir aos proprietários de escravos sobre as vantagens dos serviços de trabalhadores livres, o autor destaca a ignorância e inferioridade intelectual dos escravos negros:

Ninguem pois se illuda com estes jornaes vantajosos dos escravos d’oficio. Se attendermos á differença que existe entre os trabalhos de hum homem livre e de hum escravo, á pouca intelligencia, zelo e dextecridade (sic) d’este ultimo, ver-se-há que taes sallarios não podem ser avultados, o que realmente acontece. [...] **Ou os individuos de raça negra tem huma conformação cerebral que os torna estupidos, ou esta estupidez seja o resultado da escravidão e do interesse que julgão deve ter os senhores a que elles desenvolvão pouco as suas facultades intellectuaes, o que he mais natural; seja finalmente o que for, o facto he que os negros são de huma estupidez, de huma incuria e imprevisão que revolta; elles vejetão no estado o mais vesinho do mais bruto animal,** e para soffrel-os he necessario huma paciencia mais que humana. (BURLAMAQUE, 1837, pp. 84-85. Grifos meus).

As propostas que visavam o término da escravidão no país entranhavam a preocupação pela maneira em que a transição ao trabalho livre seria feita. Isto invariavelmente implicava manter a vigilância e o disciplinamento dos trabalhadores negros que deixarem de ser escravos. Contudo, a inferioridade mental associada aos negros e seus

descendentes e a ameaça decorrente da sua natureza bárbara africana, fez com que diversos membros da elite contemplassem cada vez com maior interesse, a vinda de imigrantes brancos como substitutos da mão-de-obra negra. A presença destes trabalhadores além de superar o suposto déficit de força de trabalho, seria peça chave na renovação sócio-racial que reformadores pretendiam.

Para Aureliano Tavares Bastos, advogado e jornalista comprometido com a implementação de políticas liberais e eminente figura política da segunda metade do século XIX¹⁰, a vinda de imigrantes brancos ao país definiria de maneira decisiva, os cânones de uma nação civilizada. Na sua obra *Cartas do Solitário*, compilação de cartas publicadas no jornal *Correio Mercantil* no ano de 1861, o autor destaca o que ao seu modo de ver, constitui a gritante diferença entre trabalhadores brancos e negros africanos:

Certamente, não poderíamos obter um número de emigrantes igual ao dos negros que o tráfico manualmente (sic) importava. Houve ano, com efeito, o de 1817, em que este despejou em nossas costas 57.800 escravos. Atenda-se, porém, que está verificado que o trabalho escravo se acha na razão de metade para o trabalho livre. Em nosso próprio país, e particularmente nas colônias de parceria, pode-se bem observar a diferença indicada. **O homem livre, o homem branco, sobretudo, além de ser muito mais inteligente que o negro, que o africano boçal, tem o incentivo do salário que percebe, do proveito que tira do serviço, da fortuna enfim que pode acumular a bem da sua família. Há entre esses dous (sic) extremos, pois, o abismo que separa o homem do bruto. É fato, que a ciência afirma de um modo positivo.**” (TAVARES BASTOS, 1938 [1863], p. 160. Grifos meus).

O atraso inerente à figura do escravo africano contrastava segundo o autor, com a riqueza e prosperidade alcançada pelos imigrantes brancos na província de Rio Grande do Sul:

Faça-se um paralelo entre o desenvolvimento da província da Bahia, que possuiu relativamente o maior número de negros, e o do Rio Grande do Sul, que contém os maiores núcleos de colonos europeus.

Enquanto a agricultura, o comércio e as rendas da primeira definham a olhos vistos, a outra prospera em tudo. No Rio Grande a lavoura aperfeiçoa-se; as indústrias aparecem; o povo contrai os hábitos de trabalho; derrama-se a abundância e tudo vai por diante. Nas colônias do Rio Grande a cultura não se restringe a um produto somente; aproveita-se o terreno de todos os modos. Cada dia se vê ali introduzir um melhoramento; há pouco começou com muito sucesso a cultura de vinha e o fabrico do seu precioso licor. Ainda mais: o colono é lavrador e fabricante ao mesmo tempo. Emfim, o Rio Grande do Sul é a província que conta uma navegação interna a vapor mais/ numerosa. Estes fatos são tão eloquentes que

¹⁰ Para conhecer a figura de Aureliano Tavares Bastos, se recomenda consultar a obra de Carlos Pontes: *Tavares Bastos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

dispensam comentários. **Cada africano que se introduzia no Brasil, além de afugentar o emigrante europeu, era, em vez de um obreiro do futuro, o instrumento cego, o embaraço, o elemento de regresso das nossas indústrias. O seu papel no teatro da civilização era o mesmo do bárbaro devastador das florestas virgens**” (TAVARES BASTOS, 1938 [1863], pp. 164-165. Grifos meus).

Nos exemplos precedentes, é possível advertir a relação imediata entre os inconvenientes gerados pela escravidão e a condição de inferioridade do negro. Em concordância com as observações da historiadora Celia Marinho a respeito dos escritos de Tavares Bastos, é indispensável apontar o carácter evidentemente racista dos argumentos abolicionistas que privilegiavam a vinda de imigrantes brancos para se tornarem trabalhadores livres no Brasil. Ao estabelecer de forma automática o vínculo do negro com o trabalho compulsório, que por sua vez guardava estreita relação com a irracionalidade, a barbárie e o atraso; se destina ao branco o trabalho livre, racional e civilizado. Conforme Celia Marinho, o objetivo almejado por este autor era por tanto **“interferir neste real que era o negro e o escravo a fim de se atingir o ideal – o branco e o trabalhador livre — significava não só acabar com a escravidão e instituir um mercado de trabalho livre no país, mas sobretudo posicionar-se contra o negro e em favor do branco, sem apelo a subterfúgios humanitários.”** (MARINHO DE AZEVEDO, 2004a, p. 56. Grifos meus).

A inferioridade intelectual que durante séculos foi imputada a homens e mulheres provenientes do continente africano encontrava em meados do século XIX o suporte científico que validava agora, de forma irrefutável, o carácter bárbaro dos negros. No âmbito ilustrado, teorias raciais que colocavam ao negro no estágio mais precário de desenvolvimento humano foram acolhidas com veemência. A brutalidade, insolência e estupidez atribuídas aos africanos não eram mais do que feições decorrentes da sua pueril condição no processo evolutivo da humanidade. O discurso científico foi ganhando mais adeptos no decorrer do século e disputando importantes espaços com a religião e a Igreja.

A formulação de teorias científicas e a adoção deste ideário por parte de diversos membros da elite ilustrada brasileira supõem um complexo processo intelectual através do qual foi questionada a introdução de teorias deterministas em um país com alta miscigenação racial. A adaptação e o conhecimento deste conjunto de ideias implicou, além da aproximação aos debates que tiveram lugar no continente europeu, a

preocupação pelo tipo de nação que podia constituir-se em solo brasileiro. Conforme afirma Lilia Schwarcz (1993, p. 48), interpretações pessimistas a respeito do Brasil e os seus habitantes fazem parte de uma tradição arraigada que se endureceu em meados do século XIX, se consideramos as descrições que do país, realizam viajantes durante esta época.

Ainda que alguns destes autores se esforçassem por não reproduzir certos equívocos que foram comuns nas descrições elaboradas em épocas anteriores sobre o Brasil, uma visão negativa prevalecia, sobretudo quando o progresso e a civilização eram chamados à tona. A passagem do botânico francês Auguste Saint-Hilaire por várias províncias brasileiras entre os anos 1816 e 1822, deixou descrições abundantes em detalhes sobre a fauna, a flora e a população do país nas quais se destacam a beleza das paisagens e a benevolência dos seus habitantes. Embora otimista sobre o futuro da nação, Saint-Hilaire reconhece a inexistência de elementos próprios de um povo civilizado:

Não se deve julgar, porém, o interior da América segundo os padrões europeus. Nas regiões escassamen-/ te povoadas as coisas mudam com extrema lentidão. Faltam a eles os elementos que propiciam um progresso rápido. Uma população rala, disseminada por vastidões imensas e entregue à sua própria sorte, atormentada por um clima ardente, sem nenhum estímulo e quase nenhuma aspiração, não deseja e não sabe mudar nada [...] Muitos anos ainda irão passar antes que se veja, do alto dos Pirineus¹¹, algum traço de cultura, e muito tempo irá decorrer até que o S. Francisco seja navegado por embarcações de maior porte do que as frágeis canoas que deslizam sobre suas águas. (SAINT-HILAIRE, 1819, pp. 13-14).

Em referencia à população brasileira, o autor aponta para o alto nível de miscigenação sem deixar de mencionar alguns vícios que prevalecem sobre a mistura racial. Em alusão aos mulatos, o botânico lembra as características herdadas da sua origem africana e da condição de escravidão em que se mantinham:

O capelão de Jaraguá era mulato. Já elogiei a sua cortesia, mas havia nela uns laivos de humildade cuja origem é a situação de inferioridade em que são mantidas as pessoas mestiças na sociedade brasileira (1819) e que elas nunca esquecem quando se acham no meio de brancos. Essa inferioridade não existe realmente, se se comparar a inteligência de uns e de outros. Poderíamos mesmo afirmar que os mulatos têm mais vivacidade de espírito e mais facilidade para apreender as coisas que as pessoas de raça caucásica pura.

¹¹ O autor se refere à “parte mais elevada da Serra do Corumbá e do Tocantins e onde nascem vários rios importantes, entre outros o Corumbá e os primeiros afluentes do majestoso Tocantins”. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 33).

Contudo, mostram a inata inconstância da raça africana e todos eles, filhos ou netos de escravos, têm sentimentos menos elevados que os brancos, sobre os quais, entretanto, não deixam de se referir fortemente os vícios da escravidão. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 44).

A citação anterior ilustra de forma concreta, a asseveração do David Brookshaw oportunamente lembrada pela historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, que revela a ideia generalizada na literatura brasileira de que as características negativas dos negros estariam inevitavelmente vinculadas à sua origem primeira no continente africano, enquanto as suas qualidades positivas seriam fruto do contato com a civilização brasileira (BROOKSHAW apud SCHWARCZ, 1987, p. 114). Ainda passados longos séculos, a África continuava a ser a matriz do “barbarismo” e da “inferioridade”, em longínqua posição para alcançar o progresso das “nações civilizadas”. A representação do continente durante o século XIX esteve geralmente associada à situação de escravidão dos seus descendentes no Brasil, fazendo do negro e do escravo, categorias concomitantes.

As imagens da África e os seus descendentes no Brasil, se fundiam com a preocupação pela influência que ambos exerciam na formação do povo brasileiro. Para o historiador Anderson Oliva, as representações do continente africano com frequência foram confusas e construídas na medida em que oferecessem indícios sobre o carácter da nação que nesse momento se encontrava em processo de definição no Brasil (2010, p. 133). Se consideramos o exemplo enunciado pelo autor ao se referir à imprecisão reinante nas interpretações e constructos em torno à África, até as figuras mais bem intencionadas contribuíram para o entendimento errôneo e descuidado da realidade africana. Retomando algumas passagens da obra do baiano Antônio Castro Alves —considerado por muitos “o poeta dos escravos” e quem se posicionou radicalmente em contra da escravidão durante a segunda metade do século XIX—, é possível observar alusões imaginárias ao continente africano:

“Minha terra é lá bem longe,
Das bandas de onde o sol vem;
[...]
“O sol faz lá tudo em fogo,
Faz em brasa toda a areia;
[...]
“Aquelas terras tão grandes,
Tão compridas como o mar,

Com suas poucas palmeiras
Dão vontade de pensar.
(CASTRO ALVES, “A canção do africano”, 1863 [1921], pp. 20-21)

Mas eu, Senhor!... Eu triste abandonada
Em meio das areias esgarrada,
Perdida marchando em vão!
Se choro... bebe o pranto a areia ardente;
Talvez... p’ra que meu pranto, ó Deus clemente!
Não descubras no chão...
E nem tenho uma sombra de floresta...
Para cobrir-me nem um templo resta

No solo abrasador...
Quando subo às Pirâmides do Egito
Embalde aos quatro céus chorando grito:
“Abrija-me, Senhor!...”
Como o profeta em cinza a fronte envolve,
Velo a cabeça no areal que volve
O siroco feroz...
Quando eu passo no Saara amortalhada...
Ai! dizem: “Lá vai África embuçada
No seu branco albornoz...”
Nem vêem que o deserto é meu sudário,
Que o silêncio campeia solitário
Por sobre o peito meu.
Lá no solo onde o cardo apenas medra
Boceja a Esfinge colossal de pedra
Fitando o morno céu.
De Tebas nas colunas derrocadas
As cegonhas espiam debruçadas
O horizonte sem fim...
Onde branqueja a caravana errante,
E o camelo monótono, arquejante
Que desce de Efraim...
(CASTRO ALVES, “Vozes d’África”, 1868, pp. 4-5)

Conforme o historiador Alberto da Costa e Silva, o poeta só enxergava as paisagens desérticas do Saara, estendendo para o resto do continente, a geografia da África do norte: “se tivesse ouvido um escravo falar de sua terra natal, ou do que dela contaram seus pais, certamente não teria descrito a África sem qualquer amparo na realidade, a repetir as imagens tiradas do orientalismo romântico francês e a estender para o sul do Saara as paisagens do deserto” (COSTA E SILVA, 2006, p. 26).

Os derradeiros anos do século XIX conheceriam a incursão de teorias raciais que reiterariam através do discurso científico, a inferioridade e a incapacidade intelectual da “raça negra”. Junto aos conceitos de evolução, a África emergia como exemplo paradigmático do barbarismo e o atraso ao mesmo tempo que o continente europeu se erguia como arquétipo da civilização, o progresso e a ordem tão almejados pelas elites ilustradas do Brasil. No próximo capítulo nos debruçaremos sobre as trilhas que foram transitadas pelos discursos científicos positivos em terras sul-americanas. A entrada do século XX inaugurará uma intrincada série de relações entre a ciência médica, o direito e as ciências sociais que haverá de questionar o destino da humanidade mesma.



Imagem 13: Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870. (Acervo Instituto Moreira Salles)

SEGUNDA PARTE

A HUMANIDADE À TONA: DISCUSSÕES EM TORNO À RAÇA E À INFERIORIDADE DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NAS AMÉRICAS

IV. TRÓPICOS INSANOS: TEORIAS RACIAIS E EUGENIA NO BRASIL E NA COLÔMBIA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX AO XX

“Orandum est ut sit mens sana in corpore sano”
Juvenal, Sátira X, 356.

Na primeira parte deste trabalho tentei descrever um conjunto de representações criado em torno à África, aos africanos e os seus descendentes nas Américas na produção de alguns intelectuais comprometidos com a formação de uma identidade nacional na Colômbia e no Brasil durante o século XIX. Estas concepções imagéticas estiveram definidas em boa medida, pela influência de relatos e narrativas de viagens que promoveram estereótipos pejorativos frequentemente associados ao continente africano e os seus habitantes. Esta segunda parte estará focada na força que o discurso científico teve na construção de teorias raciais que constatariam a “evidente” inferioridade racial e por tanto, intelectual dos habitantes dos continentes africano e americano.

A preocupação pelo destino destas duas nações sul-americanas na marcha pelo progresso e a civilização alimentou um ciclo de debates que lançou mão de modelos e teorias científicas confeccionadas em paragens europeias na tentativa de decifrar as causas do atraso que caracterizava ambos os países. Os intelectuais envolvidos nestas discussões eruditas, ocupados na análise e no diagnóstico destas sociedades manifestamente heterogêneas, encontraram nos discursos científicos argumentos que validavam o seu entendimento das diferenças existentes, ao tempo que criaram novas formas de inferioridade. Sem ignorar o contraste oferecido pelas realidades colombiana e brasileira da segunda metade do século XIX, apontarei ao longo deste capítulo as coincidências geradas pela leitura, seleção e adaptação de teorias forâneas em ambos os lugares.

Em diversas ocasiões ao longo do texto, a miscigenação racial tem sido apontada como uma das preocupações mais recorrentes dos pensadores nacionais no que se refere ao destino de ambos os países. A presença predominante de índios e negros fazia destas nações um caldeirão de grupos humanos que desafiava, na visão de ditos intelectuais, o propósito de construir uma nação homogênea que almejasse os mesmos ideais de ordem, civilização e progresso. Esta conjuntura preparou o terreno para a acolhida de teorias científicas com um caminho já trilhado no velho continente e que em terras americanas, alimentaram discursos depreciativos que encontraram na profusão de “raças”, a explicação para o atraso vivenciado por estas duas nações.

Pese ao forte impacto de ditas teorias no devir da produção intelectual brasileira e colombiana do momento, o processo de adaptação foi tão crítico quanto a realidade exigia. A escolha de autores e correntes de pensamento específicas respondeu às demandas de cada um dos projetos nacionais. No caso brasileiro, o fim iminente da escravidão e o destino de milhares de negros atrelados à chegada de mão de obra estrangeira que mais do que remediar as sequelas no sistema económico, procurava o branqueamento da população do país, exigiam, segundo Renato Ortiz, um “consumo diferenciado” das teorias raciológicas (ORTIZ, 2012 [1985], p. 30).

Embora na Colômbia tal como no Brasil a adesão às “novas” teorias científicas vindas da Europa respondeu aos questionamentos sobre o tipo de identidade nacional que se pretendia forjar, uma aura conservadora e nostálgica da tradição hispânica reveste os debates em torno à evolução e as doutrinas de Darwin. Para entender melhor o carácter das ideias que circularam durante as últimas décadas do século XIX nos *foros oficiais e oficiosos*¹², descreveremos brevemente os paradigmas científicos que com maior força influíram nesta parte do continente americano.

¹² Segundo Bruno Latour, os *foros oficiais* são os espaços nos quais teorias científicas são elaboradas, debatidas e difundidas por e para um público especializado (estes são, as academias, as escolas e a imprensa especializada), em quanto os *foros oficiosos* estão dirigidos ao público leigo. Ver: LATOUR, Bruno. “Pasteur y Pouchet: heterogénesis de la historia de las ciencias”. SERRES, Michel. *Historia de las Ciencias*. Madrid: Cátedra, pp. 477-501. 1991.

Da origem às origens do homem: teorias sobre as diferenças raciais no século XIX

Na primeira metade do século XIX, a pergunta pela origem da humanidade e a explicação para as diversas formas que esta tinha alcançado, encontrava no Éden o ponto de partida. Segundo as escrituras bíblicas, o homem, depois de ter sido criado do pó da terra por Deus, foi colocado no Jardim do Éden. Esta vertente que acreditava na origem única da humanidade é conhecida como *monogenista*. Segundo esta, a perfeição humana estaria associada ao grau de proximidade do Éden em quanto a degeneração estaria atrelada à posição longínqua a respeito do mesmo. Ainda que o *monogenismo* fosse uma visão com alto nível de aceitação entre distintos autores, o processo de dessacralização que acompanhou o fortalecimento das ciências biológicas em meados do século, abriu o caminho para interpretações divergentes sobre o comportamento humano.

É assim como as várias origens da humanidade se tornaram plausíveis através da doutrina *poligenista*. As diferenças existentes entre os grupos humanos conhecidas então como raças humanas, seriam decorrentes das mutações entre distintas espécies que se gestaram em diversos lugares do planeta. A inferioridade como característica definidora de certas “raças” —índia e negra especificamente—, poderia ser constatada por meio da análise e a observação de rasgos físicos. Neste momento, a Biologia fornecia ferramentas que facilitavam o estudo das diferenças fisiológicas como evidencia de diferenças mais profundas entre os seres humanos.

As teorias que fazendo uso de instrumentos de medição craneana geravam interpretações sobre a capacidade humana justificando por sua vez, a superioridade dos brancos por cima de negros e índios, se tornaram populares em diversos países de América Latina depois da sua repercussão na Europa e nos Estados Unidos. No seio da vertente *poligenista* nasciam portanto, a *frenologia*, a *antropometria* e a *antropologia criminal*, todas elas baseadas na valoração das características físicas do cérebro humano para o diagnóstico de atributos ou deficiências morais. Em concordância com o apontado por diversos autores, o percurso transitado pelo pensamento racial na primeira metade do século XIX, estaria marcado pelo debate entre o *monogenismo* e o *poligenismo* (SKIDMORE, 1976, p. 65; SCHWARCZ, 1993, p. 66).

No cerne desta polêmica, as fronteiras entre duas disciplinas do pensamento social se definiam. Dotada da legitimidade concedida pela racionalidade científica, a Biologia da mão das ciências físicas se erguia como bastião das teorias *poligenistas* na análise do comportamento humano. Naquele momento, a Antropologia se constituía como uma disciplina que, lançando mão de elementos e postulados das ciências naturais, privilegiava a ideia de que, diferenças raciais inatas seriam as responsáveis pela existência da diversidade humana. De outro lado a etnologia, fiel à tradição *monogenista*, acreditava no aprimoramento das raças a partir de uma única origem e mediante o processo evolutivo.

Esta divisão no entanto, seria apaziguada depois da publicação em 1859, de “As origens das espécies” de Charles Darwin. A ideia da evolução dos seres vivos através do tempo, em um processo de seleção natural onde a eliminação de características nocivas sobre a persistência de variações favoráveis determinam a sobrevivência do mais capaz, tornou-se um paradigma hegemônico em diversas disciplinas científicas e do pensamento social. Para *monogenistas* e *poligenistas*, a comprovação da existência de antepassados comuns pareceu conveniente e o modelo evolucionista proposto por Darwin, foi adotado e adaptado por ambas as vertentes. As leituras e interpretações em torno da obra de Darwin foram tão diversas quanto os ramos de conhecimento que fizeram uso dela, embora o seu impacto nas áreas do pensamento social estivesse mediado pela apropriação que *monogenistas* e *poligenistas*, na maioria dos casos, fizeram dos postulados evolucionistas. Neste sentido, a continuidade da dissensão entre estas duas vertentes estaria afincada no modo em como cada uma delas entendia o papel da evolução na heterogeneidade dos povos.

À primeira vista, o *monogenismo* poderia se adaptar com maior facilidade à proposta darwinista de evolução a partir de uma origem una da humanidade. Fruto deste diálogo, o *Evolucionismo Social* propôs esquemas classificatórios de desenvolvimento cultural em diferentes grupos humanos se usando de modelos transpostos da Biologia. A cultura neste caso, manifesta nas distintas partes da terra, partiria de um estágio simples até alcançar formas complexas em uma sucessão de estados pelos quais, todos os grupos humanos haveriam de passar. Nessa desigual carreira pela civilização e o progresso, europeus iriam

à frente em quanto africanos e americanos se encontravam em estágios primitivos de desenvolvimento cultural.

Nesse mesmo momento e com um viés ainda mais radical a respeito da inferioridade de diversos povos, *poligenistas* inauguravam uma corrente teórica conhecida como *Darwinismo Social*. Entendendo as raças como imutáveis, a miscigenação indefectivelmente, marcaria o início da degeneração racial e social. Para estes, as diferenças existentes entre as raças humanas atingiriam não só as características físicas, como as intelectuais e morais. Da mesma maneira, a ascendência da raça determinaria de maneira definitiva o carácter do indivíduo eliminando conseqüentemente, seu livre arbítrio. Para os darwinistas sociais, a carreira pela civilização e o progresso só poderia ser levada adiante por raças específicas, negando a possibilidade da perfectibilidade aos africanos e os seus descendentes¹³.

A recepção das ideias de Darwin e das teorias raciais subsequentes em países como a Colômbia e o Brasil, rendeu uma serie de debates que não só questionaram o carácter científico das reflexões em torno da raça como também as suas conseqüências sobre a modernização cultural e política de ambos. Sem dúvida, a proliferação das discussões sobre paradigmas cientificistas e evolucionistas esteve estreitamente vinculada ao surgimento de instituições acadêmicas que congregaram intelectuais bastante diversos na sua formação crítica e com interesses políticos dissimiles. No caso brasileiro, o processo de institucionalização das práticas acadêmicas e científicas se caracterizou por sua heterogeneidade e foi desde a constituição de museus dedicados à pesquisa etnográfica, até escolas de Direito e Medicina que aderiram a modelos evolucionistas e darwinistas na tentativa de explicar, compreender e normalizar a sociedade brasileira.

Se consideramos o exposto pela antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz no seu livro *O espetáculo das raças*, três foram os tipos de centros que durante o século XIX albergaram pensadores e intelectuais dedicados ao estudo das ciências e os seus paradigmas: os museus etnográficos, os institutos históricos e geográficos e as faculdades de Direito e

¹³ Para entender o percurso do Darwinismo e as doutrinas raciais durante a segunda metade do século XIX, recomendo consultar a obra de Lilia Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Medicina. Os museus nacionais, ligados na sua origem em maior ou menor medida à figura do monarca —o Museu Nacional deve a sua fundação em 1808, a um programa cultural implementado por João VI—, debruçaram-se sobre o estudo do desenvolvimento cultural da humanidade a partir das premissas do *Evolucionismo Social*, privilegiando o uso dos modelos fornecidos pela Biologia na análise dos grupos sociais no caminho da evolução. À luz de sistemas classificatórios, os cientistas vinculados a estes centros de pesquisa estabeleceram hierarquias entre os grupos humanos existentes no país à semelhança das espécies animais e vegetais. A inferioridade decorrente da miscigenação racial brasileira, era entendida por muitos destes intelectuais como uma sequela a ser superada pela depuração alcançada com o branqueamento.

Por sua parte, os Institutos Históricos e Geográficos assumiram um compromisso absoluto com a construção da história oficial da nação. A exaltação do passado na procura de mitos fundacionais, correu da mão dos interesses de uma elite que congregava-se em torno às atividades políticas e econômicas do país. Ocupados no projeto de centralização nacional, os membros destas instituições lançaram mão de teorias evolucionistas e até deterministas para examinar o papel da população negra neste concerto. Como era de se esperar, africanos e seus descendentes estariam uma vez mais isentos das virtudes trazidas pela civilização. Destinados a permanecer na escuridão da barbárie, os negros não poderiam se adaptar aos desígnios de uma Nação regida pelo progresso.

Contudo, é nas faculdades de Direito e Medicina que a discussão sobre as teorias raciais e a inferioridade do povo brasileiro alcança seu clímax. Com o intuito de formar uma intelectualidade local que se dedicasse ao exame e à solução dos problemas próprios do país, são fundadas —através do projeto convertido em lei em 1827— (SCHWARCZ, 1993, p. 186), as faculdades de Direito de Olinda —com sede em Recife a partir de 1854— e de São Paulo. Com processos de conformação dissimiles e uma orientação teórica bastante diversa, professores e estudantes de ditas escolas assumiram a tarefa de criar uma linha de pensamento autônomo que desse conta da realidade na qual estavam imersos. Sob a influência de modelos deterministas e se aproximando aos estudos em antropologia física,

frenologia e antropologia criminal, os integrantes da Escola de Recife apostaram por uma miscigenação controlada para homogeneizar a nação brasileira.

Mais próxima da doutrina liberal, porém, profundamente conservadora a respeito da constituição racial da população do Brasil, a Faculdade de Direito de São Paulo procurava tomar distância dos moldes impostos pelas Ciências Biológicas favorecendo uma perspectiva de corte filosófico (SCHWARCZ, 1993, p. 239). Assumindo as rédeas na formação intelectual da classe dirigente do Estado, a Escola de São Paulo enfatiza o papel da direção política abrindo mão de discussões teóricas características da Escola de Recife. Neste sentido, práticas políticas implementadas por seus formandos se fizeram efetivas como leis e medidas nos órgãos de governo. Assuntos como a imigração de trabalhadores europeus e as restrições impostas à população negra existente no país, passaram pelo crivo de homens formados na escola de Direito paulista.

Já nas faculdades de Medicina com sede em Salvador de Bahia e Rio de Janeiro, a discussão em torno da raça esteve pautada pela relação desta com a doença. A preocupação pelos efeitos do cruzamento racial no desenvolvimento de doenças, impus o diálogo com modelos do *Darwinismo Social* que imputavam à miscigenação continuada, a evidente degeneração racial da sociedade brasileira. Os grupos negros foram percebidos por muitos dos autores dedicados ao diagnóstico da nação, como os detentores da acentuada inferioridade, empecilho direto de qualquer tipo de civilização. Comprometidos com a procura de soluções que aprimorassem a saúde do povo, médicos de ambas faculdades justificaram projetos de intervenção médica, a maioria destes impostos de forma autoritária, em prol do conhecimento científico. Os modelos raciais de análise se popularizam a partir da influência dos estudos de Medicina legal na Faculdade de Bahia, fazendo do criminoso –geralmente negro ou mulato—, peça chave no estudo do comportamento humano e fator determinante da decadência racial.

Contrário ao acontecido no Brasil, a fundação de instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa científica na Colômbia respondeu a um processo homogêneo e centralizado que viu na fundação da Universidad Nacional em 1867, o nascimento de seis faculdades dedicadas a diversas áreas de conhecimento: Direito, Medicina, Ciências Naturais, Literatura e Filosofia, Artes e Ofícios e Engenharia. Com sede na cidade de Santafé de

Bogotá, a universidade congregava um reduzido número de estudantes mais interessados pelo Direito, a Engenharia e a Medicina que pela área de Ciências Naturais. É nesta última porém, que as primeiras noções de evolucionismo são divulgadas. Entre a Botânica e a Zoologia, a obra de Darwin encontrou adeptos que se dedicaram ao ensino dos sistemas de classificação e organização dos seres vivos; contudo, seu impacto foi bastante reduzido (RESTREPO FORERO e BECERRA ARDILA, 1995, pp. 548-549).

Os médicos por sua parte, se mostraram pouco interessados pelas novidades trazidas por Darwin e a sua teoria de seleção natural. À diferença de outros países latino-americanos onde a Medicina se envolveu de maneira determinada nas polêmicas suscitadas pela introdução do paradigma evolutivo, a comunidade médica colombiana preferiu se manter alinhada aos preceitos da medicina experimental e da teoria microbiana da escola francesa (RESTREPO FORERO e BECERRA ARDILA, 1995, p. 551). Em contrapartida, as discussões suscitadas pelo avanço das ciências experimentais que pouco a pouco deslegitimava antigas concepções baseadas na reflexão filosófica ganharam contornos inusitados e revelaram uma importante divisão entre os “homens de letras” e os “homens de ciência”¹⁴.

A Universidade Nacional entretanto, se constituía no espaço de discussão privilegiado. Fruto de um árduo processo de secularização e universalização da educação pública levado em frente por políticos liberais, esta instituição abrigava uma intelectualidade heterogênea que de maneira polífona se posicionava frente aos desafios acadêmicos e políticos. Sobravam portanto, razões para que este reduto autônomo de pensamento

¹⁴ Tanto na Colômbia quanto no Brasil, intelectuais com grande influência no contexto político se envolveram em polêmicas que enfrentaram os alcances da metafísica ao progresso vindo das mãos das ciências experimentais. Sem me deter em cada uma delas, farei menção de duas das mais significativas. Em 1875, Sílvio Romero argumentava contra um dos integrantes da sua banca de defesa de doutorado na Faculdade de Direito de Recife, a morte da metafísica a mãos da lógica, o progresso e a civilização. Já na Colômbia, em crítica a um ciclo de palestras ministradas em 1884 pelo professor de história universal e filosofia, o suíço Ernest Röthlisberger, nas quais discute o impacto das Ciências na Filosofia, o político conservador Marco Fidel Suárez questionava a veracidade do conhecimento alcançado através da medição e a verificação dos sentidos em detrimento das “verdades de ordem metafísico”. Para saber um pouco mais sobre estes dois episódios ver, respectivamente: Lilia Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 194 e Olga Restrepo Forero e Diego Becerra Ardila. “El darwinismo en Colombia. Naturaleza y sociedad en el discurso de la Ciencia”. *Revista Académica Colombiana de Ciencias*, n. 19, 1995, p. 555.

sofresse a intervenção do governo no momento em que o Partido Conservador chegou ao poder. Assumindo como símbolos da nação colombiana o catolicismo exacerbado e o culto quase religioso da herança hispana, conservadores perceberam como ameaça as discussões geradas pelo positivismo e o evolucionismo no recinto universitário.

O triunfo do projeto político conhecido na história colombiana como *La Regeneración*, trouxe consigo uma forte repulsa às novas doutrinas científicas; neste momento, políticos e intelectuais conservadores frequentemente apelaram aos erros gramaticais e ao uso incorreto da língua para desqualificar os discursos dos seus opositores que defendiam ideias evolucionistas ou o progresso e a avançada das ciências experimentais. O controle sobre os parâmetros de ensino vigentes na Universidade Nacional se fez cada vez más férreo ao ponto de proibir, mediante lei constitucional, o ensino de doutrinas que se opusessem aos dogmas católicos. O Estado e a Igreja ganharam protagonismo intervindo de maneira inusitada em diversos aspectos da ordem social republicana.

Em consonância com o anseio da elite política colombiana de finais de século, de manter um estrito controle sobre a população em prol de um projeto nacional que atingisse todo o território, o Estado procurou fortalecer vínculos com comunidades científicas que permitissem a intervenção em assuntos como a saúde e a moral dos indivíduos. Paradoxalmente, a ciência ganhava maior repercussão sob a direção de um governo conservador que fazia desta um instrumento eficaz de regência (GALVIS, 2013, p. 110). Este propósito no entanto, responde a uma série de transformações ideológicas e económicas no âmbito internacional que visava implementar estratégias de regulação da vida dos cidadãos, mantendo o controle efetivo sobre aspectos como a saúde, a higiene e os costumes.

As últimas duas décadas do século XIX estiveram marcadas por exercícios políticos que levaram a níveis radicais o *Darwinismo Social*. Acreditando na possibilidade de administrar e interferir na hereditariedade humana, a *Eugenia* se consagrava como um movimento que a partir de métodos estatísticos e genealógicos, conseguiria uma conformação racial pura da humanidade. Tendo como fato fundante a publicação do livro *O gênio hereditário* de Francis Galton em 1869, a *Eugenia* se consagra como movimento em 1883, momento em que este cientista cunha o termo com o significado de “bem

nascido” (STEPAN, 2005, p. 9). Com uma concepção abertamente racista, a *Eugenia* perseguia o aprimoramento das raças humanas a partir da seleção de grupos “adequados” para a reprodução em detrimento de grupos “impuros” ou “inadequados” portadores de deficiências genéticas hereditárias causantes da degeneração racial.

Considerando a profunda preocupação das nações recém conformadas pelas fundações raciais das suas identidades, a *Eugenia* se abria caminho em diversos países de América Latina com a conformação de organizações, a promulgação de leis e o estabelecimento de grupos dedicados ao cuidado da “higiene racial”. De maneira sistemática, este movimento condenava a miscigenação ressaltando os perigos das uniões entre indivíduos degenerados e indivíduos sãos para o progresso e a civilização almejadas. Atrelado à inquietação gerada pela constituição racial da nação, o tratamento de doenças que afetavam à população da região também esteve associado à prática de preceitos eugênicos.

Como movimento científico e social, a *Eugenia* forneceu um arcabouço teórico para médicos e higienistas ocupados no combate aos que foram chamados de “venenos raciais” –álcool, nicotina, doenças venéreas, morfina, sífilis—. Duas teorias científicas sobre hereditariedade tiveram destaque no panorama latino-americano na virada do século XIX para o XX: o Lamarckismo e o Mendelismo. A primeira destas com grande repercussão, ratificava a possibilidade de transmitir caracteres adquiridos através da hereditariedade. A segunda, pedra angular da genética, enfatiza na estabilidade dos caracteres herdados. É necessário apontar porém, que pese à sua influência no exercício da medicina e na implementação de medidas legais a respeito da saúde pública, a prática médica em diversos países latino-americanos esteve pautada por políticas que observaram demandas específicas da realidade regional, resistindo às imposições eugênicas da tradição norte-americana (CORRÊA, 2006, p. 511).

Médicos e sanitaristas assumiram um papel hegemônico na batalha empreendida contra a proliferação de doenças e as precárias condições de alimentação e educação às quais grande parte das populações brasileira e colombiana estava submetida. Instâncias da ciência e do Estado articularam-se em prol da implantação de um programa que levasse modernidade, civilização e progresso por todos os cantos do território nacional. Para alcançar este objetivo, era necessário a erradicação total dos males padecidos pelo corpo

social: desta maneira, a resolução de problemas sociais fica atrelada ao domínio de determinantes biológicas.

Se por um lado o advento da eugenia abriu um leque de novas pesquisas em torno da raça, por outro, ratificou vigorosamente estereótipos raciais negativos que já circulavam em âmbitos políticos e intelectuais. Novamente, a contribuição negra à formação dos povos brasileiro e colombiano foi desqualificada alegando sua evidente inferioridade e incapacidade de evolução. Os sistemas de classificação criados por disciplinas como o Direito e a Medicina enquadraram os negros como sujeitos “degenerados” e “potenciais” criminosos com poucas possibilidades de redenção. Neste contexto, médicos e juristas se envolveram em acirrados debates marcados pelas suas diferenças na prática profissional e no modo de entender o país. As interpretações de dois dos seus mais afamados representantes sentaram um marco histórico no que se conhece como Pensamento Social Brasileiro, mas sobre eles e as suas contribuições nos debruçaremos no próximo capítulo.

V. ÁFRICA NO BRASIL: OS ESCRITOS DE SÍLVIO ROMERO E RAIMUNDO NINA RODRIGUES

A década de 1870 tem sido considerada por historiadores, antropólogos e críticos literários o marco de mudanças significativas em diversos setores da sociedade brasileira. Às transformações econômicas derivadas do fortalecimento da produção cafeeira e a consequente consolidação do sudeste como eixo da economia brasileira em detrimento da região nordeste que até esse momento teria ocupado esse lugar de primazia, se seguiu um conjunto de renovações no campo acadêmico que não só significou a diversificação das instituições científicas como das áreas de atuação dos intelectuais nacionais. À diferença dos seus pares atuantes na primeira metade do século XIX, este grupo de intelectuais se distanciou da aureola que cercava à corte imperial reificando o conhecimento de um “Brasil real” que aproximasse o sertão e o interior do país ao seu universo erudito.

Preocupados pela organização e o controle das populações no Brasil, estes pensadores dedicaram grandes esforços à construção de alicerces científicos que validassem a implementação de estratégias disciplinares no país. A produção intelectual com sua inquestionável influência em determinações de ordem política, aderira cânones de rigor científico que colocava a questão racial no centro das preocupações teóricas e de pesquisa. Considerando o observado pela antropóloga Mariza Corrêa no Brasil, a ciência e a literatura a través de figuras como Raimundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero —com formação médica e jurídica respectivamente— fariam das relações raciais o ponto de partida das discussões em torno da definição do povo e da nação brasileiros (CORRÊA, 2013, p. 33).

A consolidação deste grupo de críticos observadores da realidade brasileira coincidiu com uma série de acontecimentos que inaugurou o processo de transição do negro —pelo menos no discurso formal— de escravo a cidadão. O fim da Guerra do Paraguai (1870) e o retorno de centenas de negros que defenderam as fronteiras da pátria durante o conflito atrelado ao fim do tráfico de escravos —Lei Eusébio de Queiros de 1850—, à promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e à iminência da abolição do regime escravocrata —que acabara acontecendo com a sanção da Lei Áurea em 1888—,

estabeleceram parâmetros de discussão que, lançando mão de certas premissas liberais, propunha a igualdade constitucional estendendo a cidadania aos membros da nação brasileira. Na prática, porém, se confirmava constantemente a existência de profundas desigualdades sociais garantidas por um discurso científico que supunha a superioridade de um grupo humano específico (brancos) sobre outros (negros e índios), baseado em diferenças raciais que equiparavam características físicas a qualidades morais.

Entre as aspirações abolicionistas que no seio do movimento assumiram os mais diversos matizes e a aventura liberal que anunciava o perigo da incorporação dos negros à nação brasileira em qualidade de cidadãos, intelectuais como Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues se enveredavam pelos caminhos da ciência com o intuito de desvendar a influência dos africanos e dos seus descendentes na formação do Brasil. O primeiro, formado na Escola de Direito de Recife e preeminente figura no campo da crítica literária, declarava a mestiçagem como elemento condensador da realidade social brasileira estabelecendo por sua vez, a possibilidade simbólica de formação de uma identidade nacional. O seu interesse por entender e explicar os problemas nacionais esteve subsidiado pela leitura de pensadores europeus que, ligados a múltiplas tendências teóricas, forneceram categorias científicas de análise às vezes discordantes entre si.

Já desde a Medicina e se usando de teorias raciais deterministas, o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues inaugurava os estudos sobre os africanos no Brasil diante da ameaça da degeneração acarretada pelo cruzamento racial. Convencido da condição patológica da raça negra e do seu desafortunado aporte à composição da população brasileira, esteve comprometido até sua prematura morte em 1906 com a luta pela formalização da Medicina Legal, colocando ao perito como o único responsável de avaliar as consequências da miscigenação das raças em cada indivíduo (CORRÊA, 2013, P. 133). Estreitamente vinculados no momento da sua constituição, a Medicina e o campo jurídico compartilharam responsabilidades similares no que respeita ao controle das populações brasileiras; a continuação observaremos como a África, mas sobretudo, como os africanos e os seus descendentes no Brasil foram tratados pela pena destes dois intelectuais.

Uma nação mestiça chamada Brasil

Membros de uma sociedade profundamente desigual e diversa em termos raciais, homens de “ciências” e de “letras” empreenderam a busca pela nação brasileira. Em um movimento paralelo através do qual definem os objetos de análise ao tempo que se definem a si mesmos como categoria social, os intelectuais atuantes entre o final do século XIX e o início do XX percebem que, entre o Brasil almejado e o Brasil real, existe uma insondável brecha que só poderia ser superada com ajuda de um conhecimento aprofundado das alteridades que compunham o país. Na tentativa de desvendar as fontes que alimentaram a sociedade brasileira, Sílvio Romero é reivindicado pela antropologia brasileira como um dos primeiros intelectuais em reconhecer a contribuição do negro na formação nacional e de fornecer ao continente africano um lugar dentro do pensamento social do Brasil (MOTTA e OLIVEIRA, 2012, pp. 216-217).

Seguindo os preceitos do darwinismo social adotado de forma contundente pela Escola de Direito de Recife, Romero proclamava a influência definitiva da raça e do meio na formação dos povos. No seu empenho por fazer da ciência e das doutrinas raciais e deterministas o princípio de análise de diversos campos do conhecimento, este intelectual realizou uma abordagem da literatura e da produção artística brasileira guiado por dita fórmula. Na sua visão, a evolução histórica do povo brasileiro estaria pautada pela contribuição das diferentes raças e a sua adaptação ao meio. Desta maneira, na figura do mestiço brasileiro se fundem três raças e a importância da contribuição de cada uma delas vai depender do seu lugar no processo evolutivo.

Considerada por muitos a obra-prima da sua carreira (SKIDMORE, 1976, p. 48), a *História da Literatura Brasileira* constitui-se em périplo pelas criações literárias do país destacando o papel da raça no seu desenvolvimento. Amparado na leitura de teóricos europeus que dedicaram parte da sua obra à análise do Brasil, Romero ressalta a importância de levar em conta a relação entre população e hábitat natural no momento de determinar o carácter da nação. Longe de ser um grupo étnico definitivo, o brasileiro nascia do encontro do branco europeu, o negro africano e o índio americano herdando de cada um destes aspectos físicos e culturais:

A historia do Brazil, como deve hoje ser comprehendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a historia exclusiva dos portuguezes na America. Não é também, como quiz de passagem supôr o romanticismo, a historia dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo. E' antes a historia da formação de um typo novo pela acção de cinco factores, formação sextiaria em que predomina a mestiçagem. **Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéas. Os operarios deste facto inicial hão sido: o portuguez, o negro, o índio, o meio physico e a imitação estrangeira.** (ROMERO, 1888, p. 7. Grifos meus)

Tendo como uma das suas principais referências a obra do historiador inglês Henry Buckle, *History of the English Civilization*, Romero rebate a importância dada pelo autor à força do meio natural sobre o destino dos homens. No caso brasileiro, Buckle afirma que a exuberância da natureza representa um grave empecilho ao surgimento da civilização subjugando o poder do homem e impedindo o domínio deste último sobre ela. Apontando uma série de equívocos em torno da geografia e dos fenômenos climatológicos na qual incorria autor, o jurista reivindicava a influência definitiva da raça na formação do povo brasileiro considerando o grau de evolução humana no qual se encontravam os habitantes do país:

E' certo que os primitivos habitantes do paiz não ultrapassaram os ultimos degraus de selvageria; é exacto ainda que a nossa actual civilização é toda impregnada de barbarismo. Só os patriotas desajuizados poderão contestal-o. Buckle porem é pelo menos incompleto quando faz depender as civilizações antigas do calor e humidade, ou da fertilidade da terra e um vasto systema fluvial. A philosophia da historia, sempre que maneja um principio único, expõe-se a equivocos [...] O autor, que nunca visitou o Brazil, foi victima do maravilhoso no inventario dos obstaculos que a natureza nos oppõe. (ROMERO, 1888, pp. 44-45)

Declaradamente poligenista, Sílvio Romero questionava a excessiva repercussão concedida ao meio físico na origem das raças lembrando da existência de uma desigualdade original entre os homens; continuando com a crítica ao Buckle:

Firmado especialmente em Mill, nega a distincção original das raças explicando-lhes as diferenças posteriores pelas quatro leis que formulou. Não parece bem fundamentado o asserto. Não ha duvida que as diversidades de climas, solos, alimentos... contribuem para que perdurem as separações das raças; é preciso porem ir um pouco adiante e declarar que, sendo os climas e mais agentes physicos anteriores às raças, a diversidade destas é já de si originaria e primordial, isto é, surgiu com ellas mesmas desde o seu primeiro apparecimento. (ROMERO, 1888, p. 37)

A firme convicção a respeito da origem diversa dos grupos humanos levou Romero a formular uma hierarquia racial que estabelecia o nível de evolução humana. Assim, os

brancos seriam mais evoluídos –por tanto, superiores— do que indígenas e negros. Todavia, colocava em dúvida a existência de tipos raciais puros e incluía a cultura como fator relevante na hora de entender as diferenças entre os povos. Sendo o Brasil crisol destas três raças, o branco teria predominado devido a seu maior desenvolvimento biológico e cultural, os negros e em menor medida os indígenas foram partícipes na criação da nova raça em condições de exploração e menoscabo com alto risco de desaparecer:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se actualmente de brancos arianos, índios guaranys, negros do grupo bantú e mestiços destas tres raças, orçando os ultimos certamente por metade da população. O seu numero tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desapparecerão n'um futuro não muito remoto, consumidos na lucta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento.

O mestiço que é a genuina formação historica brasileira, ficará só diante do branco puro, com o qual se ha de, mais cedo ou mais tarde, confundir.

Não é fantasia: calculavam-se em milhões os índios do Brazil; hoje onde estão elles? Reduzidos a alguns milhares nos remotissimos sertões do Brazil.

Computavam-se tambem em milhões os negros arrancados d'Africa pela cobiça dos brancos, e hoje não excedem elles por certo a dois milhões.

As pestes e as guerras fizeram aos indígenas o que os trabalhos forçados fizeram aos africanos. As selvas não estão mais povoadas de caboclos, para serem caçados pelas bandeiras; os portos d'Africa estão fechados aos navios negreiros.

A consequencia é facil de tirar: o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fôra como cousas inuteis. Foi sempre ajudado neste empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por supplantal-o tomando-lhe a côr e a preponderancia. (ROMERO, 1888, pp. 66-67).

A contribuição de índios e negros à composição da população nacional não assegurou para eles um espaço no futuro da nação. Fadados ao desaparecimento, porém, interessantes “objetos de ciência”, índios mas sobretudo negros foram analisados pelo autor. Interessado nas características dos aportes africanos ao produto mestiço, Romero foi à procura de informações sobre o continente e os seus habitantes. Neste propósito e contrariando a exaltação do indígena como símbolo da literatura brasileira feita pelo movimento romântico, Romero coloca em evidência a influência do negro fazendo frente ao descaso em que se encontravam os estudos sobre esta população no Brasil. Não obstante este esforço, as referências associadas a África e os seus descendentes foram na

sua maioria depreciativas e realçaram a precária evolução na que se encontravam os seus habitantes:

Eram quase todos do grupo bantú. São gentes ainda no período do fetichismo, brutaes, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar (ROMERO, 1888, p. 90)

Contudo, Romero acreditava na superioridade evolutiva dos negros sobre a raça indígena, e, em correspondência com seu engajamento abolicionista, lembrava a importância da participação dos escravos no desenvolvimento econômico do país exortando ao povo brasileiro à concessão da liberdade para uma raça que tanto tinha oferecido à nação:

E' mais que tempo de pagarmos-lhe a grande divida em que estamos para com elle, apressando-lhe, precipitando-lhe a completa emancipação por medidas seguras, afficazes e amplas. E' um voto que não cesso de repetir ha mais de quinze annos; é um voto que não é o privilegio de meia dúzia de pretensos monopolizadores de liberalismo; porque é o ardente desejo de todos os espiritos adiantados. (ROMERO, 1888, p. 90).

Embora interessado em desvendar o que de África se encontrava “em casa”, Romero não realizou análises profundas que permitissem a compreensão do universo cultural do negro concentrando os seus esforços na resolução do dilema racial através da invenção de uma nação mestiça que, da mão da imigração estrangeira tornar-se-ia mais branca. Querendo levar em frente o seu anseio e interessado na definição de uma fórmula que legitimasse a miscigenação como característica histórica brasileira, este intelectual foi fonte de contradições argumentativas –sendo ele ciente desta circunstância— incorporando conceitos e teorias discordantes entre si. É assim como, para explicar o valor outorgado à mestiçagem, as máximas poligenistas que pregam a existência de diferenças de origem dialogam com a possibilidade de perfectibilidade das raças humanas. Em comentário à obra do Sílvio Romero, o crítico literário Roberto Ventura insiste no carácter ‘eclético’ – por chamá-lo de alguma maneira— do arranjo teórico do intelectual em questão:

Sua teoria da mestiçagem e do branqueamento parte de uma combinação de pressupostos racistas (existência de diferenças étnicas inatas) e evolucionistas (lei da concorrência vital e do predomínio do mais apto). Previa que o elemento branco seria vitorioso na “luta entre raças”, devido à superioridade evolutiva, que garante seu predomínio no cruzamento. Prevê assim o total branqueamento da população brasileira em três ou quatro séculos. (VENTURA, 1991, p. 51)

Confiante no branqueamento geral da população brasileira, Romero esperava por uma unidade étnica ao tempo que depositava nas mãos do mestiço o destino histórico-cultural do continente:

O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, si não constitue uma só raça compacta e distinta, tem elementos para accentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de representar na America um grande destino cultur-historico. (ROMERO, 1888, p. 66)

As reflexões teóricas que na pena do Sílvio Romero colocaram o negro como “objeto de ciência” privilegiado teriam de esperar pelas pesquisas de campo realizadas pelo médico Raimundo Nina Rodrigues para revestir-se de toda sua carga empírica. Nina, como veremos a continuação, não será tão otimista em relação à herança que a África e os seus descendentes legaram ao Brasil.

Raimundo Nina Rodrigues¹⁵ e o Brasil doente

Disputando junto com Sílvio Romero o lugar de precursor dos estudos sobre os africanos e os seus descendentes no Brasil¹⁶, Raimundo Nina Rodrigues inaugura uma linha de estudos que além de reconhecer a importância das manifestações culturais negras na formação do povo brasileiro, inicia a procura pela pureza de dita herança. Nascido em 1862 na província de Maranhão, tornou-se posteriormente reputado membro da Escola de Medicina da Bahia —daí a confusão na qual alguns estudiosos incorrem ao nomear Bahia como o seu lugar de origem—. Sob a influência que durante esta época tiveram as teorias de determinismo racial em dita faculdade, Nina Rodrigues insistia nos efeitos perniciosos da hibridação racial no futuro da nação brasileira. A miscigenação seria por tanto, a pedra angular da prática profissional dos médicos baianos que localizavam na população

¹⁵ A pesquisa mais completa sobre a trajetória e o legado de Nina Rodrigues ao Pensamento Social Brasileiro é, sem sombra de dúvida, a tese de doutorado da antropóloga Mariza Corrêa defendida em 1983 na Universidade de São Paulo intitulada *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Reeditada recentemente pela Editora FIOCRUZ (Rio de Janeiro, 2013) e com edições anteriores publicadas pela Editora da Universidade de São Francisco, Bragança Paulista em 1998 e 2001.

¹⁶ Em quanto os autoproclamados discípulos do médico e integrantes da chamada “Escola Nina Rodrigues” (Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Arthur Ramos) reivindicam o carácter pioneiro dos estudos realizados pelo mesmo em torno do africano e a sua influência na formação do povo brasileiro ao tempo que situam a sua obra nos primórdios da antropologia brasileira, Gilberto Freyre incorpora Sílvio Romero como precursor indiscutível da tradição antropológica que apontava a África como “sinal diacrítico do Brasil” —emprestando a expressão utilizada por Antonio Motta e Luiz Oliveira— (2012, p. 218).

mestiça –população *doente* na visão destes profissionais—, a origem dos males que acometiam o país.

Neste sentido, tanto para Nina quanto para os médicos da Escola da Bahia, criminalidade, loucura e degeneração se explicavam através da existência de uma população miscigenada que tinha como componente principal os aportes de raças comprovadamente inferiores como a negra e a indígena. A iminente decadência só poderia ser combatida com o saneamento da população *doente*; correspondia pois à Medicina, na visão dos médicos baianos, o cuidado e sobretudo a potestade do corpo doente. Na tentativa de institucionalizar uma área do conhecimento médico que deslocava a atenção da doença para se focar no tratamento do doente –em muitos casos considerado criminoso—, a Faculdade de Medicina da Bahia na figura de Nina Rodrigues como ilustre defensor desta causa e tendo a *Gazeta Médica da Bahia* como principal órgão de difusão das suas ideias, entra em franca disputa com as faculdades de Direito que por sua vez concediam ao jurista o arbítrio absoluto sobre os problemas derivados do cruzamento racial no país.

Considerando “o problema do negro no Brasil” como estrita competência do âmbito científico, Nina Rodrigues se propõe um inventário exaustivo das populações de origem africana residentes no país com o intuito de estabelecer as devidas diferenças e hierarquias entre elas. Ancorado em modelos raciais de análise, o médico legitima no seu discurso a inquestionável inferioridade da raça negra ao tempo que critica a irracionalidade do sistema escravista. Depois de ter publicado em vida dois importantes livros referentes à responsabilidade penal das raças e ao fetichismo dos negros baianos¹⁷, a publicação póstuma de *Os africanos no Brasil* consagra o conhecimento rigorosamente científico que o Nina Rodrigues pregava sobre as características das populações de origem africana no Brasil.

Sendo a inferioridade da raça negra uma verdade inquestionável para a maioria dos intelectuais da época, Nina Rodrigues decide abordar o estudo do negro africano

¹⁷ Ambos os livros são compêndios de artigos publicados em anos anteriores na *Gazeta Médica de Bahia* e na *Revista Brasileira* respectivamente. Ver: NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Econômica, 1894; *L'animisme fetichiste des nègres de Bahia*. Bahia: Editeurs Reis & Companhia., 1900.

impondo a necessidade de classificar de forma hierárquica, o desenvolvimento cultural de cada um dos povos deste continente e a sua distribuição no território brasileiro; em uma das passagens do seu livro *Os africanos no Brasil* o autor afirma:

Mas no Brasil não nos temos limitado a desprezar o conhecimento dos povos negros que tanto concorreram para a colonização do país e a manter a mais completa ignorância sobre tudo o que lhe diz respeito; vão se acreditando mesmo, entre nós, ideias errôneas sobre a procedência dos nossos Negros, sobre o grau e as manifestações de sua// cultura. E tudo isto bem nos pode condenar, a não ser possível fazer-se mais tarde uma ideia justa da influência por eles exercida no nosso povo (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], pp. 24-25.)

Identificar a diversidade comportada pelos distintos grupos que constituíam a população do continente africano, não o impedia de se afirmar na certeza da impossibilidade inerente à raça negra de se consolidar como uma civilização. O carácter rudimentar da sua constituição psíquica marcaria de maneira definitiva a inviabilidade da sua perfectibilidade fazendo do seu aporte racial à combinação da qual surgia o mestiço brasileiro, exígua e sobretudo nociva:

Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os Negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como fariamos com os de qualquer outra procedência; extremado as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, **consideramos a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo.** (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], p. 15. Grifos meus)

Ao entender as raças como realidades estanques, Nina Rodrigues restringe a possibilidade de perfectibilidade a grupos humanos específicos e anuncia o prelúdio da degeneração inevitável a mãos da mistura gradual da população brasileira. À diferença de Romero que enxerga na hibridação racial uma saída viável confiando no branqueamento futuro do Brasil, Nina alerta para o perigo virtual do sangue negro contaminar culturalmente as outras categorias sociais. A desapareição das raças puras apontaria, segundo Nina, o aumento nos índices de criminalidade associado ao desequilíbrio mestiço:

A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda// não é imoral nem ante-jurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos ante-jurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem

social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam.

A contribuição dos negros a esta espécie de criminalidade é das mais elevadas. Na sua forma, esses atos procedem, uns do estágio da sua evolução jurídica, procedem outros do das suas crenças religiosas. (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], pp. 300-301).

Para Nina e os médicos da escola baiana de Medicina, as desigualdades humanas decorrentes dos diversos níveis de evolução das raças faziam do livre arbítrio uma falácia imaginada pelos “homens de lei” que por sua vez, criava empecilhos para formulação e correta aplicação do código penal. Dita postura é, entre outras coisas, a constatação de uma opinião fortemente crítica às que, segundo Nina, não seriam mais que divagações sentimentais manifestas desde a abolição da escravidão e que, como bem é lembrado pela antropóloga Mariza Corrêa, foram consideradas “ilusões de liberdade” inventadas pela política positivista (CORRÊA, 2013, p. 67):

A extinção da escravidão no Brasil não foi a solução, pacífica ou violenta, de um simples problema econômico. **Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários.** Para dar-lhe esta // feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao Negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos... A escravidão se extinguiu, o Negro é um cidadão como qualquer outro, e entregue a si poderia suplantar ou dominar o branco. Todavia domina no país a simpatia da campanha abolicionista e instintivamente todos se querem pôr de protetores da Raça Negra.

No entanto, os destinos de um povo não podem estar à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A ciência que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo. Não o pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas. Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade – que até hoje não se puderam os Negros constituir em povos civilizados. (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], pp. 10-12. Grifos meus.)

A presença do Negro era um fato determinante da inferioridade do povo brasileiro e sobre isso não haveria espaço para dúvidas. Importava por tanto, implementar medidas que permitissem fazer frente às ameaças advindas desta comprovação. O estudo do Negro salientado tantas vezes por Nina estaria revelando aspectos sobre os quais poder-se-ia debruçar o cientista na procura de soluções efetivas. Tudo isto sugere que ao tempo que Nina integrava o Negro em um coletivo cultural ao reconhecê-lo como grupo social digno de estudo, o excluía da participação integral da sociedade brasileira como um todo

separando de maneira taxativa os preceitos liberais da política positivista de uma ciência positiva que teve na investigação empírica seu mais importante bastião.

Na sua pretensão de conhecer de forma sistemática o Negro em todas as suas manifestações e discernir qual é o seu nível de influência na sociedade brasileira, Nina velou pela comprovação empírica de todas as concepções teóricas que guiavam seus estudos. Realizou pesquisa de campo urbana exaustiva coletando material oral que depois classificou e descreveu com rigor, reunindo um importante acervo de dados que dava conta das sobrevivências africanas nos terreiros de Salvador de Bahia. Conforme afirma Mariza Corrêa (2013, p. 142), a sua dedicação e interesse pelas religiões africanas porém, não se correspondia com o enaltecimento do seu grau de pureza e sim com o lugar que o fetichismo de origem africana deveria ocupar na opinião do autor. Sendo África cenário de manifestações bárbaras próprias da posição dos seus habitantes no processo evolutivo da humanidade, era ali e não no Brasil, regido por valores da civilização ocidental, onde estas teriam lugar.

Todavia sob as cláusulas civilizacionais da sociedade europeia, o território nacional reservava espaços para a subversão dos valores ocidentais. Para diversos pensadores da época entre os quais se contam Silvio Romero e Nina Rodrigues, o sertão se traduzia como o equivalente do continente africano no Brasil. Domínio de gente “bárbara”, a região desvirtuava os limites entre a natureza e a cultura servindo de albergue a povoadores indolentes, degenerados e doentes. À semelhança das terras baixas colombianas, o sertão brasileiro oferecia quadros imperfeitos da humanidade que exortavam ao saneamento urgente da nação. Para tal empreitada, as teorias raciais continuaram a fornecer modelos que como armas de combate, enfrentaram os venenos raciais que assaltavam a região levando pela frente a humanidade dos corpos doentes. A continuação, veremos como os ideais eugênicos foram interpretados e consumidos pelos intelectuais colombianos durante as primeiras décadas do século XX apontando algumas linhas de continuidade de ideais raciais traçadas quase um século atrás pelos seus predecessores nacionalistas.

VI. A POPULAÇÃO NEGRA NA FORMAÇÃO NACIONAL: CONFERÊNCIAS SOBRE *LOS PROBLEMAS DE LA RAZA EN COLOMBIA*

“[...] Hoy sube, lenta e indetenible, la sangre africana por las venas de nuestros ríos hacia las venas de nuestra raza.”

Luis López de Mesa. Tercera conferencia. *Los problemas de la raza en Colombia*.

A aspiração das elites nacionais latino-americanas de fazer parte de uma economia de mercado comportou a implementação de práticas políticas que apelaram de maneira efetiva para o poder da diferenciação racial no controle das relações produtivas e de organização social. Para colocar em marcha planos de desenvolvimento econômico que fossem compatíveis com os modelos civilizacionais vindos do Atlântico Norte, os Estados nacionais deste lado do planeta lançaram mão de estratégias normalizadoras estabelecendo padrões hierárquicos de incorporação que de maneira inevitável, produziram alteridades dentro da própria comunidade nacional. O presente capítulo pretende desvendar as transformações sociais das primeiras décadas do século XX na Colômbia assim como os esforços da comunidade intelectual por compreendê-las. Nessa conjuntura foram cunhados projetos políticos que visando atingir a imagem ideal do “ser colombiano”, legitimaram práticas de exclusão e inferiorização de populações específicas.

A branca imaginada: classificações raciais na Colômbia das primeiras décadas do século XX

Os derradeiros anos do século XIX foram o marco do sucesso de *La Regeneración*, complexo processo político que tendo na carta constitucional formulada em 1886 sua principal âncora, impulsionou um conjunto de reformas entre as quais se contava a ampliação das faculdades do poder executivo e o restabelecimento de privilégios que a Igreja Católica tinha perdido durante o regime radical implementando ao mesmo tempo medidas econômicas de corte liberal que o transformaram de maneira paradoxal, no modelo de modernização defendido pelas elites políticas colombianas durante boa parte do século XX (PALACIOS, 2002, p. 261). Na corrida por uma nação civilizada, o

conhecimento científico conjugou-se com os interesses de dirigentes políticos ansiosos por obter benefícios decorrentes da efetiva exploração do território nacional articulando em dita empreitada, sistemas de classificação e hierarquização de espaços e gentes.

Descrições e representações do que se pretendia parte da nação colombiana estiveram a cargo de disciplinas científicas dedicadas ao estudo dos territórios, a natureza e os seus habitantes. Especificações respeito do clima, da existência de recursos naturais, dos hábitos e doenças que atingiam à população unidas ao detalhamento das raças que habitavam o país não só descreviam como reproduziam uma série de hierarquias que questionavam a pertinência da cidadania de certas gentes sobre outras. Espaços do território nacional foram privilegiados pela produção científica aludindo aos benefícios da sua localização e destacando as virtudes que ostentavam os seus habitantes —as terras médias e altas dos Andes foram alguns deles como já foi apontado em outro momento—, em detrimento da ignorância e selvageria das populações dos litorais, vales e selvas, presas da humidade e insanidade próprias das terras baixas.

Ao refletir sobre a configuração do *espaço nacional* concebida pelas elites políticas e intelectuais durante as últimas décadas do século XIX na Colômbia, o antropólogo Santiago Galvis (2013, pp. 130-131) salienta a existência de três órbitas delimitadas por padrões de civilização e progresso que se concretizam nas aptidões físicas e morais dos seus habitantes. Neste sentido, os denominados *espaços civilizados* foram aqueles que povoados por gente virtuosa e digna de exercer sua cidadania, acompanhavam o ritmo imposto pela modernidade; geografias propícias para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural da Nação. Em oposição, os *espaços incultos* albergavam seres selvagens, sem cultura e oprimidos pelas inclemências dos climas húmidos, insanos e sob a ausência de toda moral e ordem política. Contornando as dimensões anteriores, os *espaços em tensão* transitavam entre a civilização e a barbárie, entre a natureza e a cultura se mostrando susceptíveis de ser domesticados mas mantendo certo arraigo atávico que impedia sua completa inserção no panorama moderno.

Definidos desta maneira os contornos do território nacional e concordando evidentemente com dita compreensão é possível desenhar as características do cidadão colombiano imaginado pela literatura científica. Fruto de parâmetros racistas próprios da ideologia

das elites nacionais, o homem civilizado emerge colmado de saúde, vitalidade e com a força necessária para encarar o domínio da natureza que o rodeia. De pele branca é claro, e isento de vícios que o aproximassem da selvageria e a indolência dos indígenas e negros, o cidadão modelo se consagra como cumpridor de toda lei e zeloso no cuidado da moralidade e normas higiênicas. Belo, forte e aguerrido é responsável pelos desígnios da nação colombiana. Em rotunda oposição e condenados ao atraso imposto pelas forças da natureza às quais estavam sometidos se encontravam os índios, os negros e os seus descendentes. Intocados pela ação redentora da civilização, entes selvagens desafiavam à moralidade e à ordem social almejada pela Nação. A racionalidade, a religião e a indústria permaneciam desconhecidas por estes habitantes primitivos que perpetuavam a infância da humanidade.

Esta complexa composição demográfica foi objeto do rigoroso escrutínio de políticos, intelectuais e científicos da época quem da mão de interpretações eugênicas e higienistas que com força se consolidaram na prática científica, examinavam e diagnosticavam o futuro da nação. A decadência e a degeneração foram apelativos que se somaram aos epítetos que transitavam desde o período colonial na hora de se referir à população que se diferenciava da elite *criolla* ilustrada (GALVIS, 2013, p. 181). Velhos esquemas de hierarquização se vestiam então com conceitos recentemente cunhados pela Biologia e demais disciplinas declarando a degeneração coletiva da nação colombiana. Este diagnóstico certamente levava a questionar a pertinência da cidadania de indivíduos que contrariavam as convenções nacionais vigentes.

As características atávicas de grande parte da população do país demandavam a urgente intervenção de dirigentes políticos e líderes intelectuais engajados na consolidação de um projeto nacional civilizatório. Os anos de transição entre o século XIX e o XX foram palco do auge de argumentos eugênicos e higienistas que se apoiavam na análise de registros produzidos pelas instituições médicas e policiais reivindicando mais uma vez interpretações e imagens depreciativas das gentes negras, índias e mestiças. A degeneração irremediável da raça colombiana foi o tema central de uma série de conferências realizadas em 1920 atendendo ao chamado da Assembleia dos estudantes de Bogotá e posteriormente compilada e publicada por Luis López de Mesa sob o título *Los*

problemas de la raza en Colombia. Intelectuais da mais diversa índole decidiram debater sobre as condições do projeto nacional diante da heterogeneidade racial do país; outro tanto, tão diverso quanto, tem se dedicado à análise deste debate considerando-o emblemático do pensamento racial na Colômbia (CASTRO GÓMEZ, 2007; FLÓREZ, 2008; McGRAW, 2007; MUÑOZ ROJAS, 2011; PEDRAZA, 1997, 2004; RESTREPO, 2007a; URIBE VERGARA, 2008; VILLEGAS VÉLEZ, 2007).

A comoção causada pela apresentação do psiquiatra Miguel Jiménez López no *Tercer Congreso Médico Colombiano* celebrado em 1918, na qual defendia o argumento dos efeitos adversos do clima tropical sobre a população colombiana condenando esta à degeneração inevitável, mobilizou a comunidade intelectual e despertou o interesse do público leigo que acudiu em massa ao ciclo de conferências oficiado no Teatro Municipal entre o 21 de maio e o 23 de julho de 1920 (MUÑOZ ROJAS, 2011, p. 12). Entre os estudiosos convidados se encontravam médicos higienistas, educadores e sociólogos dedicados a avaliar as verdadeiras possibilidades de avanço da nação colombiana e suas gentes no caminho da civilização. Retomando imagens e argumentos populares nas descrições geográficas confeccionadas durante o século XIX, vários destes autores dão continuidade aos discursos que em anos passados associavam a decadência racial à influência negativa do meio ambiente.

Na tentativa de desvendar as causas do deterioro da raça no país, o referido Jiménez López na Memória apresentada em 1918 é enfático ao localizar nas influências ambientais e a degradação ancestral das raças a origem da decadência irreparável. A respeito da evolução das raças que povoaram o país, o psiquiatra ressalta a inclemência do clima africano sobre os seus habitantes e a sorte similar que correriam nas instâncias tropicais do continente americano:

Todas las razas que han poblado la zona que nos cupo en suerte, han ido teniendo, ya en éste, ya en el otro hemisferio, análoga evolución. Recuérdese, como ejemplo, cuántos contingentes de vida, flor de la especie humana, se han agotado y extinguido bajo la acción del clima devorador del África septentrional: el viejo Egipto, el reino de los Ptolomeos, Cartago y Utica, y, en la edad moderna, los árabes, los bereberes, los marroquíes, los cabilas y todos los colonizadores europeos, son otras tantas agrupaciones que han hecho vida efímera, que se han extinguido rápidamente sobre esas latitudes hostiles al producto humano. Parece demostrado que las razas superiores, aquellas que están llamadas a una cultura intensa no pueden hallar aclimatación ni son capaces de florecimiento sino en las

zonas templadas; bajo el trópico, decaen y desaparecen en breve, y quizá este hecho confirme, una vez más, la vieja creencia de que la humanidad tuvo su origen en lugares situados por encima de la línea equinoccial. (JIMÉNEZ LÓPEZ, 1920, pp. 33-34)

A citação anterior não faz mais que evocar imagens e preconceitos frequentes na hora de se referir à África e aos africanos. Jiménez López reproduz nesta Memória a crença, bastante popular há vários séculos, da inferioridade e incapacidade civilizatória dos habitantes de uma geografia agreste e adversa ao desenvolvimento cultural. Esta constatação se torna ainda mais preocupante ao lembrar que uma das três “variedades humanas” ou “troncos raciais” convergentes no continente americano é de proveniência africana o que significa que, aos já decadentes signos inerentes da raça negra haveria de se somar a fatídica influência do clima americano sobre os “seres organizados”. As populações colombianas eram por tanto, anatómica, fisiológica e moralmente inferiores aos olhos do psiquiatra que com urgência demandava a imigração de raças “sanas, fuertes y disciplinadas” que mitigasse os efeitos da degeneração:

Si, por la ley del tiempo y por las influencias diversas que han obrado sobre ella, nuestra raza va en vía de una declinación manifiesta, es preciso levantar su vigor. Si hasta hoy se ha mostrado vencida por el medio e inepta para una vida regular y altamente civilizada, debemos aportar a su formación elementos que neutralicen sus taras, que compensen sus desequilibrios funcionales, que colmen las deficiencias biológicas y morales. Esto no puede obtenerse sino con una corriente copiosa de inmigración de razas sanas, fuertes, y disciplinadas por hábitos seculares de trabajo y exentas, en cuanto sea posible, de las enfermedades sociales que están determinando nuestra regresión [...] El mal es más hondo: no es solamente económico, psicológico, y educacional; es biológico. Se trata simplemente de razas agotadas, que es preciso rejuvenecer con sangre fresca. (JIMÉNEZ LÓPEZ, 1920, pp. 36-37).

Na sua primeira conferência, também surcada pelo pessimismo impenitente, o autor novamente se refere a África como um território hostil que só poderia engendrar seres tão desproporcionados quanto as paisagens por eles habitadas:

Sucede, en ocasiones, que un esfuerzo supremo de la naturaleza humana permite a ésta resistir a las adversas condiciones ambientales; la especie sobrevive a la lucha con el medio, pero queda para siempre violentada, deformada y convertida en una variedad muy distinta del tipo primitivo. **Todas las razas nativas del continente africano, con sus extraños distintivos morfológicos y psíquicos, son un resultado de la reacción entre el producto humano y una zona profundamente hostil [...]** Todos estos productos son aptos, sin duda, para habitar sus respectivos climas y para sufrir las inclemencias naturales, pero se han mostrado, hasta hoy, incapaces de producir, ni de asimilar tan sólo, las altas formas de la cultura humana. (JIMÉNEZ LÓPEZ, 1920, pp. 47. Grifos meus)

Diante dos problemas encarnados pelo predomínio das ‘raças decadentes’ –negros e índios—, o autor insiste na iminência da imigração controlada de “sangre blanca” para reverter o processo degenerativo e garantir a prosperidade da nação:

La inmigración de sangre blanca bien escogida y reglamentada como debe hacerse, es para los países en desarrollo, un elemento incomparable de población, de progreso, de producción y de estabilidad política y social. **Una corriente de inmigración europea suficientemente numerosa iría ahogando poco a poco la sangre aborígen y la sangre negra, que son, en opinión de los sociólogos que nos han estudiado, un elemento permanente de atraso y de regresión en nuestro continente.** (JIMÉNEZ LÓPEZ, 1920, pp. 74-75. Grifos meus)

Que o futuro da Colômbia dependesse de uma população com características físicas, morais e intelectuais decadentes era sem dúvida motivo de séria preocupação. Contudo, o exame e posterior diagnóstico dos demais intelectuais convidados pela Assembleia dos Estudantes ao debate ofereciam soluções menos drásticas que apelavam aos efeitos positivos da educação e da implementação de medidas higiênicas. Esta postura menos ortodoxa a respeito das formas de intervenção nas diversas populações não se correspondeu porém, com uma visão mais benevolente com a “raça africana” e os seus descendentes. Tanto para o médico Luis López de Mesa quanto para o higienista Jorge Bejarano, únicos a falar de maneira explícita da população negra do país, a condição da “raça negra” era a da selvageria, infantilidade e inferioridade.

[...] **hoy sube, lenta e indetenible, la sangre africana por las venas de nuestros ríos hacia las venas de nuestra raza.** De tres hechos tomo esta deducción: porque se ve oscurecerse más y más la población colombiana al paso del tiempo, porque de los 58,000 esclavos negros que sólo había al comenzar el siglo XIX, hoy hay 400,000 más o menos puros, y un millón de mulatos discernibles; porque la sangre oscura resiste en sucesión de mezclas cinco generaciones y sólo tres la blanca; porque el trópico mata a ésta con sevicia; porque la india cede terreno en la lucha vital [...] **Pero la civilización europea y americana impone criterio pesimista para un futuro lejano en que el influjo de la sangre oscura predomine, como en las regiones antillanas y aun en Panamá. Sí, como parece, ese predominio acaecerá en la continuidad de las circunstancias actuales, esto puede ser grave mal,** y a preverlo os convido con máxima discreción. (LÓPEZ DE MESA, 1920, pp. 129-130. Grifos meus).

Duros y resistentes a la acción deletérea de nuestros climas tropicales; ágiles y rápidos para surcar los ríos; aptos para el laboreo de las minas y para los menesteres agrícolas; fecundos con asombrosidad cuando viven bajo climas convenientes, los negros se multiplicaron por efecto de la generación y de la intensa introducción de ellos, con rapidez que sobrepasó a todo lo imaginado. De aquí necesariamente se produjo este fenómeno: la raza europea, superior en lo moral e intelectual e impedida para la multiplicación porque su objeto no era poblar ni asimilar y por indiferencia hacia razas inferiores, se aglomeró, reproduciéndose

con lentitud, en las altiplanicies y regiones suaves. **La raza negra favorecida por el sol tropical, por sus costumbres salvajes y por su escassa intelectualidad y moralidad**, se reprodujo prodigiosamente y pobló las extensas comarcas de nuestros valles y ríos. (BEJARANO, 1920, pp. 191-192)

À maneira dos ilustrados *criollos* do século XIX, os intelectuais que nas suas conferências se referiram à “raça negra” estabeleceram em diversos momentos uma correlação automática entre esta e as terras baixas redimindo argumentos que baseados em uma ordem hierárquica, contrastavam de maneira taxativa a geografia e a constituição demográfica das terras baixas e as terras altas das cordilheiras andinas. Ao evocar as premissas expostas por José María Samper quase meio século atrás a respeito da pertinência de uma *geografía das raças*, Bejarano justifica uma distribuição geográfica que pondere a capacidade de adaptação ao clima das diferentes raças:

Así, pues, las razas y las castas, tuvieron su cruzamiento y su geografía inevitable y fatal: Los blancos e indios de color pálido, y los mestizos que de su cruzamiento nacieron, ocuparon las regiones montañosas y altiplanas; los negros y su cruzamiento con el indio, el “zambo”, como se le llama en mi valle, poblaron las costas y los valles ardientes. (BEJARANO, 1920, p. 192)

Um tanto alarmado, Luis López de Mesa descrevia o estado de decadência no qual se encontravam os habitantes das dispares geografias colombianas:

Un núcleo de población, como la quinta parte de la República, que en esta Cordillera oriental se debilita por mala alimentación, alcoholismo, reumatismo, incuria y, // sobre todo, deficiente educación; núcleos dispersos, como de un tercio de la población colombiana, que están en lucha contra el trópico, que son pobres para defenderse y están ya degenerándose, y, no tienen tampoco educación. Contra eso, una sociedad inteligente que vigila desde las cumbres de los Andes el hogar patrio y tiende las manos en ayuda fraternal, ordenando la lucha, distribuyendo su sangre y previendo el porvenir; y una raza oscura, de resistencia, que es remedio temporal quizá y peligro a su vez. (LÓPEZ DE MESA, 1920, pp. 131-132)

Na sua segunda e última conferência, o psiquiatra Jiménez López depois de reconhecer a derrota da sua tese sobre a decadência da raça em Colômbia diante da opinião pública, debruça-se no exame dos efeitos do clima tropical sobre as raças que compõem a população colombiana destinando de maneira automática as terras baixas do país à habitação da “raça negra”:

Por lo que hace a los climas bajos: regiones del litoral, hoyas de nuestros grandes ríos y vertientes más bajas de la cordillera, ya lo habéis oído: una ola de sangre de color oscurece de día en día nuestra población, imprimiéndole a la vez sus rasgos morfológicos y sus

reacciones morales. Y es natural que así suceda. La raza negra, producto genuino del Trópico, está llamada a prosperar en él con sus caracteres peculiares; las razas diferentes de la negra, refractarias a los rigores tórridos, irán cediendo cada día: el resultado final no es dudoso [...] Es pues la raza negra la que se ha mostrado más fecunda y próspera en estas latitudes, y no es aventurado admitir que en época no muy lejana ella predomine, al menos en la forma del producto mulato [...] El fenómeno de la africanización progresiva de nuestras razas en las regiones bajas ha sido, pues, notado por varios observadores, y, entre nosotros, con cifras a la vista, no puede haber la menor duda de que así está sucediendo. (JIMÉNEZ LÓPEZ, 1920, pp. 352-353)

Reconhecendo a fortaleza e o vigor da “raça negra” frente aos rigores do clima e as exigências das árduas jornadas de trabalho, Miguel Jiménez López prevê o retrocesso inevitável do país considerando a sua incapacidade intelectual para domesticar a natureza e alcançar a “vida altamente civilizada”. Não era, porém, o único a se preocupar pelo empecilho para o progresso que representava o avanço do “sangue negro” no país. Oito anos depois do debate em torno da decadência racial da população colombiana e no mesmo Teatro Municipal de Bogotá, um renomado jornalista e eminente figura do Partido Conservador Colombiano, Laureano Gómez, proferia críticas sobre o estado incivilizado das terras baixas do litoral Caribe e a selvageria dos negros que habitavam a região.

Apelando ao dever nacional de *Conservação e Perfeição*, Laureano Gómez inaugura sua conferência pública com o exame da viabilidade da República de Colômbia baseado na análise do território e da raça. Insistindo na degradação do trópico e na impossibilidade do surgimento da civilização nas paragens localizadas ao sul da linha equinocial, o autor sugere a possibilidade de uma relativa cultura na cima da cordilheira andina:

El suelo de Colombia se extiende desde los cuatro grados de latitud sur (seno del Amazonas), hasta los doce grados de latitud norte (extremo septentrional de la Goagira). **La primera observación que surge es que en estas latitudes, es decir, en la zona de diez grados al norte y diez al sur de la línea equinoccial, no existe ninguna comarca, que a todo lo largo de la historia del género humano, haya sido nunca asiento de una verdadera cultura** [...] Siendo tan pequeña nuestra capital, no las aventajan en número de habitantes, en esa zona, sino Colombo en Ceylán y Singapur, en Malaca; Pernambuco, la más oriental de las ciudades americanas, y Belén del Pará, en la desembocadura del Amazonas. **Ninguna de las comarcas ni de las ciudades nombradas es ilustre en los anales de la civilización humana** [...] no es “tan dichosa tierra, pingüe y varia,” como nos la endosa la poética fantasía, porque no ha servido jamás de marco natural a una cultura verdadera, ni reúne los caracteres de esas “tierras de// humanidad” descritas por Brunhes, como propicias al desenvolvimiento de actividades inteligentes y aptas sustentadoras de las empresas de los hombres. **De todos los países de la zona de que vengo ocupándome, Colombia, Venezuela y Ecuador son los de mayor relativa cultura, y este fenómeno**

pudo producirse gracias a un accidente morfológico: el levantamiento de la Cordillera de los Andes [...] Si con la imaginación, suprimiéramos de nuestro territorio los levantamientos andinos, veríamos la mani-//gua del Magdalena juntarse con la del Patía y el San Juan, el Putumayo y el Orinoco. La selva soberana y brutal, hueca e inútil, o las vastas praderas herbáceas y anegadizas se extenderían de una mar a otro mar apenas pobladas por tribus vagabundas. El pavoroso fenómeno vital de la selva amazónica se generalizaría sobre nuestro territorio. La naturaleza impondría su representación trágica en el alma de los salvajes, pobres seres errantes, atormentados por el terror. Dondequiera que la naturaleza tropical obtiene pleno dominio por las condiciones de humedad y de temperatura, impone su grandeza con tales caracteres de fuerza descomunal y arrebatadora que el espíritu humano se desconcierta y deprime. El dominio de su monstruosa adversaria se transforma de terror en divinización. El alma se anega, se disuelve en el éxtasis // de esa belleza desmedida y devoradora; se comprende la inutilidad de la lucha del minúsculo sér inteligente contra los infinitos hijos del lujurioso connubio de la tierra húmeda y el sol. (GÓMEZ, 1928, pp. 14-19. Grifos meus.)

Além do requinte da sua prosa, a extensão da citação anterior se justifica por sua eloquência a respeito da barbárie entranhada pelo trópico. Na sua explanação não se pode deixar de adivinhar velhas noções coloniais da natureza desproporcionada das Índias Ocidentais. A estas imagens que durante séculos peregrinaram sob as penas de viajantes e escritores se somaram as observações que como fruto da reflexão científica, se empenharam em manter deturpadas as ideias em torno do clima tropical e os seus inefáveis efeitos sobre os seres que o habitavam ou o padeciam. É clara também a hierarquização binária das geografias nacionais que perseveraram na tese da degradação das terras baixas, maioritariamente povoadas por índios e negros, diante da cultura florescente das terras altas dos Andes onde o branco e o mestiço predominavam. Desde as alturas andinas, intelectuais e políticos enxergavam um potencial perigo na periferia da nação colombiana garantindo o trunfo da civilização sobre a bestialização das gentes negras (MÚNERA apud AROCHA e MORENO TOVAR, 2007, p. 598).

Pese a reconhecer certa afabilidade e benevolência nos negros que encontrou no seu passo por Barbacoas e Tumaco –porto sobre o oceano pacífico—, o engenheiro Miguel Triana na sua obra *Por el sur de Colombia* publicada em 1907, reitera a impossibilidade do surgimento da civilização nas terras baixas do país:

La desapasibilidad de las cumbres, donde sopla un cierzo constante que hace mezquina la vegetación y desabrido el panorama, choca de repente al viajero de las tierras tropicales de la costa, que trae saturada el alma de caricias de una naturaleza voluptuosa, caritativa y coqueta. Se regresa con el pensamiento al encanto del mar, al bosque umbrío, al aire per-//fumado, al tibio y florido regazo de la tierra, amante apasionada que ofrece un deleite en cada una de sus caricias; se mira atrás para evocar recuerdos felices y en un suspiro

involuntario al borde de la mesa tuquerreña, se dice adiós a la tierra caliente. Pero una consoladora reflexión reconcilia al viandante con la simplona tierra que actualmente posa: allí la vida es concentrada en sus emociones y breve en su duración; allí la exuberancia de las especies inferiores, vegetales y animales ahoga los productos selectos del gran laboratorio; allí palpita presuroso el corazón y gozan los sentidos a costa del vigor de la inteligencia; allí hay la expresión de la forma pomposa y efímera: como todo producto breve, el fruto de la tierra ardiente tiene menos sustancia que el tardío fruto del terreno yerto. Si en la tierra fría la vida es más lenta, más selectos los productos y el pensamiento es más profundo, aunque más laborioso y tardío, también el proceso de la civilización es perezoso, pero firme. (TRIANA, 1907, pp. 79-80).

À inquietação gerada pelo poder nefasto dos trópicos se unia a preocupação pela influência da “raça negra” em boa parte dos espaços localizados “às margens da nação” Da mão das elites caribenhas, os setores ilustrados do interior do país legitimaram um discurso que clamava pela peremptória intervenção na região (McGRAW, 2007, p. 67, FLÓREZ BOLÍVAR, 2008). No seu anseio por se diferenciar da população negra, mulata e mestiça cujos modos e costumes os aproximava do meio natural, as elites brancas de cidades litorâneas como Cartagena, Santa Marta e Barranquilla proclamavam com veemência sua herança hispana e ressaltavam a possessão de capacidades intelectuais superiores que as colocariam no mesmo nível de prestígio que o das elites andinas. Da mesma maneira, implementaram campanhas de higiene com o intuito de renovar e melhorar a Nação já que para muitos intelectuais da época, as taras inerentes às chamadas “raças inferiores” estariam sendo agravadas pelo consumo desmedido de álcool e a incidência de doenças vinculadas a carências sanitárias. Ao discorrer sobre as causas e possíveis remédios do alto custo de vida no país em exposição apresentada no ano de 1927, Luis López de Mesa associa de forma automática a herança decadente dos descendentes de africanos à perversão dos seus costumes:

Todavía se percibe el antepasado africano en sus descendientes que viven en agrupaciones más o menos aisladas y aun en los que habitan los pue-//blos de mediana cultura, donde los hemos visto conservar el prestigio de la magia, las danzas simbólicas, la nostalgia de la selva, los terrores infantiles del salvaje, la tendencia a vegetar indolentemente, el gusto por los abalorios, por los colores brillantes, por los acres aromas, por las bebidas destiladas, la sensualidad y el juego. Parlanchines, vanidosos y zarabandistas, cuán lejos están del aborigen taciturno, humilde, impenetrable, fatalista, como herido por un hado inexorable, sumiso a la intemperie, al hambre, a las injurias, como quien liquidara la vida y la hubiese hallado irreparablemente imbécil. De aquel niño sensual a este viejo prematuro hay distancias astronómicas. (LÓPEZ DE MESA, 1927, pp. 29-30)

Indubitavelmente, o diagnóstico ao que chegaram intelectuais, políticos e científicos dedicados ao exame da população colombiana arroja resultados bastante desalentadores para o denominado “olhar experto”. A constatação de características físicas, morais e intelectuais degradadas seja pelos efeitos do clima corrosivo das zonas tropicais, seja pelos atavismos que a cada uma das raças corresponde por definição natural, colocaram em questão os limites e alcances da Nação que pretendia se erguer. A existência de territórios e populações incultos sob a jurisdição nacional se constituía em constante ameaça a um projeto de pátria ancorado em uma dialética racial que procurava atingir a imagem utópica de um “ser colombiano” branco, civilizado e saudável. Negros e índios e o produto das suas possíveis misturas escapavam aos rigores da ordem que se pretendia implantar fazendo dos esforços por incorporar os espaços por eles habitados uma tarefa infrutífera.

Nesta conjuntura, os reflexos da África sobre o continente americano e o seu desenvolvimento civilizacional foram como em outras ocasiões, um fantasma que atormentou os desejos de elites ilustradas que se obstinavam em manter e ratificar imagens e representações depreciativas do continente, seus habitantes e seus descendentes no território americano. É necessário lembrar, porém, que por mais que esta percepção faça parte de uma tradição que se mantém através de vários séculos, estas são ideias heterogêneas que obedecem às diversas dinâmicas dos espaços e das temporalidades em que são confeccionadas. A continuação veremos como os périplos de dois intelectuais brasileiros em terras africanas durante a primeira metade do século XX contribuirão na demolição de velhos preconceitos na mesma medida que renovarão e criarão novos olhares distorcidos sobre a África e suas gentes.

TERCEIRA PARTE

O CONTINENTE AFRICANO NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX. ESTUDOS DE CASO NA COLÔMBIA E NO BRASIL

VII. BRASIL NA ÁFRICA: PÉRIPILOS E ESCRITOS DE FRANCESES E BRASILEIROS NO CONTINENTE AFRICANO

Oh, musa do meu fado
Oh, minha mãe gentil
Te deixo consternado
No primeiro abril

Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

“Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro)
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...”

Com avencas na caatinga
Alecrins no canavial
Licores na moringa
Um vinho tropical
E a linda mulata
Com rendas do alentejo
De quem numa bravata
Arrebata um beijo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

“Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito
Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadora à proa
Mas meu peito se desabotoa
E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa”

Guitarras e sanfonas
Jasmins, coqueiros, fontes
Sardinhas, mandioca
Num suave azulejo
E o rio Amazonas
Que corre trás-os-montes
E numa pororoca
Deságua no Tejo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial

Chico Buarque e Ruy Guerra, *Fado tropical*.

Desde as últimas décadas do século XIX a busca por referências africanas no Brasil tem sido uma impronta característica do seu imaginário social. As polêmicas que caracterizaram as discussões em torno da identidade nacional brasileira acabaram moldando a prática intelectual que nesse momento se consolidava debatendo-se entre os ditames modernos e a diversidade própria da sociedade brasileira; a dilatada geografia do país abrigava alteridades que contrastavam com ideários de civilização importados da Europa fazendo deste a habitação de pequenas áfricas que perpetuavam suas formas no desenho da nação. O presente capítulo se propõe desvendar o caráter das relações que intelectuais nacionais e estrangeiros estabeleceram com o continente africano e a sua influência na formação do que tem sido denominado pensamento social brasileiro durante a primeira metade do século XX. Com este intuito, serão abordados alguns aspectos das trajetórias e périplos pela África e as produções acadêmicas, artigos jornalísticos e diários

de viagens decorrentes das mesmas de intelectuais como Gilberto Freyre, Pierre Verger, Luiz Câmara Cascudos e Roger Bastide.

De Áfricas e Brasis

Se existe um consenso em relação às narrativas produzidas por estudiosos e pesquisadores sociais em território brasileiro este é sem dúvida o do seu persistente interesse pela compreensão da sua própria sociedade. Vários são os autores que ratificam a vocação de auto-referência das Ciências Sociais brasileiras, preocupadas desde sua concepção no estudo das particularidades do processo de definição do Brasil como nação moderna (PEIRANO, 1981; VILHENA, 1997; PEIXOTO, 2000; MOTTA E OLIVEIRA, 2012). Diante desta constatação, é possível perceber a busca por alteridades e o encontro de heterogeneidades internas dentro das próprias fronteiras que demandavam minucioso análise dos homens de “ciências” e de “letras”. É também neste contexto, que imagens da África se tornaram frequentes no momento de enunciar a existência da diversidade racial e cultural brasileira. Não era por tanto, e conforme a afirmação do antropólogo Luiz Rodolfo Vilhena (1997, p. 128), o anseio por conhecer aspectos da realidade sociocultural da África incentivo suficiente para se debruçar no estudo desta porção do planeta senão a forma como o conhecimento sobre este continente poderia contribuir no entendimento da “África brasileira”.

Percorrendo a rota traçada pelas pesquisas que nos derradeiros anos do século XIX empreenderam Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues no campo da crítica literária e da medicina legal respectivamente, o pensamento social brasileiro apropriar-se-ia de uma tradição acadêmica e intelectual que fornecia um lugar privilegiado ao estudo dos aportes africanos à cultura e ao desenvolvimento social do Brasil. A sobrevivência de práticas religiosas de matriz africana em vários territórios do país mas especialmente na Bahia, amparou a origem de um vínculo com a África mediante o qual poderia ser referendada a autenticidade de ditas heranças conferindo à população negra do país a tarefa de cuidar de um patrimônio cultural prestes a desaparecer. África sobrevivia no Brasil dispensando a necessidade de viagens transatlânticas para conhecer a sua realidade.



Imagem 14: Porto-Novo, Benin (anos 50). Pierre Verger. *Sorrisos*. Salvador: Solisluna, 2010.

As reflexões sobre a mestiçagem e seus efeitos na composição racial do povo brasileiro que durante décadas estiveram imbuídas pelo pessimismo de autores que enxergaram nela a sina de barbárie e atraso da nação, sofreram uma guinada na década de 1930 sob o impacto da obra de Gilberto Freyre. Segundo Antônio Motta e Luiz Oliveira, o ensaísmo no Brasil exaltava a “volta às origens” fazendo da miscigenação racial uma virtude e da ancestralidade africana um bem cultural bastante prezado (2012, p. 223). Esta transição no modo de pensar os “problemas nacionais” significou por sua vez a reedição da “identidade nacional” que agora reservava lugar especial às manifestações culturais

materiais e imateriais dos descendentes africanos no Brasil as quais, modeladas pelas convenções oficiais, se tornariam mais tarde em símbolos da Nação¹⁸.

A apropriação de temáticas africanas, prática acadêmica comum a partir dos anos trinta, não alterou de maneira significativa o conjunto de imagens deturpadas sobre África, seus habitantes e os seus descendentes do outro lado do Atlântico. Todavia, este interesse renovado estimulou o restabelecimento de rotas entre o Brasil e a Costa Ocidental africana fazendo cada vez mais frequente o trânsito de intelectuais e de pais e mães de santo dos terreiros de Candomblé da Bahia interessados em garantir a pureza da sua ancestralidade cultural e religiosa. Por sua parte, este intercâmbio atentou para a presença brasileira neste continente lembrando os percursos de gentes e mercancias que se fortaleceram durante o século XIX¹⁹.

A existência e a permanência de laços que uniram a África e o Brasil com maior ou menor intensidade de acordo com o passo do tempo e as conjunturas que este fato comporta, incentivaram pesquisas e deslocamentos transatlânticos da mais diversa índole. Entre os périplos mais conhecidos se contam os realizados pelos franceses Pierre Verger e Roger Bastide cujos rumos se cruzaram na devota busca dos rastros da África no Brasil e deste nela, em uma troca constante de papéis que faz de Verger guia e informante de Bastide em solo africano, em quanto em terras brasileiras é ciceroneado por este último, pelos recantos africanos da Bahia. A trajetória de Verger também se encontra com a do Gilberto Freyre na forma de reportagem jornalística para a revista *O Cruzeiro* no ano de 1951. Nesta ocasião, Freyre é encarregado de criar o texto que acompanharia as

¹⁸ Transformação similar sofreriam expressões culturais oriundas do litoral Caribe colombiano em especial os ritmos musicais associados aos negros e ao continente africano por extensão –*cumbia* e *porro*— que a partir da década de 1920 substituíram o *bambuco* –ritmo musical do interior andino— como símbolo da música “nacional”. Isto claro, depois de ter sofrido uma redefinição que “amenizava” o caráter “selvagem” e “estridente” dos sons africanos “embranquecendo” estilos musicais para torná-los expressões nacionais. Para entender melhor este processo, recomendo a leitura do livro Peter Wade. *Music, race and nation; música tropical in Colombia*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000. O artigo publicado na revista de *Estudos Afro-Asiáticos* –também da sua autoria—, é bastante esclarecedor ao respeito: “Compreendendo a “África” e a “negritude” na Colômbia: a música e a política da cultura”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n.1, pp. 145-178, 2003.

¹⁹ São vários os antropólogos e historiadores que têm se dedicado ao estudo da presença brasileira na Costa Ocidental da África, se pode contar entre eles os trabalhos de Pierre Verger (1968), Manuela Carneiro da Cunha (1986), Milton Guran (2000) e Alberto da Costa e Silva (2003).

fotografias tiradas por Verger na Nigéria e no Benim retratando a vida dos descendentes de ex-escravos brasileiros que retornaram a África (LÜHNING, 1999). É também *O Cruzeiro* que posteriormente liga de maneira transversal os destinos e interesses de Freyre e Luiz Câmara Cascudo ao do continente africano e o Estado Novo português. É sobre estas convergências de expectativas, anseios e interesses que nos debruçaremos a continuação.

Bahia é África com menos dendê, África, Bahia com mais ginga²⁰



Imagem 15: Candomblé Opô Afonjá, cerimônia africana. Salvador-Brasil (1950-1951).

Pierre Verger. *O olhar viajante de Pierre Fatumbi Verger*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.

²⁰ O subtítulo é uma incipiente tentativa de imitar a fórmula da conhecida música popular gaditana (natural da cidade de Cádiz na Espanha) “Habaneras de Cádiz”, evocação da grande similitude entre esta cidade e La Habana e que faz referência a um período específico da história de ambos países durante o qual o tráfico de bens e pessoas foi bastante fluído e a reciprocidade das influências musicais determinante. Para obter mais informação ao respeito ver o artigo de Faustino Nuñez. “Cuba en la música española y andaluza”. NAVARRO GARCÍA, Jesús (org.). *Cuba y Andalucía entre las dos orillas*. Sevilla: CSIC, 2002, pp. 261-300.

Litorais, sertões, savanas, chapadas e desertos cabem na distância que separa a África do Brasil; essa distância mediada pelo mar Atlântico desenha a proximidade outrora existente. Brasil se desprende da África, misturando seus destinos em geografias diversas que se concretizam na pena criteriosa de apaixonados estudiosos. A atração destes pelo achado em solo brasileiro se confunde com o encanto exercido pelos sons, cheiros e movimentos vindos do continente africano. Desde o Brasil os franceses Pierre Verger e Roger Bastide partem à procura da África até chegar nela. São Paulo é o lugar de encontro e Bahia o ponto de partida. Fotógrafo autodidata e viajante contumaz, Verger se radica na cidade de Salvador de Bahia no ano de 1946. Bastide por sua parte, desembarca no Brasil em 1938 como parte da Missão de professores franceses para ocupar a cadeira de Sociologia deixada por Lévi-Strauss na recém criada Universidade de São Paulo permanecendo no país até 1954 (MASSI, 1989, pp. 410-460).

Para estes dois pesquisadores, o Brasil se revela através das influências africanas. Como professor universitário, Bastide é intérprete privilegiado do Brasil e parte integrante de uma importante comunidade intelectual dentro da qual mantém prolíferos diálogos com o grupo modernista de São Paulo e com figuras seminais do pensamento social brasileiro como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes²¹. A elaboração de sua perspectiva analítica focada na interpenetração de civilizações esteve desenhada pela sua prolongada estadia no país. Conforme afirma a antropóloga Fernanda Peixoto, o Brasil não só forneceu um vasto campo de pesquisas como também permitiu a confluência de abordagens e tradições intelectuais abrindo um amplo leque de temáticas e linhas teóricas. À sua rica trajetória pela academia francesa, Bastide soma o conhecimento apurado da produção intelectual brasileira a respeito da África e a leitura criteriosa da tradição africanista da antropologia estadunidense ancorada na figura de Melville Herskovits quem se dedica ao estudo dos processos de aculturação e cujo conceito de “reinterpretação” foi tão caro à pesquisa de Roger Bastide (PEIXOTO, 2000, pp. 102-103).

²¹ Sobre o período brasileiro de Roger Bastide e os diálogos estabelecidos com a intelectualidade brasileira ver: Fernanda Arêas Peixoto. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2000.

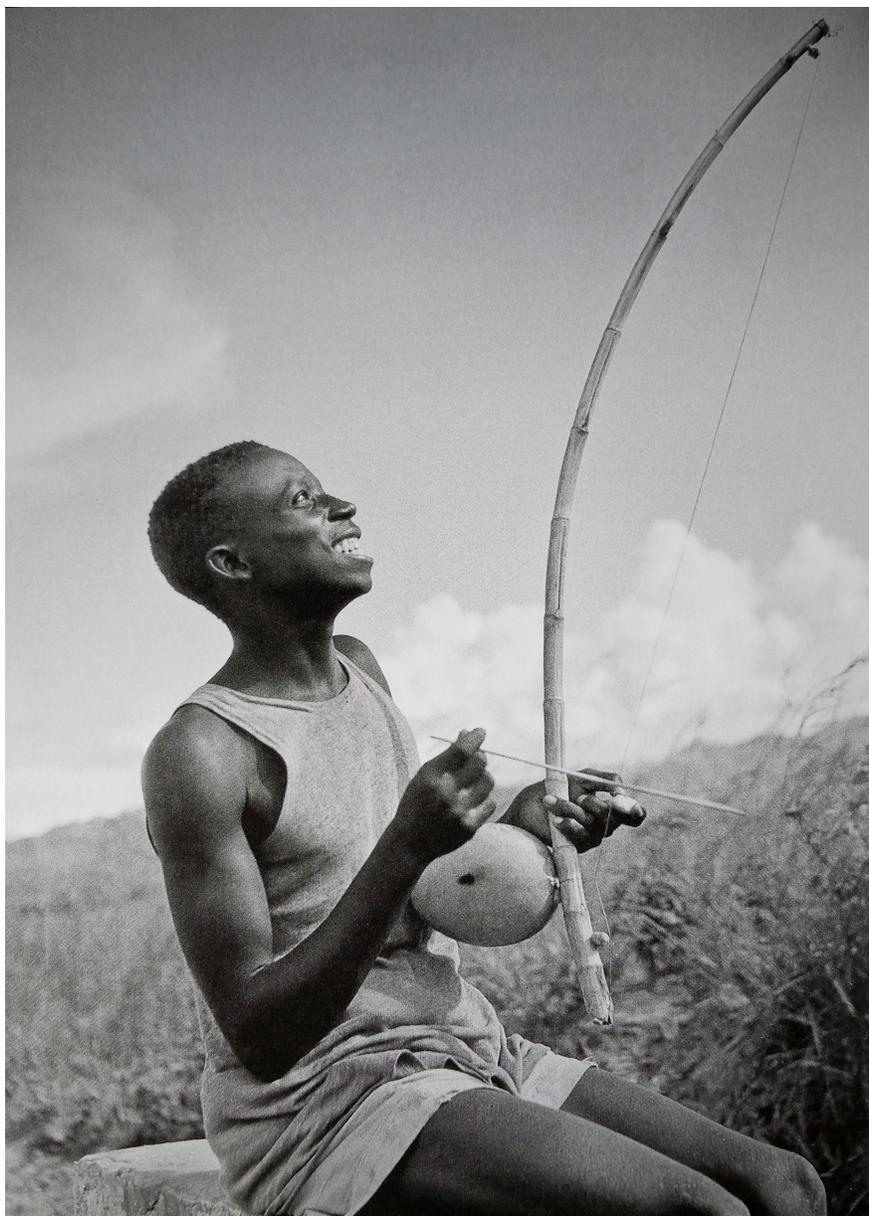


Imagem 16: Kamanyola, República Democrática do Congo (1952). Pierre Verger. *O olhar viajante de Pierre Fatumbi Verger*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.

Em solo brasileiro, a tradição acadêmica estadunidense teve forte influência na obra de Roger Bastide. O contato com os professores norte-americanos contratados pela *Escola Livre de Sociologia e Política* de São Paulo o familiarizou com os problemas e métodos da Escola de Chicago. Por sua vez, Gilberto Freyre apresentou o trabalho de Franz Boas e a sua influência sobre a escola culturalista marcando com este fato, um dos tantos momentos em que ambos coincidiriam. No seu empenho por compreender as imbricadas

trilhas pelas quais transitaram as representações religiosas de origem africana no Brasil, Bastide estabeleceu distinções básicas entre o campo e a cidade que ao mesmo tempo revelavam a tácita divisão entre tradição e modernidade aproximando-se de maneira definitiva à leitura crítica que Freyre faz do processo modernizador na sua análise da sociedade brasileira.

Reconhecendo o mundo do Candomblé como reduto privilegiado da resistência africana, Bastide se debruça de maneira minuciosa sobre os diversos aspectos que caracterizam os cultos de matriz africana adivinhando os vaivéns do intricado processo dos contatos culturais e os efeitos decisivos da modernização nas expressões religiosas. Na primeira parte da sua tese doutoral *As religiões africanas no Brasil*, posteriormente publicada como livro, o autor se detém nas características da transição à modernidade na sociedade brasileira:

Contudo, esse movimento se opera com velocidade variável nas diversas regiões do Brasil. Às vezes se diz que o Brasil se compõe mais de estratos históricos que de camadas sociais e que uma viagem do litoral ao interior nos faria passar sucessivamente da civilização contemporânea à civilização imperial, depois à colonial, para chegar finalmente à neolítica dos índios do campo ou da grande floresta amazônica. Sem chegarem até essas nuances, os geógrafos ou sociólogos franceses que se ocuparam do Brasil opõem o Brasil arcaico ao moderno. [...] As estruturas e as civilizações, rurais e urbanas, não são idênticas; as estruturas das cidades do Nordeste, onde a industrialização é menos acentuada, diferem daquelas do Sul e, mesmo nêle, o capitalismo ainda se apresenta em suas diversas etapas, de uma região a outra. Uma vez que o negro seja camponês, artesão, proletário, ou constitua uma espécie de subproletariado, sua religião se apresentará diversamente ou exprimirá posições diversas, condições de vida e quadros sociais não identificáveis. (BASTIDE, 1971 [1960], p. 31)

A oposição entre o Brasil arcaico e moderno, tal como a encontramos na passagem recém citada, será uma constante na obra de Bastide. Com frequência, a África que o autor se empenha em procurar descansa na mística religiosa profundamente atrelada à fase arcaica do país. Paradoxalmente, o processo de modernização frente ao qual Bastide se posiciona de maneira crítica fornece em alguns casos espaços e ferramentas que favorecem a reafricanização de certas práticas confirmando a existência de uma complexa relação espaço-temporal na qual o arcaico não está necessariamente associado ao passado nem o moderno ao contemporâneo, da mesma maneira que as dimensões urbana e rural não possuem propriedades unívocas que beneficiem ou menoscabem as reinvenções das Áfricas brasileiras.

Depois de analisar a plasticidade das representações religiosas africanas atentando para as correspondências estabelecidas com a tradição religiosa europeia e que compreendem as trocas culturais e os intercâmbios simbólicos, base para o entendimento do fenômeno de interpenetração de civilizações que caracterizaria as sociedades do Novo Mundo e em especial, a sociedade brasileira, Bastide dedica sua tese complementar ao exame detalhado do rito nagô no candomblé da Bahia. Mais interessado em observar as formas africanas que sobreviveram à abrangência do contato com o Brasil, o autor inicia o percurso que acabaria na África. Desde o outro lado do Atlântico se aproxima do continente africano dando começo a um percurso que acabaria por escudrinhar as impressões brasileiras além-mar.



Imagem 17: Adjawéré, Benin (anos 50).Pierre Verger. *Sorrisos*. Salvador: Solisluna, 2010.

Desvendando as continuidades brasileiras e africanas junto com Pierre Verger, Bastide realiza sua viagem a África em 1958 no marco da missão no Daomé e na Nigéria financiada pelo Instituto Francês de Estudos Africanos. Da mesma forma que o seu conterrâneo, Bastide também se mostra instigado pela presença brasileira no continente africano, registrando as festividades e ritos que transitaram de uma costa a outra:

Aqueles que viveram no Brasil, não podem esquecer o país. Eles o procuraram por toda parte. É esta vontade de encontrar o Brasil que me levou, nessas férias, para Uidá, Porto Novo e Lagos, a ver esse Brasil importado para terra da África pelos descendentes dos antigos escravos que retornaram ao país ancestral, mas lá retornaram com a religião, a língua e os costumes do Brasil. No dia mesmo em que eu descí do avião, sem ter tempo de arrumar a minha mala, de me instalar, Verger me arrastou a Uidá para assistir a uma “Burrinha” bem saborosamente brasileira. Os brasileiros negros mantinham na África as grandes festas do Brasil, a “Burrinha”, a Festa do “Sr. Do Bonfim”, os “Sambas”, ao mesmo tempo que os valores da cultura brasileira. (BASTIDE apud VERGER, 1993, p. 32)

O interesse por presenciar algumas cerimônias religiosas além de atender à sua curiosidade acadêmica respondia aos laços que Bastide estabeleceu no Brasil com o Candomblé. Consagrados ao culto de Xangô pela sua comum Mãe-de-Santo –Mãe Senhora—, Verger e Bastide assistem à iniciação dos sacerdotes de Xangô na África ressaltando as rupturas e continuidades com as cerimônias realizadas na Bahia:

Após o falecimento daquele o daquela que era voltado a esse deus, o deus tem necessidade de um outro cavalo para se encarnar . Então se evocará a alma do morto ou da morta, que aparecerá para dar seu consentimento. Assim, o culto se perpetuará... A procissão se desenrola na noite quente dos trópicos, ao som de tambores, enquanto cantos nostálgicos se elevam na obscuridade, saudando o todo-poderoso deus do trovão. Na manhã seguinte se dará a descida para a baixada onde os novos iniciados serão lavados na água do mar ou do rio para nela se despirem de sua antiga personalidade. A cerimônia é a mesma que do Brasil. A procissão desce, as gentes na fila, uns atrás dos outros, pois o caminho é estreito , com a orquestra atrás e Exu na frente, aquele que ‘abre os caminhos’. Como no Brasil ainda. Na saída do banho, os iniciados abandonam suas velhas roupas para vestir roupas novas. Depois do retorno à aldeia, dança-se para Xangô na praça negra de tanta gente. (BASTIDE apud VERGER, 1993, p. 36)

Os registros etnográficos e as análises realizadas e consignadas nos seus cadernos de campo constituem os esboços de artigos que publicaria posteriormente, muitos deles, acompanhados pelas fotografias de Pierre Verger²² quem teria se interessado com certa

²² Para entender a dimensão da parceria e da amizade entre Roger Bastide e Pierre Verger consultar o livro organizado pela música, antropóloga e historiadora Ângela Lüning titulado *Verger-Bastide: dimensões de uma amizade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 e o artigo da antropóloga Fernanda Arêas Peixoto “Bastide e Verger entre “áfricas e “brasis”: rotas entrelaçadas, imagens superpostas” publicado pela revista IEB no ano de 2010.

antecedência pelas trocas entre a Costa Ocidental Africana e a Bahia de todos os Santos. É para o artigo enviado à revista *O Cruzeiro* que Bastide em 1958 descreve a dança de “A ‘burrinha’ de Uidá” e o Verger fotografa o evento. Sete anos antes, este último teria retratado para a mesma revista diversos aspectos das vidas dos “brasileiros” retornados à África desta vez com escritos de Gilberto Freyre, quem, diga-se de passagem, não teria visitado a África para esse momento. À diferença de Bastide, o contato de Verger com o mundo africano e afro-brasileiro esteve mediado pela sua intensa relação com a fotografia mas sobretudo com o Candomblé. Depois de ter sua cabeça consagrada a Xangô, Verger é iniciado como babalaô na sua visita a Daomé no ano de 1953 (LÜHNING, 1999, p. 321).

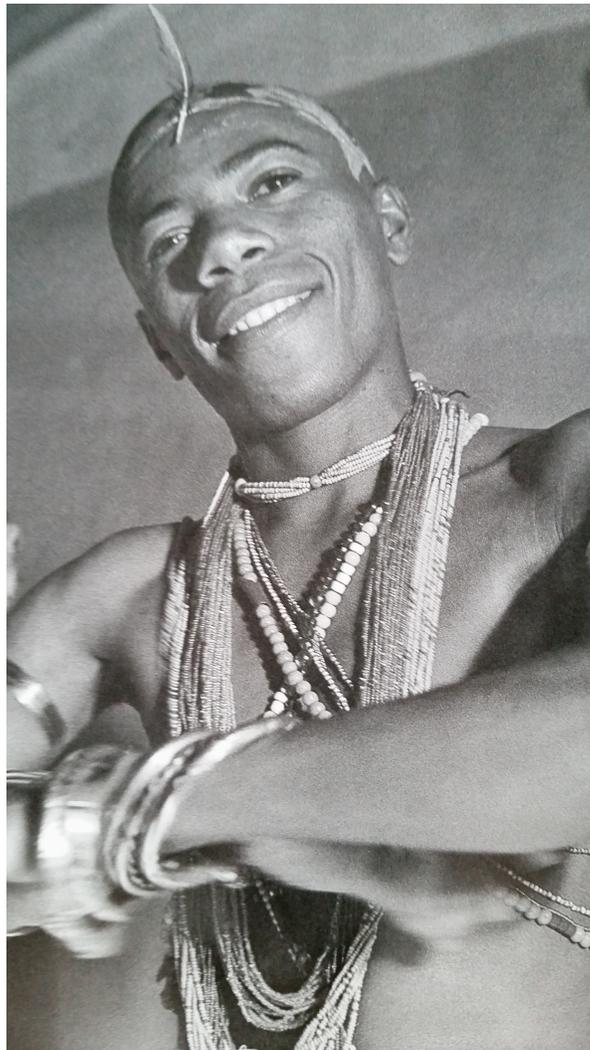


Imagem 18: Salvador, Brasil (1946-1953).Pierre Verger. *Sorrisos*. Salvador: Solisluna, 2010.

Mais conhecido por ser o autor de séries fotográficas dedicadas às mais diversas dimensões das culturas africanas e afro-brasileiras, Verger ingressa no mundo acadêmico ao obter em 1968 o título de doutor em Estudos Africanos pela Sorbonne com a tese intitulada *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*, publicada no Brasil no ano de 1987. Desde 1946, ano em que radicou-se no Brasil, até 1951 realizou inúmeras fotorreportagens para *O Cruzeiro*, a maioria delas com textos do jornalista pernambucano Odorico Tavares com quem compartilhava o interesse pela investigação da influência dos ex-escravos africanos e os seus descendentes na Bahia. Seu passo pela África e o papel de “mensageiro” assumido dentro do Candomblé fazem de Verger um interlocutor privilegiado entre os dois lados do Atlântico; a estreita conexão destes dois mundos se traduz na sensação de transposição expressada por seu mais dedicado intérprete:

Encontrei uma maneira de estar sempre em outro lugar. Quando estou na Bahia, é sempre mais ou menos na África que penso estar quando vou a candomblés que lembram a Nigéria ou o Daomé, e quando estou nesses países, é na Bahia que penso estar, pois em cada canto há descendentes de antigos escravos libertados que voltaram para lá no século passado e conservaram algo de brasileiro. (VERGER apud SOUTY, 2011, p. 378)

A perspectiva histórica que assumem as pesquisas de Pierre Fatumbi Verger permite vislumbrar a permanência no tempo e a solidez dos vínculos de ambas as realidades. Tanto para ele como para Bastide, a compreensão do Brasil é indissociável do conhecimento das realidades africanas. Contudo, vale lembrar que são as reflexões de Verger sobre o retorno dos ex-escravos “brasileiros” à África que acabaram inspirando as pesquisas sobre as trocas entre o continente africano e o Brasil não só de Bastide, como também as de Gilberto Freyre (PEIXOTO, 2000, p. 150).

A África a convite da metrópole: a propósito de *Aventura e Rotina* de Gilberto Freyre e *Made in África* de Luís da Câmara Cascudo

Que a cultura brasileira fosse tributária da África e os seus descendentes não era um assunto que gerasse dúvidas entre os intelectuais da primeira metade do século XX. A afirmação porém, seria referendada em alguns casos com périplos pelo continente africano que reforçaram teses em torno à experiência colonial compartilhada. A viagem realizada por Gilberto Freyre entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952 pelas colônias

portuguesas na Ásia e a África foi a mais emblemática a este respeito. A convite do Ministro de Ultramar Manuel Sarmiento Rodrigues, funcionário do governo de Antônio de Oliveira Salazar, Freyre empreende uma visita oficial que será registrada à maneira de diário no livro que será publicado em 1953 *Aventura e rotina* e que por sua vez representou a perfeita oportunidade de fornecer com dados empíricos, as concepções teóricas apuradas desde a publicação de sua obra *Casa Grande e Senzala* na década de 1930²³.

Com a valorização dos aportes indígenas e sobretudo negros à formação da cultura brasileira, Freyre inaugura um novo ciclo no pensamento social do Brasil que exalta a miscigenação como marca distintiva do processo histórico brasileiro o qual sintetizava o passo da colonização portuguesa por paragens africanas e asiáticas se conjugando harmonicamente, com o aporte indígena encontrado em terras americanas. Para o autor, existem certas constantes no carácter português que permitiram a equilibrada junção dos mais diversos elementos culturais na zona tropical. À sua histórica experiência de mistura racial na própria península ibérica, se somam sua vocação pelas viagens e a sua capacidade de adaptação ao clima dos trópicos. A enorme plasticidade da cultura portuguesa já era evocada, conforme lembra a socióloga Mariza Veloso (2000, pp. 378-379), nos primeiros textos do autor. Adotando traços das culturas com as que manteve contato, o português imprime suas marcas sobre elas. Esta mistura de tradições caracteriza a cultura portuguesa tanto quanto à brasileira, singular na sua “experiência de permeabilidade entre tradições culturais”.

Convencido sobre a existência de uma identidade comum às colônias tropicais lusitanas ancorada em dito carácter português que dá coesão e unidade, Freyre desenvolve o *Luso-tropicalismo* como seu objeto privilegiado de conhecimento. Neste sentido, sua viagem pelo continente africano e a Ásia consolidam uma imagem mítica da extensão civilizatória de Portugal nos trópicos:

A viagem por tantas terras marcadas por presença portuguesa –algumas quase ignoradas pelo brasileiro e pelo próprio português da Europa— revelou-me aspectos novos do que alguém já chamou, a propósito de modernos estudos brasileiros em torno de assuntos

²³ *Casa Grande e Senzala*, primeiro livro do autor, foi lançado o dia 1 de dezembro de 1933.

lusitanos, de “lusologia”; mas serviu também para confirmar, em mim, critérios de estudo e audácias de generalização esboçadas em antecipação do que acabo de ver com os próprios olhos e tocar com os próprios dedos. Mais de uma vez minha impressão foi a do *déjà vu*, tal a unidade na diversidade que caracteriza os vários Portugais espalhados pelo mundo; e tal a semelhança desses Portugais diversos com o Brasil. Donde a verdade, e não retórica, que encontro na expressão “lusotropical” para designar complexo tão disperso; mas quase todo disperso só pelos trópicos. (FREYRE, 1980 [1953], p. xxxii)

Na qualidade de visita oficial, a viagem não poderia deixar de revelar o traço colonial presente nas províncias africanas e asiáticas. O encontro de Portugal em cada um dos lugares que conhecera no amplo espectro tropical compreendido entre África e Ásia além de confirmar suas hipóteses preconcebidas, deixava em evidência a persistente intervenção oficial ao longo do périplo. Ainda, a sensação de *déjà vu* da qual faz menção no parágrafo anteriormente citado, alude ao deslocamento no espaço e no tempo que segundo o autor, o levou da África ao Brasil colonial. Este vínculo fazia com que a observação da África se tornasse peça chave na compreensão do desenvolvimento sociocultural brasileiro ao mesmo tempo que confirmava a fusão dos destinos de Portugal, África e Brasil.

Essa África que a ele só tinha chegado na figura dos africanos escravizados no Brasil e através das leituras e descrições de viajantes se materializa diante os seus olhos em uma reminiscência do antigo Brasil:

Em contato com indivíduos desses vários grupos, diferentes nas formas do corpo, na cor da pele e sobretudo nas formas de cultura que, dentro dos meus limites de tempo, venho visitando nas suas próprias aldeias, tenho a impressão de que vejo os próprios começos africanos do Brasil. Domina-me às vezes a sensação –sensação física— de que estou aqui dentro duma máquina inventada por um novo Wells, ao contrário do inglês –todo empenhado em ver o futuro—, proustianamente decidido a capturar o tempo perdido. O passado. Máquina que me teria trazido até uma Guiné não só pouco europeizada nos espaço como no tempo: um tempo que seria, ainda, em certas áreas, socialmente quase o mesmo dos dias decisivos da colonização portuguesa do Brasil. Há pretas, pretalhonas, moleques, mulecas, mulecotas, negros velhos que aqui me surgem aos olhos –alguns quase nus e mesmo nus, outros tatuados, vários com seus panos de cor, seus timões ou seus camisolões brancos de mandingas, algumas pretas com seus turbantes, suas pulseiras, suas chinelas, seus peitos gordos e em bico e às vezes suas nádegas e os seus próprios sexos inteiramente à vista— não como figuras inesperadas ou quase fantásticas, mas como conhecidos velhos. (FREYRE, 1980 [1953], p. 209)

Para Freyre, a África com a que se encontra está, indefectivamente, presa ao passado; parada no tempo esperando pelo toque civilizador lusitano que tantos triunfos vem coletando por terras tropicais. A convicção respeito da existência de uma unidade cultural luso-tropical é reiterada com constância em cada uma das passagens de *Aventura e rotina*. À diferença de qualquer empresa colonial europeia, a portuguesa parece ter sido destinada ao cultivo dos trópicos:

O português, mesmo quando minoria insignificante em relação com outros europeus estabelecidos em área africana, custa a desaparecer nos trópicos. Há entre ele e os trópicos uma espécie de aliança íntima ou confabulação secretamente maçônica de um grau ou de uma profundidade ainda não alcançada por outros europeus. (FREYRE, 1980 [1953], p. 191)

O que é preciso é que a colonização da Guiné seja, como foi a do Brasil, um processo português de assimilação de valores tropicais; e não a pura exploração desses valores. Descendo a esses fundos de prato em que, na Guiné lusitana –região quase toda de terras sem relevo—, começa a ferver ou a cozinhar um novo tipo de homem, de cultura ou civilização tropical à moda portuguesa –predominantemente mas não exclusivamente europeia, predominantemente mas não exclusivamente Católica romana—, tenho a impressão de que, nesta parte da África, se esboça novo triunfo português [...] À substância nativa, aqui de uma variedade rara, deve juntar-se o tempero decisiva e inconfundivelmente português. Sei que a ação do fogo civilizador apenas principia: **a Guiné vive dias plásticos e por isto mesmo decisivos. A substância nativa ainda se apresenta, em grande parte cru, e sem formas definidas**, como se a Guiné fosse para Portugal o que o interior do Amazonas ou de Mato Grosso é para o Brasil. (FREYRE, 1980 [1953], pp. 220-221. Grifos meus.)

A missão civilizatória com a que firmemente se comprometeram esses homens portugueses dispostos a encarar os perigos que escondem as terras hostis contrasta com “a substância nativa, em grande parte cru” com a que se deparam no continente africano. Conforme aponta a doutora em Letras Alejandra Mailhe, o uso do adjetivo “cru” é bastante recorrente na definição dos espaços coloniais e possui evidentes conotações etnocêntricas (MAILHE, 2008a, p. 338). O apelo de Gilberto Freyre a esta categoria classificatória responde ao afã de salientar o heroísmo de colonizadores e autoridades lusitanas em terras africanas e asiáticas. Não por acaso sua obra tornou-se objeto-propaganda do Estado Novo português legitimando sua ação colonial nas suas províncias ultramarinas (MOTTA e OLIVEIRA, 2012, p. 233).

Pese à indiscutível incorporação das ideias de Gilberto Freyre pelo oficialismo salazarista e as suas relações intelectuais com Sarmiento Rodrigues –de quem recebe o convite— e

Adriano Moreira –ambos ideólogos do régime—, a postura do pensador brasileiro no que se refere ao Estado Novo e a sua incursão em Ultramar, foi, em alguns casos, ambivalente. Dita indeterminação, vale a pena lembrar, respondeu em primeira instância às diversas fases que a recepção da obra de Freyre teve em Portugal e na África²⁴. Do rechaço do qual foi objeto nos anos trinta por contradizer posições racialistas que caracterizavam ao Estado Novo à aceitação e adaptação teórica que nos anos cinquenta o transforma em retórica que poderia justificar a intervenção lusitana em países africanos entendida como campanha civilizadora de coesão de diferenças raciais, o *lusotropicalismo* atende diversos interesses e suscita múltiplas leituras e interpretações. Em um contexto onde os movimentos anticolonialistas crescem e as lutas pela independência dos países africanos cobram cada vez mais força, Freyre decide tomar distância acenando para o teor sociológico da sua concepção teórica *lusotropical* em detrimento do seu uso político (MAILHE, 2008a, p. 345).

Por outro lado, o desprestígio de Portugal no nível internacional é visto por Freyre como uma oportunidade para insinuar a liderança do Brasil no mundo lusófono em tanto síntese do processo colonizador português. A sugestão tem como alicerce as convergências históricas do Brasil com as demais colônias portuguesas e que são, constantemente retratadas no seu diário de viagem:

O Arquivo de Goa está à espera de um bom pesquisador brasileiro –um Honório Rodrigues, um Silva Bruno ou um Gonsalves de Melo— capaz de, paciente e minuciosamente, recolher destes velhos papéis as muitas evidências daquelas relações íntimas do Brasil com o Oriente, através da Índia, cuja insuspeitada importância suponho ter sido o primeiro a considerar do ponto de vista sociológico, sugerindo estudos especializados sobre assuntos até hoje superficialmente estudados. [...] Como centro de monopólio da Coroa Portuguesa, Goa deu, por algum tempo, aquela “coordenação ao comércio de oriente”, de que ainda ontem me falava o pesquisador anjos Ferreira; e daqui iam regular ou irregularmente naus portuguesas para o Brasil com especiarias e sedas que, junto com outros valores orientais, madrugaram naquelas partes da América Portuguesa mais favorecidas pelos lucros do açúcar. O Brasil orientalizou-as mais do que Portugal em vários dos seus estilos de vida e até em algumas de suas técnicas senão de construção, de decoração de casas e de igrejas e de proteção de casas e pessoas contra excessos tropicais de luz, de calor e de sol. Varandas, esteiras chamadas da Índia, palanquins, palanques, chapéus-de-sol, leques, tecidos, plantas profiláticas como o manjeriço, telhas côncavas, alpendres de proteção das próprias igrejas contra a violência das chuvas, do sol, da luz,

²⁴ Sobre as diversas fases pelas quais passa a recepção da teoria freyriana em Portugal ver: CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo*. Lisboa: Afrontamento, 1999.

folhas e flores contra o mau-olhado e as chamadas malícias do ar são alguns dos traços orientais ainda visíveis na paisagem do Brasil. (FREYRE, 1980 [1953], pp. 275-277)

A confluência dos destinos das colônias asiáticas e africanas com o brasileiro estaria mediada, segundo Freyre, pelo papel reservado ao Brasil dentro do âmbito denominado por ele mesmo como *lusotropical*. A inerência da sua capacidade modeladora subsidiária de dinâmicas históricas que fizeram do país o exemplo de confluência racial e cultural, estaria sendo chamada para dar continuidade à missão civilizadora portuguesa nos trópicos consagrando *Aventura e rotina* como uma consigna política mas que o tratado sociológico que pretendia ser e a África, ainda que ocupando um papel central, novamente investida do seu histórico papel de dependência.

Também simpatizante do regime salazarista embora não tenha se engajado com formulações teóricas à maneira freyriana, o folclorista potiguar Luís Câmara Cascudo empreende viagem às Áfricas oriental e ocidental dez anos depois que o pernambucano Gilberto Freyre, com o intuito de compilar informações que referendassem “... influências recíprocas, prolongamentos, interdependências, contemporaneidade motivadora nos dois lados do Atlântico ou do Índico.” (CÂMARA CASCU DO, 1965, p. 1). Mais interessado em rastrear as influências africanas na cozinha brasileira, Câmara Cascudo confecciona uma coleção de ensaios com um alto nível de erudição nos quais dá conta das inúmeras semelhanças que unem a África e o Brasil. Neste livro gestos, danças, palavras, instrumentos, costumes navegam de um lado ao outro do Atlântico carregando consigo história.

Talvez o nome mais importante do folclore brasileiro, Câmara Cascudo fez parte do grupo de intelectuais que se dedicaram à construção das chamadas metanarrativas nacionais atentando para as representações regionais da cultura popular brasileira. Convencido da abrangência do processo de mestiçagem, celebra a participação de diversos elementos na formação cultural do povo brasileiro apontando para os traços sincréticos que identificaram às práticas religiosas e cotidianas no país. Neste cenário, a contribuição africana se misturava aos hábitos indígenas e europeus integrando o “nós nacional”. Porém, e lembrando aos antropólogos Antônio Motta e Luiz Oliveira (2012, p. 253), à diferença de Sílvio Romero e Gilberto Freyre, Câmara Cascudo não concedia a

mesma centralidade para África no concerto da cultura nacional. Várias são as razões que explicam este fato, entre elas, a centralidade do sertão nordestino na sua obra e a sua crença na baixa participação do elemento africano nesta região (2012, p. 244).

No entanto, seu passo pelas Áfricas portuguesas rendeu além do *Made in África*, dois livros dedicados à cozinha africana e a sua influência na alimentação brasileira²⁵. Convidado por Assis Chateaubriand²⁶ e acompanhado pelo repórter da revista *O Cruzeiro* Ed Keffel, Câmara Cascudo também produziu um documentário que reunia danças, histórias e costumes de Angola, Guiné Bissau e Moçambique chamado “Nossos irmãos, os africanos” com grande difusão na rádio estatal do regime de Salazar, Emissora Nacional (MOTTA e OLIVEIRA, 2012, p.237).

Em uma conjunção de expectativas, tanto Freyre como Cascudo se deslocaram ao continente africano na busca de constantes que ratificaram ideias sobre a mestiçagem e o sucesso da expansão colonial portuguesa concebidas antes da realização das suas viagens. Concordando com o regime ditatorial português e a sua atuação em Ultramar, ambos os intelectuais enxergaram na África, a obra de homens lusitanos não sem antes exaltar, o produto das misturas culturais tão evidente nos corpos, nas formas, nas casas, nos cheiros e nos gostos dos lugares visitados. Certa saudade se adivinhava nas páginas escritas por estes dois intelectuais em e sobre o solo africano tão semelhante ao Brasil de outrora fazendo deste último, uma projeção da África futura. As duas margens do Atlântico em algumas reminiscências dos autores pareciam não estar separadas por um oceano sentindo a África tão brasileira quanto o Brasil africano. A fluidez das trocas e a força da sua evidência se impôs ao pensamento social brasileiro com tanto vigor como não ocorreu em outras instâncias do continente americano. Tentaremos decifrar a continuação, as razões pelas quais África aparece de forma tardia na produção intelectual da Colômbia.

²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *A cozinha africana no Brasil*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola/Museu de Angola, 1964. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

²⁶ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (Chatô) foi o dono do maior conglomerado de comunicações em América Latina, os *Diários Associados*, do qual fazia parte a revista *O Cruzeiro*, várias vezes mencionada ao longo deste capítulo. Também esteve no comando da Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II sendo uma figura bastante controversa no cenário político brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960.

VIII. JOSÉ RAFAEL ARBOLEDA E A TARDIA APARIÇÃO DA ÁFRICA NO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO COLOMBIANO

“África es un continente vasto y complejo. Nuestra simplicidad o ignorancia nos ha hecho pensar en una masa uniforme poblada de razas negras en los umbrales de la civilización. Hay algo más en África que esta concepción elemental.”

José Rafael Arboleda. *La antropología del negro en Colombia*.

O desenvolvimento do pensamento antropológico na Colômbia esteve marcado, nos seus inícios, pela centralidade dos povos indígenas como objeto privilegiado de estudo. A profissionalização das Ciências Sociais decorrente da reestruturação da educação superior colombiana levada em frente pela chamada “revolución en marcha”, apelativo com o que ficou conhecido o governo liberal do presidente Alfonso López Pumarejo –1934-1938—, impulsionou a fundação de instituições voltadas à pesquisa com os grupos indígenas do país compreendendo por sua vez, diversos campos da investigação antropológica como a arqueologia, a linguística, a etnologia e a antropologia física (AROCHA, 1984, pp. 47-51).

Sob a égide da Escola Normal Superior –fundada em 1937²⁷— e do esforço conjunto de Gregorio Hernández de Alba²⁸ e do médico francês Paul Rivet, nasce em 1941 o Instituto Etnológico Nacional. Alinhado com certas premissas do relativismo cultural que vinculavam o Culturalismo estadunidense –tendo em Franz Boas seu principal expoente— com a Sociologia e a Etnologia francesas –com figuras tão destacadas como Emile Durkheim, Marcel Mauss, Lucien Lévy-Bruhl e o próprio Paul Rivet entre outros—, o Instituto Etnológico Nacional se comprometia com o embate ao determinismo racial, reivindicando a contribuição indígena ao fenómeno humano total ao tempo em que

²⁷ Existem divergências em torno ao ano de fundação da Escuela Normal Superior. Em quanto Jaime Arocha e Nina de Friedemann (1984) localizam o acontecimento no ano de 1935, o antropólogo Roberto Pineda Giraldo aponta 1936 como o ano em que a Escola Normal Superior se constitui em organismo autónomo substituindo a Facultad de Ciencias de la Educación –criada em 1931— (PINEDA, 1999, p. 29). Por sua parte, Jimena Perry afirma ser 1937 o ano de criação (PERRY, 2006, p. 34).

²⁸ Para conhecer o papel de Gregorio Hernández de Alba no nascimento da disciplina antropológica e a sua posterior trajetória no âmbito académico colombiano recomendo a leitura do livro da antropóloga Jimena Perry, quem teve acesso privilegiado ao arquivo pessoal do mesmo, *Caminos de la Antropología en Colombia: Gregorio Hernández de Alba*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2006.

atentava para a urgência do escrutínio exaustivo destas “sociedades primitivas” (FRIEDEMANN, 1984, pp. 391-393).

A prática antropológica fundamentada nos princípios que definiram entidades acadêmicas como o Instituto Etnológico Nacional e o subsequente Instituto Colombiano Indigenista – fruto da fusão em 1945 do IEN com o Servicio de Arqueología—, seguia a risca linhas conceituais e critérios metodológicos concebidos em âmbitos metropolitanos dentro dos quais, o estudo das chamadas “sociedades primitivas” exóticas e distantes, caracterizaram o exercício da Antropologia. Neste contexto e conforme é lembrado pelo antropólogo Eduardo Restrepo (1998, p. 192), as populações indígenas colombianas emergem como objeto antropológico por antonomásia limitando desta maneira, as fronteiras do que poderia ser pensado pela disciplina no país. A África e o negro por tanto, não tiveram lugar dentro de uma perspectiva de estudos que se ocupara da ‘alteridade radical’²⁹ nos limites geográficos da nação colombiana.

O presente capítulo procura acompanhar o processo que dentro da antropologia colombiana levou ao negro e conseqüentemente ao continente africano a se erigir como objetos de pesquisa antropológica. Nesta perspectiva, a figura do padre José Rafael Arboleda terá destaque especial considerando a importância da sua contribuição como precursor de atividades acadêmicas e de pesquisa que na década de 1950 apontava para a importância das populações negras no entendimento da formação cultural do país. Com este intuito, será analisada a influência da antropologia estadunidense e mais especificamente a perspectiva etno-histórica e cultural proposta pelos estudos afroamericanos para analisar a mudança cultural em situações de contato, na conformação dos estudos afro-colombianos.

²⁹ Sobre a ideia de alteridade e o seu papel fundante da antropologia ver: PEIRANO, Mariza. “A Alteridade em contexto: a Antropologia como ciência social no Brasil”. *Série Antropologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

A ponte com a África

No processo de institucionalização das ciências sociais em países latino-americanos uma constatação é clara: a influência definitiva das tradições acadêmicas metropolitanas. O caso da antropologia colombiana não poderia ser diferente. As demandas por uma antropologia urgente praticada por muitos dos precursores da disciplina no país, atendiam ao chamado metropolitano que alertava sobre a iminência de desaparecimento e aniquilamento cultural das sociedades indígenas (AROCHA, 1984, p. 69). O interesse e a reivindicação das populações negras como objetos de pesquisa antropológica, porém tardios, eram também subsidiários das premissas formuladas desde a academia estadunidense ocupada na construção de novos paradigmas explicativos que dessem conta da diversidade cultural existente em solo americano.



Imagem 19: Palenque de San Basilio (1978).Richard Cross. *Fondo visual Nina S. De Friedemann*. Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.

A década de 1950 foi o palco de transformações modernizadoras que no meio acadêmico, implementaram com pleno vigor propostas teóricas e metodológicas vindas da metrópole. Neste momento o Negro que já fizera aparições em peças da literatura colombiana, fora protagonista nas discussões sobre a inferioridade racial da nação –ver capítulo VI—, figurara em pinturas e descrições geográficas do país em pleno século XIX e repousara nas páginas de inúmeros juízos, sumários e causas levantados durante o período colonial, se reinventava em categorias analíticas da linguagem erudita. O modelo afro-americanista na sua ampla concepção teórica e metodológica foi a estratégia explicativa que auxiliou aos cientistas sociais do país na compreensão do passado e das dinâmicas culturais das suas populações negras.

Tendo como marco de enunciação as duas décadas compreendidas entre 1920 e 1940, a perspectiva afro-americanista é indefectivelmente associada à figura de Melville J. Herskovits. Aluno de Franz Boas e historiador de formação, se consagra como um dos africanistas mais importantes dos Estados Unidos. Vinculado à *Northwestern University*, centro acadêmico que por sinal acolheu um grande número de pesquisadores oriundos dos países latino-americanos interessados no estudo da África e das populações negras em cada uma das suas comunidades nacionais, Herskovits dedica sua vida acadêmica ao estudo das continuidades e rupturas dos legados africanos no chamado Novo Mundo. Com este intuito, constrói ferramentas metodológicas que permitem identificar retenções culturais favorecendo o entendimento da “mudança cultural” em situações de contato.

Fazendo frente ao racismo exacerbado depois do fim da I Guerra Mundial, Herskovits propõe um estudo em larga escala que valorizara os aportes culturais que sobreviveram aos rigores da escravidão, dos africanos e seus descendentes em território americano. A difusão dos rasgos culturais e o seu vínculo direto com a África poderiam ser compreendidos através da aplicação do método *etno-histórico* definido pela busca das origens dos escravos vindos do continente africano ao Novo Mundo com o auxílio da documentação histórica existente comprovando, é claro, sua veracidade, para depois comparar com os dados etnográficos coletados dos dois lados do Atlântico. Segundo o autor, o emprego adequado de dito método permitiria abranger as culturas negras americanas nas suas diferenças inerentes. Por outro lado, as sobrevivências culturais

poderiam ser avaliadas no sua intensidade a partir de uma escala que ponderava níveis de retenção, sincretismo ou perda das suas características mais africanas.

O “Novo Mundo” se apresentava diante de Herskovits como excepcional laboratório para o estudo e a observação de contatos raciais *sui generis* tanto entre africanos e europeus, quanto de africanos entre si (MASSI, 1989, p. 450). Suas pesquisas de campo o levaram da África Ocidental, até o Suriname, o Haiti, o Brasil e Trindade. A este mapa se incorporaram investigações levadas a cabo por estudiosos latino-americanos que em maior ou menor grau estiveram ligados à sua figura. No caso colombiano, é o padre e antropólogo José Rafael Arboleda o primeiro em adotar as “leis da afro-americanista” esboçadas no memorândum que em 1936, escrevem junto a Herskovits, os antropólogos Robert Redfield e Ralph Linton sobre “O estudo da aculturação” (FRIEDEMANN, 1984, p. 542).



Imagem 20: Palenque de San Basílio (1978).Richard Cross. *Fondo visual Nina S. De Friedemann*. Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.

Sendo membro da Companhia de Jesus, Rafael Arboleda realiza estudos de Humanidades e Filosofia mostrando um prematuro interesse pela Antropologia e a História. Como missioneiro jesuíta, desenvolve labores com comunidades negras de San Basílio de

Palenque³⁰ e Tamalameque, duas localidades pertencentes ao Caribe continental colombiano. Em 1947 recebe uma bolsa de estudos do Instituto Internacional de Investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos para realizar a pós-graduação em *Antropologia Física, Etnografia Africana e Teorias Antropológicas Contemporâneas* na Universidade de Novo México, Albuquerque. Persuadido pelo antropólogo Leslie Spier sobre a importância etnográfica das suas observações em Tamalameque, Arboleda se aproxima de Herskovits iniciando seus estudos sobre Antropologia Africana e Afro-americana na Universidade de Northwestern. Sob a direção do próprio Herskovits, Arboleda escreve uma dissertação de Mestrado intitulada *The Ethnohistory of the Colombian Negroes* defendida em agosto de 1950 (PULIDO LONDOÑO, 2007, pp. 95-96).

Legitimando as propostas teóricas e metodológicas da escola estadunidense de estudos afro-americanos, Arboleda elabora uma análise sistemática da condição na que se encontravam as populações negras em território colombiano. Tal empresa seria conduzida pelo esclarecimento das circunstâncias em que estas populações encararam a mudança cultural no contato com a cultura hispânica ou *criolla*, segundo confirma o autor (ARBOLEDA, 1952, p. 198). Por sua vez, este processo esteve definido por dinâmicas históricas que favoreceram a conservação de retenções africanas ou contribuíram na alteração ou desaparecimento de rasgos específicos. Para melhor entender estas transformações, Arboleda insiste na importância de conhecer os lugares de origem no continente africano dos escravos negros desvirtuando a tese, ao que parece bastante popular na época, da origem jamaicana do negro colombiano se servindo para tais efeitos,

³⁰ San Basílio de Palenque é um povoado estabelecido em 1713 cujos origens se remontam aos quilombos formada por negros fugitivos da cidade de Cartagena de Índias e das estâncias próximas sob a liderança de Domingo Criollo “Benkos Bioho”, que se estabelecem nos Montes de María –região serrana da província de Cartagena hoje Departamento de Bolívar— desde os primeiros anos do século XVII. Depois de vários enfrentamentos com as autoridades coloniais e da destruição de alguns quilombos ressurgem em 1694 o palenque San Miguel Arcángel o mesmo que será indultado pelo governador da província, Jerónimo Badillo, concedendo a liberdade de todos os seus habitantes e dando origem por sua vez, à comunidade quilombola de San Basílio declarada Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco em novembro de 2005. São vários os autores que escrevem sobre Palenque de San Basílio, para conhecer sua história recomendo o trabalho da historiadora Maria Cristina Navarrete. *Las Memorias de San Basilio de Palenque*. Documento presentado al Instituto Colombiano de Antropología e Historia –ICANH—, 2007.

das referências encontradas nas crônicas escritas durante o período colonial –a maioria destas por membros de ordens religiosas— :

Research in the field of the Afro-American Studies has only recently developed. For many years this area of anthropological investigation was neglected, notwithstanding its richness in materials for cultural change and acculturation. It is only during the past two decades that New World Negroes have been subject to systematic research in North America, the West Indies and Latin America. Among the least studied of New World Negro groups is that of Colombia despite its importance for possible retentions of Africanisms, due to the presence of considerable numbers of Negro slaves introduced into this “Tierra Firme”, The Viceroyalty of New Granada, as it was termed during the conquest and colonial periods. [...] The earliest accounts of value bearing on the Negroes of Colombia were written by the cronistas, the historians of the Conquest, most of the Spaniards who saw the Negroes or obtained first hand information about them through others who were either missionaries or soldiers. The present discussion utilizes some the data of value for the ethnohistorical study of the Colombian Negroes available in the cronistas as a necessary background for further investigation in the field. In this the ethnohistorical method, so successfully employed for instance, for the Negro population of Mexico by Gonzalo Aguirre Beltran will be employed (ARBOLEDA, 1950, pp, 3-4).

O autor segue as trilhas dos escravos africanos pelos meandros do Novo Reino de Granada apontando os primeiros assentamentos em que se estabeleceram e a sua posterior distribuição geográfica, as atividades econômicas às quais estiveram dedicados e os aspectos mais diversos da sua vida cotidiana que vão desde sua dieta e vestido, até as expressões estéticas e religiosas (ARBOLEDA, 1950, pp. 29-73). Da mesma maneira, Arboleda analisa as manifestações de resistência à escravidão indicando a ocorrência de rebeliões de grande escala assim como de relações estabelecidas pelos escravos com índios e piratas. Embora nunca publicada, a dissertação de José Rafael Arboleda marcou o início dos estudos acadêmicos do Negro na Colômbia e inspirou novas pesquisas empíricas e bibliográficas. É na mesma década de 1950 que Rogerio Velásquez, Thomas Price e Aquiles Escalante realizam investigações inovadoras sobre as populações negras do país.

O primeiro, antropólogo formado no recém fundado Instituto Etnológico Nacional e transitando entre o folclore, a literatura e antropologia escreve numerosos artigos sobre os costumes das gentes negras do Chocó³¹ que contemplam aspectos tão diversos como as

³¹ Departamento colombiano localizado na região do Pacífico colombiano. Maioritariamente povoado por negros e criado como unidade administrativa em 1726 pelas autoridades “borbónicas”, *El Chocó* abarca as vertentes dos ríos Atrato, San Juan y Baudó. A partir da segunda metade do século XVII, o incremento da exploração mineira levou ao estabelecimento de *Reales de Minas* e a exportação massiva de escravos

práticas da medicina popular, compêndios musicais, tradições orais e rituais funerários. Dentro do gênero literário, publica em 1953 *Las Memorias del odio*³² romance baseado na vida de Manuel Saturio Valencia –importante figura chocoana da época, condenado à pena de morte em 1907—³³ e que retrata as dificuldades sociais e econômicas do negro na região do Chocó após de abolida a escravidão em 1851. Realiza também uma análise antropológica sobre a presença do negro e o tratamento dado ao tema da escravidão na clássica obra da tradição literária colombiana escrita por Jorge Isaacs, *María*³⁴. Em 1962 Velásquez publica o fruto da sua pesquisa etnográfica entre os descendentes de escravos negros no Chocó na forma de um estudo sobre gentílicos africanos que vinculavam grupos familiares ou regionais a determinados grupos ancestrais, cujos apelativos se ancoravam nas relações que estes estabeleciam com o meio circundante e na identificação atrelada às características físicas, habilidades, imagens totêmicas e atividades econômicas particulares de cada indivíduo ou grupo étnico (VELÁSQUEZ, 1962)

Inscrito também na tradição afro-americanista, o antropólogo estadunidense Thomas Price apresenta, sob a orientação de Melville Herskovits e William Bascom, uma tese doutoral dedicada ao estudo das práticas religiosas e rituais funerários de duas comunidades negras, uma localizada no Caribe continental e outra na região do Pacífico colombiano. Depois de realizar durante meses pesquisa de campo em El Manzanillo e Tumaco, o autor consegue constatar variações nos níveis de retenções africanas que se correspondem com as relações que através do tempo, cada uma das comunidades estabeleceu com a cultura hispânica, fazendo das celebrações religiosas, o espaço da reinterpretação e da prática sincrética. O contraste das dinâmicas históricas com os dados etnográficos revelam as limitações da Igreja Católica em uma comunidade negra que durante anos se mantivera a margem do controle colonial efetivo, conservando rasgos

negros à região. Sobre a história da formação de El Chocó ver: Orián Jiménez Meneses. *El Chocó: un paraíso del demonio. Nóvita, Citará y El Baudó. Siglo XVIII*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2004.

³² Rogerio Velásquez. *Las memorias del odio*. Bogotá: Alianza de escritores colombianos. 1953.

³³ Sobre a vida de Manuel Saturio Valencia e o racismo na Colômbia recomendo a leitura do artigo escrito por Claudia Leal “Recordando a Saturio. Memorias del racismo en el Chocó (Colombia)”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 27, pp. 76-93, 2007.

³⁴ Rogerio Velásquez. “La esclavitud en la ‘María’ de Jorge Isaacs”. *Revista Universidad de Antioquia*, v. XIV, n. 128, pp. 91-104, 1957.

africanos no complexo de crenças e rituais em quanto exibe seus alcances e relativo sucesso na conquista de certos espaços religiosos em outra (PRICE, 1955).



Imagem 21: Palenque de San Basilio (1978).Richard Cross. *Fondo visual Nina S. De Friedemann*. Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.

Por sua parte, Aquiles Escalante –quem fora também aluno da Escuela Normal Superior e do Instituto Etnológico Nacional—, escreve em 1954 um artigo pioneiro nos estudos sobre a comunidade de San Basilio de Palenque. Atentando para riqueza cultural das populações negras do país, Escalante faz um chamado à reflexão acadêmica, ao rigor na pesquisa de campo e ao compromisso do pesquisador com os seus sujeitos de estudo. Dez anos depois, defende a sua monografia na Facultad de Sociologia da Universidad Nacional intitulada *El Negro en Colombia*. Sob o modelo programático proposto por Rafael Arboleda (1952) e Thomas Price (1954), o autor se ocupa em analisar as características da trata transatlântica indagando sobre as origens étnicas dos escravos. Da mesma maneira, observa as peculiaridades de escravidão, as manifestações de resistência dos escravos e as expressões culturais do negro no país (ESCALANTE, 1964).

Embora determinantes, os esforços destes antropólogos por introduzir uma nova perspectiva na forma de representar as populações negras da Colômbia não se traduziram

em um interesse genuíno pelas realidades do continente africano. As pesquisas antropológicas e historiográficas que incluíram o negro como objeto de estudo, incorporaram precárias referências ao passado africano que mais que constituir um campo específico de estudo, se convertiam em justificativa para o estudo das chamadas *Colombias Negras*. Uma vez mais, África se limitava à sua contribuição para a compreensão das suas manifestações em solo americano. Todavia, a renovação vinda com os anos setenta traria a especialização e o tratamento sistemático de assuntos relativos à presença negra no país concedendo especial atenção ao vínculo entre a antropologia e a história africana (KALULAMBI PONGO, 2005, p. 48)



Figure 22: Palenque de San Basilio (1978).Richard Cross. *Fondo visual Nina S. De Friedemann*. Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.

Herdeiros do enfoque afro-americanista inaugurado pelos seus predecessores na década de 1950, Nina de Friedemann e Jaime Arocha desenvolvem suas pesquisas ancorados em uma crítica nodal ao “modelo de encontro” proposto inicialmente por Herskovits que toma como base o diálogo entre a linha conceitual de Gregory Bateson, o materialismo e a ecologia cultural. Sob esta abordagem, as manifestações culturais dos negros colombianos seriam interpretadas como “huellas de africanía” que sobreviveram ao contato com a cultura europeia supondo por sua vez, a existência de um substrato compartilhado que se sobrepõe à heterogeneidade étnica, cultural e linguística dos escravos de origem africana³⁵. A aposta metodológica feita por estes dois antropólogos esteve acompanhada, conforme é lembrado por Martin Kalulambi (2005, p. 49), de um compromisso político que com intuito de exaltar a memória e as culturas afro-colombianas, incentivou o estabelecimento de conexões acadêmicas e científicas no Atlântico Sul. É assim que à cabeça de Nina de Friedemann teve início um projeto de intercâmbio entre universidades africanas e latino-americanas visando fortalecer um diálogo Sul-Sul que contemplasse a promoção do ensino e a pesquisa afro-americanista mas que diante da carência de apoio político e institucional, esteve fadado ao fracasso.

Os aportes de Nina de Friedemann e o seu empenho por combater a “esterotipia” e a “invisibilidade” às que foram confinados os afrodescendentes no âmbito nacional colombiano estavam unidos pela urgência de uma labor política. Até sua morte em outubro de 1998, foram inúmeros os projetos acadêmicos e os empreendimentos de pesquisa que levou em frente instigada pela busca dos rasgos africanos. O mesmo poderá ser dito a respeito do papel intelectual e político do antropólogo Jaime Arocha na configuração de um campo de estudos afro-colombianos no país. Sua participação na abertura de espaços de debate e difusão, no processo de inclusão política e social dos afrodescendentes no país e na formação de novos pesquisadores é sem dúvida determinante até hoje. Infelizmente o estudo das suas trajetórias acadêmicas e políticas desbordam os alcances do presente trabalho.

³⁵ Para sustentar sua crítica ao modelo afro-americanista elaborado nas últimas décadas na Antropologia colombiana, Eduardo Restrepo desenvolve uma leitura detalhada do processo de formação conceitual e metodológica do mesmo em artigo titulado “Entre arácnidas deidades y leones africanos: contribución al debate de un enfoque americanista en Colombia”. *Tabula Rasa*, n. 1, 87-123, 2003.

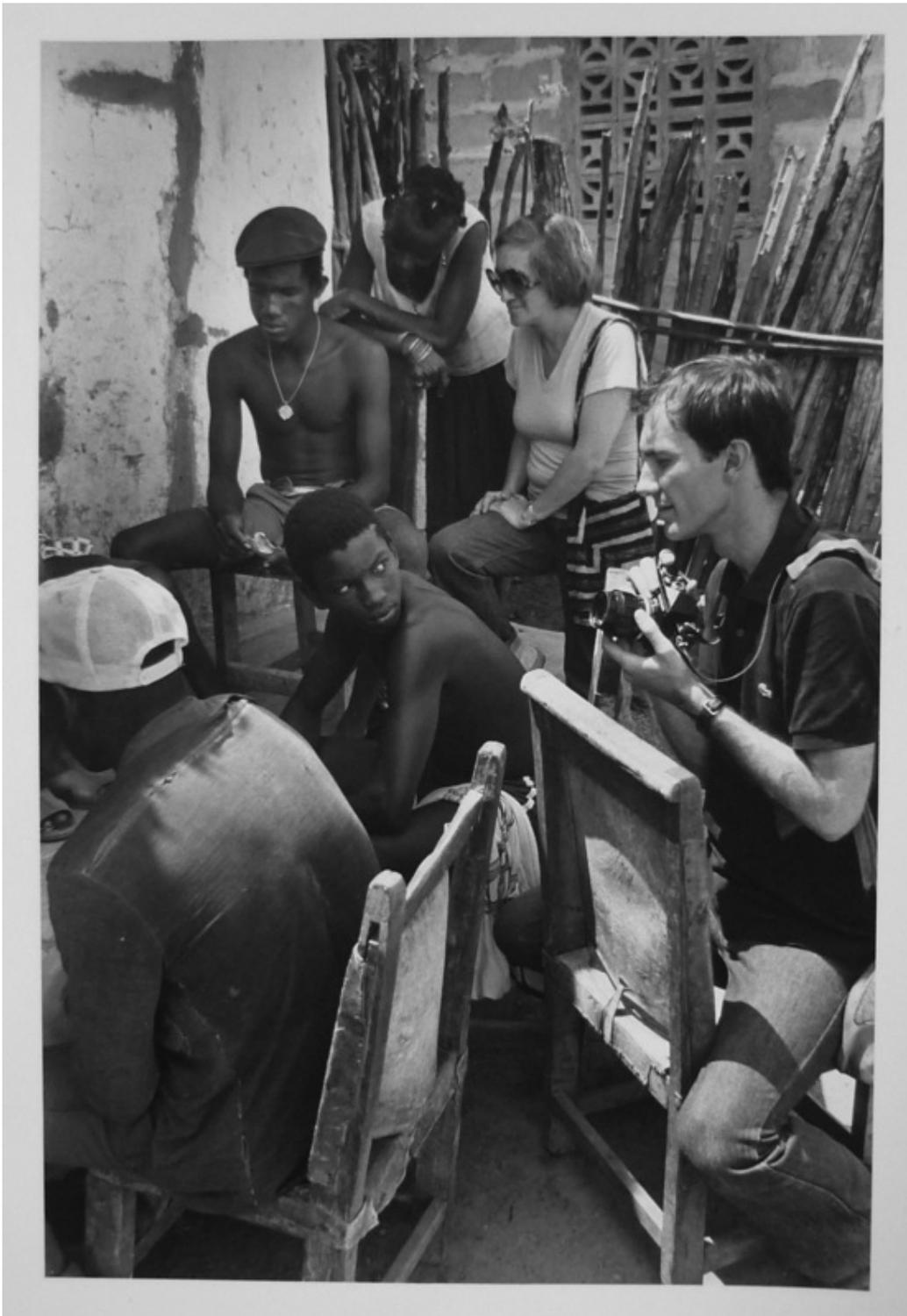


Imagem 23: Palenque de San Basilio (1978).Richard Cross. *Fondo visual Nina S. De Friedemann*. Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou fornecer um amplo panorama sobre o trânsito das ideias e imagens a respeito da África por diversas trajetórias intelectuais que por sua vez se inscreveram em distintas tradições científicas, literárias e acadêmicas no Brasil e na Colômbia na transição do século XIX ao XX. Sem pretender o ineditismo na trilha que decidiu percorrer, trouxe uma proposta de análise que desde a perspectiva comparada e ancorada na revisão exaustiva dos estudos dedicados à temática, forneceu leituras sugestivas em torno das transformações que a África sofreu como objeto de reflexão e pesquisa em diferentes contextos espaço-temporais. Evidentemente, é uma proposta analítica que reconhece certas limitações em quanto a abrangência e a escolha das fontes documentais, abrindo mão das contribuições vindas de âmbitos de produção de conhecimento não convencionais. Mais que justificar este silêncio –inexcusável, aliás—, entendo ele como um convite para projeções futuras nas quais as vozes dissidentes das práticas acadêmicas dominantes tenham lugar. Uma nova percepção da África depende da polifonia das suas enunciações.

Comparando Colômbia e Brasil pode-se constatar, com base nas produções intelectuais selecionadas, a persistência de denominações negativas que localizam a África nas antípodas da civilização negando aos seus habitantes e demais descendentes atributos como a inteligência, a laboriosidade e a civilidade, historicamente associadas aos homens brancos. Apesar do esforço crescente de acadêmicos, movimentos sociais e lideranças políticas que até hoje procuram reverter os estigmas que caracterizam as identidades de africanos e de afrodescendentes, estereótipos reafirmam sua existência. Apesar da variação na intensidade e na constância dos laços que uniram estes dois países com o continente africano, as experiências compartilhadas de escravidão e racismo permeiam a confecção de imagens sobre as terras africanas e seus habitantes.

No desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar diversas tradições intelectuais sobre as quais se inscreveram enfoques, ideias e dissertações a respeito da natureza do continente africano, suas populações e seus descendentes em terras americanas. Assim,

da conjunção de classificações nascidas no seio do Renascimento espanhol do século XVI que proclamavam a inferioridade de negros africanos e índios americanos; das ideias sobre a imaturidade, a degeneração e a decadência da natureza e dos habitantes do continente americano expostas nos escritos de naturalistas e filósofos como Buffon e o abade Corneille De Pauw, e da crença generalizada na influência determinante do clima sobre os seres vivos, surgem e se renovam concepções preconceituosas em torno do africano e do seu aporte à formação populacional americana. No decorrer do século XIX, teorias deterministas como o darwinismo social, o evolucionismo e a eugenia forneceram as bases, tanto na Colômbia quanto no Brasil, para a produção de classificações raciais pretensamente científicas que colocaram ao africano no último escalão da evolução.

A investigação permitiu o reconhecimento das diferenças que caracterizaram os processos de formação de comunidades acadêmicas e científicas em ambos os países. Em quanto na Colômbia a fundação de instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa científica consistiu em um processo homogêneo e centralizado em torno da fundação da Universidad Nacional em 1867, no Brasil a institucionalização das práticas acadêmicas e científicas se caracterizou por sua heterogeneidade e foi desde a constituição de museus dedicados à pesquisa etnográfica, até escolas de Direito e Medicina que aderiram a modelos evolucionistas e darwinistas na tentativa de explicar, compreender e normalizar a sociedade brasileira.

Conjunturas históricas também acentuaram os contrastes entre as duas realidades. O triunfo em 1886 do projeto político conhecido na história colombiana como *La Regeneración*, trouxe consigo uma forte repulsa às novas doutrinas científicas. O controle sobre os parâmetros de ensino vigentes na Universidad Nacional se fez cada vez más férreo ao ponto de proibir, mediante lei constitucional, o ensino de doutrinas que se opusessem aos dogmas católicos. O Estado e a Igreja ganharam protagonismo intervindo de maneira inusitada em diversos aspectos da ordem social republicana. Já no Brasil, a consolidação das comunidades científicas coincidiu com uma série de acontecimentos que inaugurou o processo de transição do negro –pelo menos no discurso formal— de escravo a cidadão. O fim da Guerra do Paraguai (1870) e o retorno de centenas de negros que defenderam as fronteiras da pátria durante o conflito atrelado ao fim do tráfico de

escravos –Lei Eusébio de Queiros de 1850—, à promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e à iminência da abolição do regime escravocrata –que acabara acontecendo com a sanção da Lei Áurea em 1888—, estabeleceram parâmetros de discussão que, lançando mão de certas premissas liberais, propunha a igualdade constitucional estendendo a cidadania aos membros da nação brasileira. Na prática, porém, se confirmava constantemente a existência de profundas desigualdades sociais garantidas por um discurso científico que supunha a superioridade de um grupo humano específico (brancos) sobre outros (negros e índios), baseado em diferenças raciais que equiparavam características físicas a qualidades morais.

Assim mesmo, a elaboração desta tese permitiu a compreensão do papel das ideias em torno da África e os seus descendentes na formação e institucionalização das Ciências Sociais em ambos os países. A estruturação das disciplinas acadêmicas trouxe consigo a reformulação dos termos em que o continente africano e a sua influência na constituição das identidades nacionais estavam sendo pensadas. Percorrendo a rota traçada pelas pesquisas que nos derradeiros anos do século XIX empreenderam Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues no campo da crítica literária e da medicina legal respectivamente, o pensamento social brasileiro apropriar-se-ia de uma tradição acadêmica e intelectual que fornecia um lugar privilegiado ao estudo dos aportes africanos à cultura e ao desenvolvimento social do Brasil. A sobrevivência de práticas religiosas de matriz africana em vários territórios do país mas especialmente na Bahia, amparou a origem de um vínculo com a África mediante o qual poderia ser referendada a autenticidade de ditas heranças conferindo à população negra do país a tarefa de cuidar de um patrimônio cultural prestes a desaparecer.

Na Colômbia, os esforços de vários antropólogos por introduzir uma nova perspectiva na forma de representar as populações negras do país não se corresponderam com um interesse genuíno pelas realidades do continente africano. As pesquisas antropológicas e historiográficas que incluíram o negro como objeto de estudo, incorporaram precárias referências ao passado africano que mais que constituir um campo específico de estudo, se convertiam em justificativa para o estudo das chamadas *Colombias Negras*. Uma vez mais, África se limitava à sua contribuição para a compreensão das suas manifestações

em solo americano. Todavia, a renovação vinda com os anos setenta traria a especialização e o tratamento sistemático de assuntos relativos à presença negra no país concedendo especial atenção ao vínculo entre a antropologia e a história africana.

Dividida em três partes, a primeira delas descreve um conjunto de representações criado em torno à África, aos africanos e os seus descendentes nas Américas na produção de alguns intelectuais comprometidos com a formação de uma identidade nacional na Colômbia e no Brasil durante o século XIX. Estas concepções imagéticas estiveram definidas em boa medida, pela influência de relatos de viagens que promoveram estereótipos pejorativos frequentemente associados ao continente africano e os seus habitantes. No percurso destas narrativas, é possível verificar como a apropriação de categorias que durante séculos circularam no imaginário ocidental e foram usadas na demarcação e na definição da alteridade, contribui de forma taxativa com a difusão e permanência de referências etnocêntricas para distanciar o Outro do entendimento que tem de si Mesmo o grupo definidor. Nos deparamos por tanto, com apreciações pejorativas sobre a natureza africana e seus habitantes que depois de transitar um longo caminho no pensamento filosófico ocidental, se renovam ao encontro das terras americanas. Viagens de exploração e expedições científicas por estas paragens não fazem mais que dar coerência a preconceitos que ratificam a existência de sistemas de classificação e hierarquias raciais justificando por sua vez, a intervenção dos homens civilizados.

A segunda parte, focada no processo mediante o qual referências imagéticas carregadas de imprecisões, falácias e ambiguidades se revestem de cientificidade e rigor, acompanha a confecção de um régime de conhecimento que através da criação de disciplinas científicas garantia privilégios de enunciação e produção de diferenças. A consolidação das teorias científicas como modelos legítimos para entender as características físicas, morais e intelectuais dos africanos e dos seus descendentes na Colômbia e no Brasil, foi a impronta deixada pelos empreendimentos intelectuais institucionalizados durante o século XIX. O advento da eugenia nos anos derradeiros deste século abriu um leque de novas pesquisas em torno da raça, ao tempo que ratificou vigorosamente estereótipos raciais negativos que já circulavam em âmbitos políticos e

intelectuais. A contribuição negra à formação dos povos brasileiro e colombiano foi desqualificada alegando sua evidente inferioridade e incapacidade de evolução. Os sistemas de classificação criados por disciplinas como o Direito e a Medicina enquadraram os negros como sujeitos “degenerados” e “potenciais” criminosos com poucas possibilidades de redenção. Neste contexto, médicos e juristas se envolveram em acirrados debates marcados pelas suas diferenças na prática profissional e no modo de entender o país.

Por fim, na terceira parte deste trabalho, foram analisados itinerários acadêmicos e intelectuais moldados pelas discussões que procuravam salientar o lugar dos aportes africanos na formação das identidades nacionais. Também foram estudadas as transformações dos cenários acadêmicos brasileiro e colombiano durante a primeira metade do século XX, levando em consideração os efeitos do advento de propostas teóricas e metodológicas oriundas das academias metropolitanas na orientação das pesquisas sobre os vínculos históricos de ambos os países com o continente africano. A participação de acadêmicos estrangeiros foi expressiva no estabelecimento de novos rumos na pesquisa antropológica e na implantação de formas de organização institucional. De outro lado, as viagens que atravessaram o Atlântico na tentativa de conhecer e reafirmar os laços que unem o Brasil com a África revalidaram a fluidez das trocas e a força da sua evidência no pensamento social brasileiro marcando de forma decisiva a diferença com o percurso que os olhares sobre a África tiveram na academia colombiana.

Esta tese, enquadrada em uma perspectiva comparativa de pesquisa, representa um esforço por fortalecer os diálogos interdisciplinares visando a construção compartilhada de objetos de análise. No seu propósito, apela a uma descrição minuciosa dos cenários, dos protagonistas e dos processos de composição de um conhecimento em torno da África e do seu papel na formação identitária de duas nações com uma população negra importante. Inspirada pelo empenho de intelectuais comprometidos com a construção de imaginários que façam justiça às Áfricas diversas, inventadas e reconstruídas na Colômbia e no Brasil, pretende ser um aporte na projeção de rotas que aproximem as Ciências Sociais dos espaços acadêmicos, geográficos e históricos africanos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

ANCÍZAR, Manuel (1853). *Peregrinación de Alpha. Por las provincias del Norte de la Nueva Granada, en 1850-51*. Bogotá: Biblioteca de la Presidencia de la República, 1956.

ARAUJO, Simón. “Séptima conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura*. Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 255-287, 1920.

ARBOLEDA, José Rafael. *The ethnohistory of the colombian negroes*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Chicago: Northwestern University, 1950.

_____ “Nuevas investigaciones afrocolombianas”. *Revista Javeriana*, Tomo XXXVII, N. 184, pp. 197-206, 1952.

_____ “Las ciencias sociales contemporáneas”. *Revista Javeriana*. Tomo XLVI, N. 226-227, pp. 150-157, 1956.

_____ “El primer Obispo negro de África (1518-1534?)”. *Revista Javeriana*. Tomo XLVII, N. 233, pp. 127-130, 1957.

_____ “Una introducción a la Antropología”. *Universitas: Ciencias Jurídicas y Económicas*. N. 25, pp. 67-81, 1963.

_____ “La Antropología del negro en Colombia”. *Revista Javeriana*. Tomo XC, N. 432, pp. 9-19, 1977.

_____ “San Pedro Claver”. *Revista Javeriana*. Tomo XCIII, N. 465, pp. 405-412, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1859). *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

BASTIDE, Roger (1960). *As religiões africanas no Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 2 volumes. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971.

_____ (1958). *O candomblé da Bahia: rito Nagô*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BEJARANO, Jorge. “Quinta conferencia y Sexta conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura*. Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 185-254, 1920.

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cezar. *Memoria analytica a’ cerca do commercio d’escravos e a’ cerca dos malles da escravidão domestica*. Rio de Janeiro: Typografia Commercial Fluminense. 1837.

CABALLERO, Lucas. “Octava conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura*. Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 289-329, 1920.

CALDAS, Francisco José. “Estado de la Geografía del Virreinato de Santafé de Bogotá, con relación a la economía y el comercio, por Don Francisco Joseph de Caldas, individuo meritorio de la Expedición Botánica del Reyno, y encargado del Observatorio Astronómico de esta Capital”. *Semanario del Nuevo Reino de Granada*. N. 1, Santafé de Bogotá, pp. 183-211, 1808.

_____ “Del influjo del clima sobre los seres organizados. Por Don Francisco Jose de Caldas individuo meritorio de la Expedición Botánica de Santa Fé de Bogotá, y encargado del Observatorio Astronómico de esta capital”. *Semanario del Nuevo Reino de Granada*. N. 22, Santafé de Bogotá, pp. 136-196, 1808a.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Made in Africa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1965.

CASTRO ALVES, Antônio (1863). *Obras completas de Castro Alves*. Volume 2. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

_____ (1868). *Vozes d'África, Navio Negreiro, Fagundes Varella, Cântico do Calvario*. Rio de Janeiro: Livraria Academica De J. G. De Azevedo.

CIEZA DE LEÓN, Pedro. *Crónica del Perú. El señorío de los Incas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005.

ESCALANTE, Aquiles. “Notas sobre Palenque de San Basílio. *Divulgaciones Etnológicas*, v. III, n. 5, 1954.

_____ *El Negro en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1953.

_____ *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 1979.

_____ (1953). *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

GAMA, Luiz. *Primeiras trovas burlescas de Getulino*. São Paulo: Typografia Dous de dezembro de Antonio Louzada Antunes. 1859.

GÓMEZ, Laureano. *Interrogantes sobre el progreso en Colombia. Conferencias dictadas en el Teatro Municipal de Bogotá*. Bogotá: Editorial Minerva, 1928.

JIMÉNEZ LÓPEZ, Miguel (1918). “Algunos signos de degeneración colectiva en Colombia y en los países similares”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura*. Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 1-39, 1920.

_____ “Primera conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los*

problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura. Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 41-78, 1920.

_____ “Novena conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura.* Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, 331-367, 1920.

LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura.* Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, 1920.

_____ “Segunda conferencia y Tercera conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura.* Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 79-149, 1920.

_____ *El factor étnico.* Bogotá: Imprenta Nacional. 1927.

LOZANO, Jorge Tadeo (1808). “Fauna cundinamarquesa (Tomo I)”. *La Tadeo 50 años*, n. 69, pp. 23-30, 2004.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As coletividades anormais.* Brasília: Senado Federal, 2006.

_____ “Mestiçagem, degenerescência e crime”. v. 15, n. 4, pp. 1151-1182, 2008.

_____ *Os africanos no Brasil.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

OBESO, Candelario (1877). *Cantos populares de mi tierra. Secundino el zapatero.* Bogotá: Ministerio de Cultura, Biblioteca de Literatura Afrocolombiana, Tomo 9. 2010.

OVIEDO, Basilio Vicente de. *Cualidades y riquezas del Nuevo Reino de Granada. Manuscrito del siglo XVIII.* Bogotá: Imprenta Nacional, 1930.

PLINIO EL VIEJO. *Historia Natural.* Madrid: Editorial Gredos, 1998.

PRICE, Thomas. “Estado y necesidades actuales de las investigaciones afrocolombianas”. *Revista Colombiana de Antropología*, v. II, n. 2, pp. 11-36, 1954.

_____ *Saints and spirits: A study of differential acculturation in colombian negro communities*. Tese de Doutorado em Antropologia. Chicago: Northwestern University, 1955.

RIVAS, Medardo (1899). *Los trabajadores de tierra caliente*. Bogotá: Universidad Nacional, 1946.

SAINT-HILAIRE, Auguste (1819). *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMPER, José María (1861). *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición social de las repúblicas colombianas (hispano-americanas): con un apéndice sobre la orografía y la población de la Confederación Granadina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1969.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira. Tomo I (1500-1830)*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier—Livreiro Editor, 1888.

STADEN, Hans (1500). *Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Typ. Da casa eclectica. 1900.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido (1862). *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TORRES UMAÑA, Calixto. “Cuarta conferencia”. LÓPEZ DE MESA, Luis (ed.) *Los problemas de la raza en Colombia. Segundo volumen de la Biblioteca de Cultura*. Bogotá: Imprenta Linotipos El Espectador, pp. 151-183, 1920.

TRIANA, Miguel (1907). *Por el sur de Colombia. Excursión pintoresca y científica al Putumayo*. Bogotá: Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1950.

VELÁSQUEZ, Rogerio. *Gentilicios africanos del occidente de Colombia*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1962.

VERGER, Pierre (1968). *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

_____ (1958). “As múltiplas atividades de Roger Bastide na África”. *Revista USP*, n. 18, pp. 43-54, 1993.

Fontes secundárias

AGAMBEN, Giorgio. *Lo abierto. El hombre y el animal*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. “Esperanças de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia (1887-1910)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n. 2, 2002, pp. 215-245.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMARIO GARCÍA, Óscar; JIMÉNEZ MENESES, Orián. “Aproximaciones al análisis histórico del negro en Colombia (con especial referencia al occidente y el Pacífico)”. En: MOSQUERA, Claudia PARDO ROJAS, Mauricio, RAMÍREZ, María Clemencia (ed). *Panorámica afrocolombiana. Estudios sobre el Pacífico*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia –Icanh–, Universidad Nacional de Colombia. 2004, pp. 29-126.

AMIN, Samir. “A África hoje: entrevista”. *Comunicação & Política*, v. 8, n. 2, pp.61-73. 2000.

APARECIDA DOS SANTOS, Gislene. “Selvagens, Exóticos, Demoniacos. Ideias e imagens sobre uma gente de cor preta”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n. 2, pp. 275-289, 2002.

APPELBAUM, Nancy P. “Historias rivales: narrativas locales de raza, lugar y nación en Riosucio”. *Fronteras de la Historia*, n. 8, pp. 111-129, 2003.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARIAS VANEGAS, Julio y RESTREPO, Eduardo. “Historizando raza: propuestas conceptuales y metodológicas”. *Crítica y Emancipación*, N. 3, pp. 45-64, primer semestre 2010.

ARIAS VANEGAS, Julio. *Nación y diferencia en el siglo XIX colombiano. Orden nacional, racialismo y taxonomías poblacionales*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2005.

_____ “Seres, cuerpos y espíritus del clima, ¿pensamiento racial en la obra de Francisco José de Caldas?. *Revista de Estudios Sociales*, n. 27. Bogotá, pp. 16-30. 2007.

AROCHA, Jaime, FRIEDEMANN, Nina (eds). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*. Bogotá: ETNO, 1984.

_____ “Antropología en la historia de Colombia: una visión”. AROCHA, Jaime, FRIEDEMANN, Nina (eds). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*. Bogotá: ETNO, pp. 27-130, 1984.

_____ “Antropología propia: un programa en formación”. AROCHA, Jaime, FRIEDEMANN, Nina S. De (eds). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*. Bogotá: ETNO, pp. 253-300, 1984.

_____ “Metrópolis y puritanismo en Afrocolombia”. *Antípoda*, n. 1, pp. 79-108, 2005.

_____, MORENO TOVAR, Lina del Mar. “Andinocentrismo, salvajismo y afroreparaciones”. BARCELOS, Luiz Claudio, MOSQUERA, Claudia (eds). *Afroreparaciones: Memorias de la esclavitud y justicia reparatoria para negros, afrocolombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 587-603, 2007.

BARONA BECERRA, Guido. “Ausencia y presencia del “Negro” en la Historia colombiana”. En: CÓRDOBA, Libardo, OBREGÓN, Diego Luis. *El Negro en Colombia: en busca de la visibilidad perdida*. Documento de trabajo número 9, CIDSE (Cnetro de investigaciones y documentación socio-económica). Cali: Universidad del Valle. pp. 22-60. 1992.

BELTRÁN, Luis. *El africanismo brasileiro*. Recife: Pool, 1987.

_____ “Consideraciones sobre los estudios afroamericanos y africanos en Iberoamérica”. LECHINI, Gladys (comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina. Herencia, presencia y visiones del otro*. Argentina: Consejo

Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Programa de Estudios Africanos, Centro de Estudios Avanzados, pp. 411-426. 2008.

BOTELHO, André, SCHWARCZ, Lilia (org). *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAZ DIAS, Juliana, DA SILVA, Kelly Cristiane, RIBEIRO THOMAZ, Omar, TRAJANO FILHO, Wilson. *Antropólogos brasileiros na África algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2009.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTAÑEDA MEDINA, Sandra Lucía. “Una genealogía del racismo en Colombia: continuidades y discontinuidades del siglo XIX al XX”. CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed). *Pensar el siglo XIX. Cultura, biopolítica y modernidad en Colombia*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidad de Pittsburgh, pp. 287-319, 2004.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La Hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada. 1750-1816*. Bogotá: Universidad Javeriana, 2005.

_____. “¿Disciplinar o poblar? La intelectualidad colombiana frente a la biopolítica (1904-1934)”. *Nómadas*, n. 26, pp. 44-55, 2007.

_____, RESTREPO, Eduardo. *Genealogías de la colombianidad. Formaciones discursivas y tecnologías de gobierno en los siglos XIX y XX*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

CHÁVEZ, Maria Eugenia. “Color, inferioridade y esclavización: la invención de la diferencia en los discursos de la colonialidad temprana”. BARCELOS, Luiz Claudio, MOSQUERA, Claudia. *Afroreparaciones: Memorias de la esclavitud y justicia reparativa para negros, afrocolombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 73-92, 2007.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. “A antropofagia na África equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real”. *Afro-Ásia*, n. 37, pp. 9-41, 2008.

CORRÊA, Mariza. “Sobre a invenção da mulata”. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, pp. 35-50, 1996.

_____ (1998) *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

_____ “Raimundo Nina Rodrigues e a ‘garantia da ordem social’”. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, pp. 130-139, 2005-2006.

_____ “Eugenia no calor da hora”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 13, n. 2, pp. 509-513, 2006.

COSTA E SILVA, Alberto da (2003). *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____ “Imagens da África”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 12, setembro de 2006, pp. 26-31.

_____. *Imagens da África (da Antiguidade ao século XIX)*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

CUBIDES, Fernando. “Representaciones del territorio, de la nación y de la sociedad en el pensamiento colombiano del siglo XIX: Cartografía y Geografía”. SIERRA, Rubén (ed.). *Miguel Antonio Caro y la cultura de su época*. Bogotá: Universidad Nacional, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAS NEVES, Marcia. “A concepção da raça humana em Raimundo Nina Rodrigues”. *Filosofia e História da Biologia*. V. 3, pp. 241-261, 2008.

DARNELL, Regna. *Invisible Genealogies. A History of Americanist Anthropology*. University of Nebraska Press, 2001.

DE CARVALHO, Maria Alice Rezende. “Intelectuales negros en el Brasil del siglo XIX”.
ALTAMIRANO, Carlos (director) MYERS, Jorge (editor del volumen). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Madrid: Katz Editores, pp. 312-333. 2008.

DE LA CADENA, Marisol (editora). *Formaciones de indianidad. Articulaciones raciales, mestizaje y nación en América Latina*. Popayán: Envió, 2007.

DÍAZ, Daniel. “Raza, pueblo y pobres: las tres estrategias biopolíticas del siglo XX en Colombia”. CASTRO-GÓMEZ, Santiago, RESTREPO, Eduardo. *Genealogías de la colombianidad. Formaciones discursivas y tecnologías de gobierno en los siglos XIX y XX*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, pp. 42-69, 2008.

DÍAZ DÍAZ, Rafael Antonio. “África, africanismo y los estudios afrocolombianos en las Ciencias Sociales en Colombia: realidades, retos y perspectivas”. ALMARIO GARCÍA, Oscar, RUÍZ GARCÍA, Miguel Ángel (comp.). *Escenarios de reflexión: las Ciencias Humanas a debate*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín, pp. 96-114. 2006.

DZIDZIENYO, Anani. “A África vista do Brasil”. *Afro-Ásia*, n. 10-11, pp. 79-97. 1970.

ELIAS, Norbert. *Sociología fundamental*. Barcelona: Gedisa, 1982.

_____. “Ensayo teórico sobre las relaciones entre establecidos y marginados”. *La civilización de los padres y otros ensayos*. Santafé de Bogotá: Norma; 1998, pp. 79-138.

ESCOBAR, Arturo. “ ‘Mundos y conocimientos de otro modo’ El programa de modernidad/colonialidad latinoamericano”. *Tabula Rasa*, n. 1, Bogotá, pp. 51-86. 2003.

FAORO, Raymundo (1958). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FERES JÚNIOR, João. “El concepto de América española en Estados Unidos: de la leyenda negra a la anexión territorial”. *Historia Contemporánea*, n. 28, pp. 61-79, 2004.

FERREIRA MARQUES, Diego, DA ROSA JARDIM, Marta D. “O que é isto: ‘África e sua História?’”. TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, pp. 31-61. 2012.

FLÓREZ BOLÍVAR, Francisco J. “Representaciones del Caribe colombiano en el marco de los debates sobre la degeneración de las razas: geografía, raza y nación a comienzos del siglo XX”. *Revista Historia y espacio*, Fascículo 31, 2008.

FRESTON, Paul. “Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, pp. 316-358, 1989.

FRIEDEMANN, Nina S. de. “Estudios de negros en la Antropología colombiana”. AROCHA, Jaime, FRIEDEMANN, Nina (eds). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*. Bogotá: ETNO, pp. 507-572, 1984.

_____ *La saga del negro. Presencia africana en Colombia*. Santa fe de Bogotá: Instituto de Genética Humana, Facultad de Medicina, Pontificia Universidad Javeriana. 1993

GALVIS VILLAMIZAR, Santiago. *Examinado la Nación. Descripciones científicas del territorio y las poblaciones colombianas en el siglo XIX*. Tese de Doctorado en Antropología. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 2013.

GERBI, Antonello [1955]. *La disputa del Nuevo Mundo. Historia de una polémica 1750-1900*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

_____ [1975]. *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 .

GOIS DANTAS, Beatriz. *Vovô Nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. 1982.

GURAN, Milton. *Agudás: os “brasileiros” do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HASELOFF, Otto Walter . “Las doctrinas raciales y de la herencia desde el punto de vista de la sociología del saber”. *ECO Revista de la Cultura de Occidente*, Tomo III/5, pp. 472-486. 1961.

HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro do mel. Estudos de história africana*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

HERNÁNDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JIMENO, Myriam. “Consolidación del Estado y Antropología en Colombia”. AROCHA, Jaime, FRIEDEMANN, Nina (eds). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*. Bogotá: ETNO, pp. 159-196, 1984.

_____ “La vocación crítica de la antropología latinoamericana”. *Maguaré*, n. 18, pp. 33-58, 2004.

KALULAMBI PONGO, Martin. “África fuera de África: apuntes para pensar el africanismo en Colombia”. En: *Memoria y sociedad*, volumen 9, número 18, Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, pp. 45-57. 2005.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. “Pasteur y Pouchet: heterogénesis de la historia de las ciencias”. SERRES, Michel (ed.). *Historia de las Ciencias*. Madrid: Cátedra, pp. 477-501. 1991.

_____ *Jamais fomos modernos. Ensaaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LECHINI, Gladys. “Los estudios sobre África y Afroamérica en América Latina. El Estado del Arte”. LECHINI, Gladys (comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina. Herencia, presencia y visiones del otro*. Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Programa de Estudios Africanos, Centro de Estudios Avanzados, pp. 11-34. 2008.

LIMA, Nisia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Husitec, 2013.

LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, pp. 217-233, 1989.

LÓPEZ, Mercedes. “La invención de la blancura: la racialización del espacio andino colombiano a mediados del siglo XIX”. CORTEZ, Enrique E., KIRKPATRICK, Gwen (eds.). *Estar en el presente. Literatura y nación desde el Bicentenario*. Lima- Berkeley: Centro de Estudios Literarios Antonio Cornejo Polar. Latinoamericana editores, 2012.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, María del Pilar. “El concepto de anomia en Durkheim y las aportaciones teóricas posteriores”. *Iberofórum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana*, año IV, n. 8. Julio-Diciembre, pp. 130-147, 2009.

LÜHNING, Angela. “Pierre Fatumbi Verger e sua obra”. *Afro-Ásia*, n. 21-22, pp. 315-364, 1998-1999.

MACAGNO, Lorenzo. “Franz Boas e Kamba Simango: epistolários de um diálogo etnográfico”. TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, pp. 127-157. 2012.

MAILHE, Alejandra. “Janos bifrontes. Paradojas en la percepción del mundo negro en el ensayismo brasileño, 1930-1950”. *VII Jornadas de Investigación en Filosofía*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 2008.

_____ “Una celebración de los orígenes espúrios. Mestizaje y cultura portuguesa en el luso-tropicalismo de Gilberto Freyre”. MAILHE, Alejandra; Reitano, Emir (org.). *Pensar Portugal. Reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, pp. 331-358, 2008a.

MARINHO DE AZEVEDO, Celia Maria. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____ *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004a.

MASSI, Fernanda. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)”. MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, pp. 410-460, 1989.

MAZRUI, Ali A. “The Re-invention of Africa: Edward Said, V. Y. Mudimbe, and beyond”. *Research in African Literatures*, vol. 36, n. 3, pp. 68-82, 2005.

MBEMBE, Achille. “As formas africanas de Auto-Inscrição”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 1, pp. 171-209, 2001.

McGRAW, Jason. “Purificar la Nación: eugenesia, higiene y renovación moral-racial de la periferia del Caribe colombiano, 1900-1930. *Revista de Estudios Sociales*, n. 27, pp. 62-75, 2007.

MERCADANTE SELA, Eneida Maria. “A África carioca em lentes europeias: corpos, sinais e expressões”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 26, n. 52, pp. 193-225, 2006.

MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, 1989.

_____ “Por uma sociologia das Ciências Sociais”. MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, pp. 5-19, 1989.

_____ “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”. MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, pp. 72-110, 1989.

_____ *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINTZ, Sidney y PRICE, Richard. *O Nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Pallas Editora, 2003.

MORENO TOVAR, Lina del Mar. “La historia blanqueada: representaciones de los africanos y sus descendientes en Antioquia a través de la obra de Tomás Carrasquilla”. *Memoria y Sociedad* 14, n. 28, pp. 67-84, 2010.

MOTTA, Antonio. “Travessias africanas: Michel Leiris e o início das pesquisas africanistas em França”. TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, pp. 183-219. 2012.

_____ e OLIVEIRA, Luiz. “Made in Africa. Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e as continuidades do Atlântico negro. SANSONE, Livio (org.). *Memórias da*

África: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA, pp. 213-260, 2012.

MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821)*. Bogotá: Banco de la República, El Áncora Editores, 1998.

MUÑOZ ROJAS, Catalina. *Los problemas de la raza en Colombia. Más allá del problema racial: el determinismo geográfico y las 'dolencias raciales'. Estudio introductorio*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011.

NIETO, Mauricio, CASTAÑO, Paola, OJEDA, Diana. “‘El influjo del clima sobre los seres organizados’ y la retórica ilustrada en el *Semanario del Nuevo Reyno de Granada*”. *Historia Crítica*, n. 30. Bogotá, pp. 91-114, 2005.

NUNES PEREIRA, José Maria. *África um novo olhar*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

“ Os estudos africanos no Brasil —Um estudo de caso: o CEEA”. LECHINI, Gladys (comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina. Herencia, presencia y visiones del otro*. Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Programa de Estudios Africanos, Centro de Estudios Avanzados, pp. 277-298. 2008.

NUNES PEREIRA, Luena. “O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639”. LECHINI, Gladys (comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina. Herencia, presencia y visiones del otro*. Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Programa de Estudios Africanos, Centro de Estudios Avanzados, pp. 253-276. 2008.

O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. “A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática”. Em: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, número 3, 2003, pp. 421-461.

_____ “Sobre a cor da noite: teorias raciais e visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX para o XX”. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 10, n.16, pp. 87-123, 2003a.

_____. “A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)”. *História*, São Paulo, 28 (2): 2009. pp. 143-172.

_____ *Reflexos da África. Ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos de caso no Brasil e em Portugal*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

ORTIZ, Renato [1985]. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: editora brasiliense, 2012.

PALACIOS, Marco, SAFFORD, Frank. *Colombia, país fragmentado sociedad dividida*. Bogotá: Norma, 2002.

PALACIOS, Marco. “La Regeneración ante el espejo liberal y su importancia en el siglo XX”. SIERRA MEJÍA, Rubén (ed). *Miguel Antonio Caro y la cultura de su época*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 261-278, 2002.

PEDRAZA, Zandra. “El debate eugenésico; una visión de la modernidad en Colombia”. *Revista de Antropología y Arqueología*. Vol. IX, n. 9 (1-2), pp. 115-160. 1997.

_____ “Y el verbo se hizo carne... Pensamiento social y biopolítica en Colombia”. CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.). *Pensar el siglo XIX. Cultura, biopolítica y modernidad en Colombia*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidad de Pittsburgh, pp. 185-199, 2004.

PEIRANO, Mariza. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese de doutorado em Antropologia, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 1981.

_____ “A Antropologia como Ciência Social no Brasil”. *Etnográfica*, Vol. IV (2), pp. 219-232. 2000.

_____ “In this Context”: As várias histórias da Antropologia. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas, PONTES, Heloísa, SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Antropologias, Histórias, Experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 99-121. 2004.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____ “Bastide e Verger entre “áfricas” e “brasis”: rotas entrelaçadas, imagens superpostas”. *Revista IEB*, n. 50, pp. 13-66, 2010.

PINEDA GIRALDO, Roberto. “Inicios de la Antropología en Colombia”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 3, pp. 29-42, 1999.

PINHO, Patricia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40, 50”. MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Edições Vértice, pp. 359-409, 1989.

PRADO Jr., Caio (1933). *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRATT, Mary Louise. *Ojos imperiales: literatura de viajes y transculturación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

PULIDO LONDOÑO, Hernando Andrés. “José Rafael Arboleda S. J. (1916-1992): el programa de los estudios afroamericanos y los inicios de la reflexión antropológica sobre poblaciones negras en Colombia”. *Maguaré*, n. 21, pp. 89-110, 2007.

_____ “Antropología de la gente negra, década de los setenta: Nina S. De Friedemann en la *Revista Colombiana de Antropología*”. *Revista Colombiana de Antropología*, V. 50, N. 1, pp. 139-155, 2014.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of World-System Research*, Vol. VI, n. 2. 2000.

REIS, Elisa. "O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro". *Estudos Históricas*, vol. 1, n. 2,. Rio de Janeiro, pp. 187-203, 1988.

REIS, João Jose. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RESTREPO, Eduardo. "Invenciones antropológicas del negro". *Revista Colombiana de Antropología*. V. XXXIII, pp. 237-269, 1997.

_____. "Avatares del negro en la antropología en Colombia". *Nómadas*, n. 9, pp. 191-199, 1998.

_____. "Entre arácnidas deidades y leones africanos: contribución al debate de un enfoque afroamericanista en Colombia". *Tabula Rasa*, enero-diciembre, n. 1, Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. pp. 87-123, 2003.

_____. "Hacia los estudios de las Colombias Negras". MOSQUERA, Claudia, PARDO ROJAS, Mauricio, RAMÍREZ, María Clemencia (ed). *Panorámica afrocolombiana. Estudios sobre el Pacífico*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia –Icanh–, Universidad Nacional de Colombia, pp. 127-166. 2004.

_____. "Negros indolentes en las plumas de corógrafos: raza y progreso en el occidente de la Nueva Granada de mediados del siglo XIX". *Nómadas*, n. 26, pp. 28-43, 2007.

_____. "Imágenes del negro y nociones de raza en Colombia a principios del siglo XX". *Revista de Estudios Sociales*. n. 27, pp. 46-61, 2007a.

RESTREPO FORERO, Olga. "La Comisión Corográfica y las Ciencias Sociales". AROCHA, Jaime, FRIEDEMANN, Nina S. de. *Un siglo de investigación social. Antropología en Colombia*. Bogotá: ETNO, pp. 131-158, 1984.

_____, BECERRA ARDILA, Diego. "El darwinismo en Colombia. Naturaleza y sociedad en el discurso de la Ciencia". *Revista Académica Colombiana de Ciencias*, n. 19, pp. 547-568, 1995.

_____ “En busca del orden: ciencia y poder en Colombia”. *Asclepio*, vol. L-2, pp. 33-75, 1998.

_____ “Un imaginario de Nación. Lectura de láminas y descripciones de la Comisión Corográfica”. *Anuario colombiano de historia social y de la cultura*, vol 26, Bogotá, pp. 30-58, 1999.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.

_____ “Eduardo Mondlane e as ciências sociais”. TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, pp. 93-125. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____ *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ “Tres generaciones y un largo império: José Bonifácio, Porto-Alegre y Joaquim Nabuco”. ALTAMIRANO, Carlos (director) MYERS, Jorge (editor del volumen). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Madrid: Katz Editores, pp. 363-386. 2008.

_____ *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SERJE, Margarita. *El revés de la Nación. Territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *O lugar da África. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília,

1996.

SOUTY, Jérôme. *Pierre Fatumbi Verger: do olhar livre ao conhecimento iniciático*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

SOUZA, Jessé. “Gilberto Freyre e a singularidade brasileira”. *Tempo Social*, n. 12 (1), pp. 69-100, 2000.

STEPAN, Nancy Leys. *Picturing tropical nature*. Ithaca, Cornell University Press, 2001.
_____. “A hora da Eugenia” raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005 [1991].

STOCKING Jr., George W. *Race, Culture, and Evolution. Essays in the history of anthropology*. New York: The Free Press, 1968.

TACCA, Fernando de. “Candomblé: imagens do sagrado”. *Campos-Revista de Antropologia Social*. n. 3, Curitiba, pp. 147-164, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

TORRES GUTIÉRREZ, Manuel. “Un psiquiatra decimonónico en el siglo XX. Miguel Jiménez López (1875-1955)”. *Revista Colombiana de Psiquiatría*, vol. XXX, n. 2, pp. 113-140, 2001.

TRAJANO FILHO, Wilson. “Introdução: perspectivas comparativas nos estudos africanos”. TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, pp. 7-29. 2012.

URIBE VERGARA, Jorge. “Sociología biológica, eugenesia y biotipología en Colombia y Argentina (1918-1939)”. CASTRO-GÓMEZ, Santiago, RESTREPO, Eduardo. *Genealogías de la colombianidad. Formaciones discursivas y tecnologías de gobierno en los siglos XIX y XX*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, pp. 204-220, 2008.

VELOSO, Mariza. “Gilberto Freyre e o horizonte do modernismo”. *Sociedade e Estado*. V. XV, pp. 361-386, 2000.

VENTURA, Roberto. *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical. Literatura, historiografia e ensaísmo no Brasil*. Nürnberg: Universität Erlangen-Nürnberg, 1987.

Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VILHENA, Luís Rodolfo. “África na tradição das Ciências Sociais no Brasil”. *Ensaio de Antropologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 127-166, 1997.

VILLEGAS VÉLEZ, Álvaro. “Nación, intelectuales de elite y representaciones de degeneración y regeneración. Colombia, 1906-1937”. *Iberoamericana*, VII, número 28, pp. 7-24, 2007.

WABGOU, Maguemati. “Estudios africanos en Colombia desde Ciencias Políticas y sociales”. En: LECHINI, Gladys (compiladora). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina. Herencia, presencia y visiones del otro*. Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Programa de Estudios Africanos, Centro de Estudios Avanzados, pp. 321-340. 2008.

WADE, Peter. “Compreendendo a “África” e a “negritude” na Colômbia: a música e a política da cultura”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n 1, pp.145-178. 2003.

WOLF, Eric. *Figurar el poder. Ideologías de dominación y crisis*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2001.

ZAMPARONI, Valdemir. “Os estudos africanos no Brasil: veredas”. *Revista de Educação Pública*, vol. 4, n. 5, pp. 105-124. 1995.